

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

2023

34



IHGG

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Nº 34

GOIÂNIA-GO
KELPS, 2024

Copyright © 2024 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 – St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 – Goiânia-GO

Fone: (62) 3211-1616

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 34 (2023) –
Goiânia: Kelps, 2024.

194 p.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de
Goiás. I. Título.

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2024

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Rua 82, n. 455, Setor Sul, CEP 74083-010. Goiânia, Goiás, Brasil.
Telefone: +55 062 3224-4622 / 3224-4941

Portal de Periódicos Eletrônicos – Universidade Evangélica de Goiás, Avenida Universitária
Km 3,5 Cidade Universitária, CEP: 7583-515. Anápolis, Goiás, Brasil.
Telefone: +55 062 3310-6679

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
(IHGG)**

– EQUIPE EDITORIAL –

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Prof. Dr. Ricardo Assis Gonçalves,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Editor-adjunto

Prof. Dr. Nilson Jaime
Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis
para os Povos do Cerrado (Icebe)

Editor-adjunto

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Editor-adjunto

Prof. Dr. Altair Sales Barbosa,
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO

Abilio Wolney Aires Neto

Aidenor Aires Pereira

Bento A. A. Jayme Fleury Curado

Eguimar Felício Chaveiro

Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Francisco Itami Campos

Giovana Galvão Tavares

Horieste Gomes

Itaney Francisco Campos

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (*in memoriam*)

Nasr Nagib Fayad Chaul

Nilson Jaime

Pedro Nolasco de Araújo

Ubirajara Galli

EDITORES TÉCNICOS

Eduardo F. Souza, Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Natasha Sophie Pereira, Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Adriana Sodré de Assis, Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
(IHGG)**

DIRETORIA 2021-2025

Presidente: Jales Guedes Coelho Mendonça

1º vice-presidente: Hélio Moreira

2º vice-presidente: Geraldo Coelho Vaz

3º vice-presidente: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Secretário-geral: Abílio Wolney Aires Neto

1º secretário: Aidenor Aires Pereira

2º secretário: Itaney Francisco Campos

Tesoureiro: Pedro Nolasco de Araújo

1º tesoureiro: Waldomiro Bariani Ortencio (*in memoriam*)

2º tesoureiro: Giovana Galvão Tavares

1º orador oficial: Luiz Augusto Paranhos Sampaio

2º orador oficial: Nilson Gomes Jaime

1º bibliotecário (pinacoteca): José Peixoto da Silveira Júnior

2º bibliotecário (biblioteca): Iúri Rincón Godinho

Diretoria de Museu: Maria Terezinha Campos Santana

Diretoria de Arquivo: Eleuzenira Maria de Menezes

Diretoria de Revista: Ricardo Assis Gonçalves

Diretoria de Boletim: Bento A. A. Jayme Fleury Curado

Assessoria de História: Juarez Costa Barbosa

Assessoria de Geografia: Horieste Gomes

Conselho Fiscal

Antônio Teixeira Neto (*in memoriam*)

Getúlio Targino Lima

Nelson Lopes Figueiredo

Suplentes Conselho Fiscal

Ubirajara Galli

Eurico Barbosa dos Santos

Maria Narcisa de Abreu C. Pires

Conselho Consultivo

Nasr Nagib Fayad Chaul

Wolmir Therezio Amado

Francisco Itami Campos

Eguimar Felício Chaveiro

Ney Teles de Paula

Hélio Rocha

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (*in memoriam*)

Martiniano José da Silva

Maria do Rosário Cassimiro

Jacira Rosa Pires

Sumário

Carta Editorial	11
“Eu vi o que você fez... E eu sei quem você é!”	13
<i>Elizabeth Abreu Caldeira Brito</i>	
Agradecimentos em nome dos organizadores dos livros Cronistas e Viajantes, Literatura e Povos Originários, no lançamento do Box 2 da Coleção GOIÁS+300	17
<i>Lenora Barbo João Guilherme Curado</i>	
O resgate das memórias militares e políticas de Lindolpho Emiliano dos Passos.....	23
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
<i>Nilson Jaime</i>	
<i>Thalles Murilo Vaz Costa</i>	
Nas pegadas do FICA: a criação do festival no contexto do cinema em Goiás	39
<i>Wanessa Siqueira Costa de Lima</i>	
<i>Ademir Luiz da Silva</i>	
Resultados preliminares do Censo 2022 para o estado de Goiás.....	65
<i>Tathiana Rodrigues Salgado</i>	
<i>Leandro Oliveira de Lima</i>	
Fogo no Cerrado e queimadas onde o Cerrado não mais existe.....	77
<i>Altair Sales Barbosa</i>	
O Cerrado e suas múltiplas interpretações conceituais numa perspectiva ambiental	89

José Carlos de Souza

Os cenários e as caminhadas da geodiversidade 101

Vandervilson Alves Carneiro

Gabinete Litterário Goyano: um tesouro do Brasil..... 117

Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos

Goiás... o que é? 131

Eguimar Felício Chaveiro

Tributo a Angus Wright e ao seu legado para a história e a justiça
ambiental latino-americana 135

Sandro Dutra e Silva

Ana Braga, uma mulher à frente de sua geração..... 153

Aidenor Aires

Conto de Machado de Assis ambientado em Santa Luzia, Goyaz
Província..... 159

Pedro Nolasco de Araújo

Marco na Cultura Goiana..... 169

Maria Abadia Silva

Vendas de Minas..... 175

Ricardo Assis Gonçalves

Sócios do IHGG..... 181

Carta Editorial

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás n° 34 (2023)

A partir do n° 32 (2021), a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás* vem publicando sua edição anual nas versões impressa e *on-line*. Nesse sentido, optou-se pela publicação dos dois formatos da mesma revista, sendo uma eletrônica e outra impressa. Acredita-se que isso viabilize a democratização do acesso aos valiosos trabalhos e publicações dos(as) pesquisadores(as) e escritores(as) goianos(as). A edição eletrônica seguirá no formato de acesso livre e gratuito, sendo aberta à leitura dos textos publicados em cada edição. As edições eletrônicas são realizadas em parceria com o Portal de Periódicos da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), que hospeda o periódico no formato de *Open Journal System* (OJS).

A *Revista do IHGG* é coordenada por uma equipe de editores ligada ao Instituto e também à UniEVANGÉLICA, e tem como editor-chefe o primeiro signatário, membro do Instituto e professor Dr. Ricardo Assis Gonçalves, da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Como editores-adjuntos, a equipe editorial conta com a participação dos professores e pesquisadores Dr. Nilson Jaime, Dr. Sandro Dutra e Silva e Dr. Altair Sales Barbosa. A equipe editorial tem como comitê científico distintos membros do IHGG, conforme a relação a seguir: Abílio Wolney Aires Neto, Aidenor Aires Pereira, Bento A. A. Jayme Fleury Curado, Eguimar Felício Chaveiro, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Francisco Itami Campos, Giovana Galvão Tavares, Horieste Gomes,

Itaney Francisco Campos, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (*in memoriam*), Nasr Nagib Fayad Chaul, Nilson Jaime, Pedro Nolasco de Araújo e Ubirajara Galli.

Os 15 textos publicados nesta edição da *Revista do IHGG* têm relação com o propósito de incentivar e desenvolver estudos históricos, geográficos e de ciências correlatas. Ademais, objetiva divulgar a produção de escritores em diferentes gêneros literários, visando a afirmação da cultura e da identidade que constituem a formação social goiana e brasileira. Finalmente, esta edição conta com a colaboração de pesquisadores(as) e escritores(as) de distintas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe), Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag), Academia Goiana de Letras (AGL), União Brasileira de Escritores (UBE) – Seção Goiás, Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA), Gabinete Litterário Goyano, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA).

Boa leitura!

Goiânia, dezembro de 2023

Dr. Ricardo Assis Gonçalves
Editor-chefe

Nilson Jaime
Editor-adjunto

Dr. Sandro Dutra e Silva
Editor-adjunto

Dr. Altair Sales Barbosa
Editor-adjunto



“Eu vi o que você fez... E eu sei quem você é!”¹

Elizabeth Abreu Caldeira Brito²

Bom dia a todas e todos.

Cumprimento o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça, que nos recebe nesta manhã festiva.

Cumprimento a todos os acadêmicos, amigos, presidentes de instituições culturais, em nome de minha querida confreira, pelo IHGG e pela Aflag, Prof^a. Dr^a. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, a homenageada neste dia.

Cinéfila que sou, certa vez, assisti a um filme (lançado em 1988) impactante! Ele narra as aventuras de duas jovens que, entediadas por passarem uma noite em uma fazenda isolada e no intuito de diminuir a monotonia, começam a passar trotes telefônicos aleatórios. Elas fazem ligações para desconhecidos e falam, de forma ameaçadora: “Eu vi o que você fez... E eu sei quem você é.” A brincadeira e as gargalhadas

¹ Discurso proferido por ocasião da inauguração da revitalização do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG, ocorrido no dia 21 de julho de 2023.

² Elizabeth Abreu Caldeira Brito é formada e pós-graduada em Educação Física e Psicologia. Mestra em Letras e Críticas Literárias pela PUC-GO. É acadêmica e presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Sócia Titular e 3ª vice-presidente do IHGG. É membro da Associação Nacional de Escritores, da Associação Goiana de Imprensa, da Academia Goianiense de Letras, e da União Brasileira de Escritores – Sessão Goiás, dentre outras. E-mail: beth-abreu@hotmail.com

tornam a noite mais amena e hilariante. A frase tornou-se o título do filme. Eis que, por uma dessas armadilhas do acaso, elas ligam para um jovem diretor de cinema que havia assassinado, brutalmente, sua noiva naquele instante. Intrigadas diante das atitudes curiosas e estranhas do interlocutor, elas continuam a intimidá-lo. Sentindo-se ameaçado, ele passa a procurá-las para eliminá-las (supondo que fossem testemunhas do homicídio). Assim, a trama se desenrola na dinâmica das jovens para salvar as próprias vidas.

Pois bem, a lembrança do filme nos remete ao aqui e agora, porém, sem ameaças ou tragédias. Tão só e apenas para afirmarmos ao Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça: “Eu vi o que você fez e sei quem você é.”

Plagiando o título da película e colocando o sujeito na primeira pessoa do plural, afirmamos que: “Nós vimos o que você fez e sabemos quem você é.” Lembro-me da ocasião, no início desta gestão, em que fomos (eu, vice-presidente; Pedro Nolasco, o tesoureiro; e o presidente, Jales Mendonça) a uma reunião no Sicoob. Lá, foi ventilada a possibilidade da celebração do que seria a maior empreitada de uma instituição cultural junto à iniciativa privada: a parceria Sicoob/IHGG, para o restauro da sede original, a “Casa Rosada” – título dado por mim, em texto publicado, há anos, em uma edição da revista do Instituto. Numa referência à cor do prédio na época de sua construção.

Nós a chamávamos, carinhosamente: “A casinha de papai”, numa alusão à forma afetiva que a confeitira Moema de Castro e Silva Olival (filha de Colemar) se referia a ela, em função do sentimento de pertencimento do Dr. Colemar Natal e Silva (um dos seus fundadores) para com o IHGG. Certa vez, já adoentado, com a memória comprometida e recluso,

visitou, depois de longa ausência, o Instituto. Ao perceber que estava nos aposentos da sala dedicada a ele e ao seu acervo pessoal, exclamou: “Eu estou no meu Instituto? Este é o meu Instituto?”. A emoção dele foi contagiante...

Nós vimos um espaço de somente passagem transformar-se no *Café Brasileira*. Uma belíssima área de convivência, cultura, arte, poesia, gastronomia, entretenimento e enlevos. E, recentemente, uma galeria de arte aberta sob o céu e as sombras do Instituto Histórico.

Vimos o IHGG alcançar a tão sonhada acessibilidade, com a fantástica parceria da empresa BaladAPP. Dela, resultou a aquisição do elevador, idealizado há anos e só agora viabilizado. Com ele, foi possível disponibilizar, àqueles com dificuldades de locomoção, o acesso irrestrito às áreas culturais do segundo pavimento, o que possibilitou e fortaleceu a realização do Projeto “A História Chama a Escola”, que já recebeu quase mil alunos nas dependências do Instituto.

O elevador beneficiou, ainda, a acessível presença de todos às mostras cíclicas e à exposição perene que ocuparão aquele espaço de arte, cultura e história. As mostras periódicas visam a apresentar a história e a trajetória dos que orgulham, com suas biografias, o nosso chão e o nosso povo goianos. A exposição permanente marca, indelével e perenemente, a historiografia goiana, com a instalação do painel iconográfico “GOIÁS +300 - Reflexão e resignificação”. Idealizado em parceria entre o IHGG e o Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis (Icebe), o painel, executado pelos artistas visuais Manuel Henrique e Patrícia Lobo, é composto por 1.200 azulejos que fazem referência à história, à geografia, à literatura e à cultura de Goiás.

O mencionado projeto se constitui, também, na publicação de 18 livros com estudos, pesquisas e narrativas de 13 mil anos da História de Goiás, sob a coordenação de Jales Mendonça e Nilson Jaime. A edição geral da coleção está a cargo de Nilson Jaime. As publicações terão a participação de 450 autores e 30 instituições culturais e científicas.

E, agora, inauguramos a revitalização do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado. Este espaço, ao alcançar a maioridade, com pouco mais de 21 anos de idade, já ansiava reparos. Construído sob uma arquitetura moderna de acústica impecável e acessibilidade adequada, necessitava de melhorias para se adaptar às recentes conquistas estéticas das demais dependências que compõem atualmente o IHGG. Pois bem, já as tem.

Quando acreditei que nada mais há a ser feito em prol da revitalização de todo o espaço do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o Dr. Jales Mendonça afirmou: “Não, Beth! Falta adaptarmos e adequarmos o terceiro pavimento com novas divisórias. As que estão lá já não nos servem. Estão em péssimas condições.” Eu concordei... E sei que logo estarão renovadas.

Essas ações nos fazem lembrar do presidente JK e seu ousado plano desenvolvimentista de levar o Brasil a avançar “50 anos em 5”. As ações da atual gestão promoveram mudanças inimagináveis ao IHGG. Eu, que estive junto ao Instituto por mais de meio século, em uma analogia, posso assegurar que seu desenvolvimento teve um avanço de 50 anos nesses dois anos desta diretoria.

Por tudo isso, com relação à gestão do Dr. Jales Mendonça, podemos afirmar: nós vimos o que você fez e sabemos quem é você!!! Você é quem concretiza o difícil, no aqui agora, e o impossível, daqui a pouco.

Obrigada!



Agradecimentos em nome dos organizadores dos livros *Cronistas e Viajantes, Literatura e Povos Originários*, no lançamento do Box 2 da Coleção GOIÁS+300³

Lenora Barbo⁴

João Guilherme Curado⁵

Bom dia!

Cumprimos os integrantes da mesa nas pessoas dos coordenadores-gerais da Coleção GOIÁS +300: Jales Mendonça, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), e Nilson Jaime, presidente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe).

Nesta solenidade de lançamento, representamos os demais organizadores dos livros que compõem o Box 2 da Coleção GOIÁS +300, a saber: Volume 4: *Cronistas e Viajantes*, organizado por Lenora Barbo e João Guilherme Curado; Volume 5: *Literatura*, que teve à frente Goiandira Ortiz de Camargo,

³ Discurso proferido no IHGG no dia 6 de outubro de 2023.

⁴ Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). E-mail: lenorabarbo@gmail.com

⁵ Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). E-mail: joaojguilherme@hotmail.com

Maria Severina Guimarães e Bento Jayme Fleury Curado; e o Volume 6: *Povos Originários*, estruturado por Poliene Bicalho, Marlene Ossami de Moura e Vanessa Iny-Karajá. Agradecemos a oportunidade de participar do presente projeto, cujo resultado trazemos a público neste momento festivo.

Nós oito, enquanto organizadores dos volumes do segundo box da Coleção GOIÁS +300, realizamos diálogos constantes não só entre nós, mas especialmente com os autores envolvidos nos livros sob nossa responsabilidade, assim como com os coordenadores-gerais. Foram várias as etapas de produção, que consumiram horas de conversas, trocas de informações e sugestões, visando sempre o aprimoramento dos textos que chegam às mãos de vocês, leitores. Desde a seleção das temáticas, da composição da estrutura geral do livro, a realização dos convites para a produção dos capítulos, que se estendeu desde o aceite até a revisão final da versão a ser impressa, decorreu-se significativo tempo em que passamos a estabelecer uma relação de convivência entre a tríade: autores-organizadores-coordenadores, às vezes estendendo nossa coparticipação com outros profissionais envolvidos na produção do presente box, em especial com nossa revisora, Fátima Toledo, e com Adriana Almeida, responsável pela diagramação, a quem saudamos e agradecemos a paciência colaborativa em solucionar nossas dúvidas.

Aos autores, agradecemos inicialmente a resposta positiva de participação, assim como a confiança em nós depositada ao longo da jornada; sempre disponíveis aos inevitáveis debates do processo criativo quando cabia aos organizadores a ideia do todo e por isso a proposição de alguns ajustes mínimos, mas necessários ao êxito quando da junção dos capítulos

- no que fomos prontamente atendidos, mesmo em momentos de prazos exíguos, como nas revisões finais.

Cerca de 90 autores foram envolvidos no Box 2, trazendo amplitudes de pontos de vista e de conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica e/ou das vivências e experiências pautadas em saberes e fazeres desenrolados em amplo território que extrapola o atual Estado goiano, considerando fronteiras mais dilatadas em períodos pretéritos, em que o tempo e o espaço possuíam interpretações diversas das conotações atuais. As perspectivas de análises foram amplas, assim como o foram as instituições representadas; buscou-se, entretanto, uma aproximação com outros Institutos Históricos brasileiros, consolidando a importância e a representatividade das pesquisas advindas dos autores que deles são filiados. Ampliamos, ainda, a participação das Instituições de Ensino Superior, assim como a inserção das comunidades em geral, o que possibilita também ampliar o universo de alcance de possíveis leitores.

Todavia, em relação aos autores, destacamos os protagonismos investigativos que resultaram em capítulos de leituras prazerosas, resultantes de pesquisas de fôlego e que trazem metodologias diversas que possibilitam interações com as variadas interpretações atuais. Saudar cada um de vocês, autores, é um gesto de reconhecimento por nós, organizadores, pela inestimável contribuição de vocês para com o Projeto GOIÁS +300.

Ainda enquanto organizadores, agradecemos a confiança, em especial na proposta de inovação ao adicionar mapas dobráveis ao longo dos capítulos de *Cronistas e Viajantes*, sugestão que só foi viável pela colaboração e total dedicação do nosso cartógrafo-artista Marco Antônio Galvão e dos nossos

coordenadores-gerais, Jales e Nilson, que não mediram esforços para viabilizar tal novidade.

Enfim, diante do muito tempo dispensado aos trabalhos de organização, tarefa árdua, porém prazerosa, é com grande satisfação que nós, os organizadores, comemoramos o lançamento do Box 2 da Coleção GOIÁS +300, composto pelos volumes: *Cronistas e Viajantes, Literatura e Povos Originários* – resultantes do empreendedorismo cultural de dois incansáveis baluartes da cultura goiana: Jales Mendonça e Nilson Jaime.

A partir daqui, tomamos a liberdade de fazer observações pessoais.

O IHGG, a mais antiga instituição cultural sediada em Goiânia, encontrou no promotor de Justiça e doutor em História Jales Mendonça um presidente dinâmico, um gestor de excelência, que, além de ampliar a participação neste Instituto dos historiadores, estudantes, professores e pesquisadores da História de Goiás, por meio de eventos acadêmicos e intelectuais inovadores, também tem criado laços afetivos com a sociedade em geral, por meio de atividades festivas e culturais. Como bem disse o governador Ronaldo Caiado, Jales Mendonça é um intelectual que tem orgulho de ser goiano.

Somando-se a ele, temos o engenheiro agrônomo e doutor em Agronomia Nilson Jaime, que, na presidência do Icebe, uma instituição com apenas três anos de vida, tem movimentado a cena cultural de Goiás. Como editor-geral desse ambicioso projeto, Nilson Jaime tem conduzido com firmeza e competência todo o processo de criação, confecção e publicação dos livros, fazendo interlocução com cada um dos 14 organizadores e gerindo a participação dos 150 autores que colaboraram nos seis livros já publicados, tanto os primeiros

três volumes, lançados em 2022, como os três volumes lançados na data de hoje. Com certeza, conduzir temas tão diversos em curto prazo de tempo não tem sido uma tarefa fácil, mas que ele administra com grande desenvoltura.

Nunca é demais enfatizar que o objetivo do *GOIÁS +300: Reflexão e ressignificação*, nas palavras dos idealizadores do projeto, Jales Mendonça e Nilson Jaime, “é deixar um marco na historiografia goiana com o olhar atual, sem o viés meramente colonizador, abrindo espaço para outros olhares, mais críticos e inclusivos, volvendo 13 mil anos no tempo-espaço, procurando refletir e ressignificar a Geo-História de Goiás e sua cultura”.

Novos desafios, novos livros já se encontram em preparação. Parabéns a cada um que contribuiu para chegarmos até aqui. Mais uma vez, agradecemos a oportunidade, única, de participar dessa bela empreitada.

Goiânia, 6 de outubro de 2023.



O resgate das memórias militares e políticas de Lindolpho Emiliano dos Passos

Jales Guedes Coelho Mendonça⁶

Nilson Jaime⁷

Thalles Murilo Vaz Costa⁸

O livro *Goiás de ontem: memórias militares e políticas* (1987, 271 páginas) trata-se de uma autobiografia de Lindolpho Emiliano dos Passos, nascido na antiga capital de Goiás em 18 de fevereiro de 1900, filho de Antônio Emiliano dos Passos e Cândida Milameixas Passos, e falecido em 21 de maio de 1988. Prefaciada por José Dilermando Meireles, a obra, cuja capa apresenta um belo desenho do artista Octo Marques que retrata a fachada do Quartel do 20, divide-se em três partes. A primeira medeia do nascimento do autor ao seu ingresso no Exército Brasileiro em 1919; a segunda descortina os 11 anos de serviços prestados no 6º Batalhão de Caçadores, sediado na Cidade de Goiás desde 1917 e cinco anos depois removido para Ipameri (GO); e a última e mais abrangente

6 Doutor em História. Promotor de Justiça. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (UFG, 2ª ed., 2018). E-mail: jalescoelhomendonca@gmail.com

7 Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe); coordenador e editor-geral do Projeto GOLÁS +300. E-mail: nilsongjaim@gmail.com

8 Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: thalles_murilo@hotmail.com

aborda os 21 anos de atuação (1930-1951) nos quadros da Polícia Militar Goiana, oportunidade em que comandou a 1ª Companhia da corporação nos tensos momentos da efetivação da mudança da sede administrativa do Estado para Goiânia.

Embora constitua-se uma fonte privilegiada de informações – algumas até hoje não encontradas em outra publicação –, impressiona verificar o quase completo desconhecimento do

trabalho de Lindolpho, inclusive entre estudiosos da História de Goiás. Por esse motivo, o vertente artigo busca resgatar as referidas memórias, compartilhando-as com a opinião pública.



Capa livro

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Lindolpho era neto, pelo lado materno, do Major Antônio Martins Milameixas, veterano da Guerra do Paraguai, e, pela linhagem paterna, sobrinho de Samuel Sabino dos Passos, destacado comerciante na antiga capital e seu primeiro prefeito após a Revolução de 1930. Ademais, era afilhado de batismo dos tios Joana dos Passos Souza e Joaquim José de Souza, senador da República por dois mandatos (1891-1909).

Mesmo pertencendo à tradicional família vilaboense, depreende-se facilmente da narrativa de que o padrão de vida do autor durante a sua infância e juventude foi modesto, na esteira, aliás, da média da população local. Aos sete anos,

matriculou-se no Colégio das Irmãs Dominicanas, sendo ali alfabetizado. Cerca de dois anos depois, deixou o espaço educacional para estudar com professores particulares.

Como seu pai fora nomeado administrador do porto de Ipê Arcade, no Rio Paranaíba, divisa com Minas Gerais, Lindolpho e seus dois irmãos mais velhos, Olderico e Levi-no, foram matriculados em julho de 1912 no Seminário Santa Cruz, em Ouro Fino, distrito do município de Goiás, à época dirigido pelo padre português José Marques Vidal.

As reminiscências vividas no rígido estabelecimento de ensino ganharam destaque na reconstituição dos eventos, afinal, a experiência educacional no internato modelou o espírito dele, inserindo forte senso de disciplina e religiosidade – duas características que certamente o inclinaram para a carreira militar, na sequência.

O tempo passado na instituição religiosa, apesar de marcante, não foi longo. Em junho de 1913, o seminário transferiu-se para a Cidade de Goiás e, em março de 1914, por falta de recursos financeiros, os irmãos Passos tiveram de deixá-lo.

No entanto, o autor não abandonou os estudos, logrando aprovação na seleção de ingresso do conceituado Lyceu de Goiás, equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, desde 1906. Contudo, o caminho discente se mostrava bastante incerto e as dificuldades financeiras o desestimulavam a prosseguir-lo. Assim, em outubro de 1919, quando ainda cursava o 2º ano no Lyceu, Lindolpho alistou-se como voluntário no 6º Batalhão de Caçadores do Exército, aquartelado na capital de Goiás.

Esse acontecimento ressalta diferenças em relação às famílias goianas mais ricas, cujos filhos, em regra, concluíam a formação educacional no Lyceu e depois rumavam geralmente para as faculdades de Direito, fora ou dentro do estado.

TEMPO NO EXÉRCITO (1919-1930)

Em junho de 1920, pouco tempo depois da perda de sua genitora, Lindolpho conseguiu incorporar-se no Exército como recruta. Posteriormente, galgou degrau na carreira militar destinada aos chamados praças (não oficiais), sendo promovido a cabo em 1920; 3º sargento no ano seguinte; 2º sargento em 1922, e 1º sargento em 1927.

Tais promoções, evidentemente, não aconteceram por acaso. Foram semeadas pelo empenho despendido em missões conferidas a ele. No intervalo entre elas, participou de episódios marcantes da história do Exército Brasileiro em Goiás, sobretudo a passagem da Coluna Prestes e, principalmente, a transferência do 6º BC para Ipameri, em julho de 1922.

A despeito de o autor não mencionar as causas geradoras da remoção da única unidade das Forças Armadas sediada no estado mediterrâneo, o memorialista Joaquim Rosa, em seu *Por esse Goiás afora...* (1974), credita tal façanha ao trabalho persistente desenvolvido pelo deputado estadual Francisco Vaz, representante de Ipameri na Assembleia Legislativa, e acrescenta: “Aproveitou ele, e explorou, a animosidade existente entre a população de Vila Boa e o elemento militar do Exército. Por sua vez, a política dominante apenas tolerava a presença da tropa de linha junto às pirambeiras da Serra Dourada”.

Essa experiência da mudança do 6º Batalhão de Caçadores marcou Lindolpho, registrando as seguintes recordações: “Ipameri, pequena cidade sulina, não tinha, à época da mudança do 6º BC, condições para abrigar e mesmo hospedar todo o contingente humano que para lá se transferiu. Assim foi que oficiais, sargentos e praças casados lutaram com grande dificuldade para alojar suas famílias”. O contingente militar deslocado para Ipameri alcançou cerca de 400 homens,

mas, em ocasiões especiais, esse número atingiu mais de 2.000. A título de comparação, nove anos mais tarde (1931), a Polícia Militar de Goiás possuía pouco mais de 500 membros em suas fileiras (Decreto nº 395, de 19 de dezembro de 1930).

Em 1925, no bojo da luta empreendida pelo desmantelamento da Coluna Prestes, o escritor tornou-se instrutor militar dos “Batalhões Patrióticos”, milícias que apoiavam as forças de segurança regulares no combate aos insurgentes. Em razão disso, ele deixou Ipameri e retornou à sua cidade natal, onde pouco depois contraiu núpcias com Avany de Camargo. Em seguida, especificamente em 15 de outubro de 1929, nasceu o primogênito do casal, Norton de Camargo Passos, editor da publicação *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*.

Em meados de 1930, Lindolpho recebeu a notícia de sua provável transferência para o 16º Batalhão de Caçadores, instalado em Cuiabá. O deslocamento da família para lá traria consequências difíceis de serem contornadas. Todavia, a Revolução de 1930 obstou-a, direcionando sua trajetória profissional na direção da Polícia Militar de Goiás.

“A polícia goiana era, incontestavelmente, uma das nódoas mais negras da velha República”, registrou acremente o interventor Pedro Ludovico Teixeira em seu relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas em 1933. O péssimo conceito enunciado no documento oficial traduziu-se no expurgo realizado na corporação, consoante assinalou Lindolpho: “Com a dissolução parcial do Batalhão, demissões, reformas de oficiais e exclusões de praças, a mesma sofreu um desfalque de 30% no seu total efetivo”.

A lacuna aberta com a exoneração dos oficiais restou preenchida pelos militares do 6º BC, a exemplo do próprio autor, que de sargento do Exército transformou-se em capitão

da Polícia Militar em 8 de novembro de 1930, ou seja, saiu de um posto subalterno nas Forças Armadas para assumir a condição de oficial da PM goiana.

TEMPO NA POLÍCIA MILITAR (1930-1951)

A maior parte da trajetória militar de mais de três décadas de Lindolpho Emiliano dos Passos se desenrolou no seio da PM de Goiás. Durante esse período, ele teve o privilégio de observar acontecimentos políticos cruciais, bem como vivenciar transformações que impactaram a aludida corporação, motivo pelo qual suas lembranças representam uma fonte valiosa para a compreensão dessa fase da denominada Era Vargas.

Após a Revolução de 1930, o Coronel Pyrineus, comandante do 6º BC, contribuiu para a reorganização da Força Pública (PM), “cujos quadro e tropa, com honrosas exceções, não mereciam confiança”, sub-



Lindolpho Emiliano dos Passos.
Foto: reprodução

linhou Lindolpho. Para a execução dessa tarefa, Pyrineus indicou Anfrísio da Rocha Lima e Elpídio da Motta Pedreira, ambos tenentes do Exército, para os cargos de comandante e subcomandante da PM, respectivamente.

Apesar do esforço de profissionalização da instituição militar estadual, os novos detentores do poder mantiveram antigas práticas, nomeando praças e oficiais sem ouvir os superiores, obedecendo critérios puramente políticos, o que

gerou o pedido de exoneração de Anfrísio e Elpídio, em agosto de 1931. Em substituição, nomeou-se o Major Salomão Clementino de Faria (comandante) e o Capitão Benedito Quirino de Souza (subcomandante), troca que parece não ter agradado ao autor: “o primeiro, sem experiência e traquejo de caserna, o segundo, ardiloso e ambicioso pelo cargo de comandante”.

No dia 23 de outubro de 1931, véspera do primeiro aniversário da Revolução, o chefe de Polícia Ernani Cabral, alegando um suposto contragolpe urdido pelos “decaídos”, ordenou a invasão da Fazenda Lages, propriedade da família Caiado, no município de Itaberaí.

A narrativa de toda a operação emerge das páginas da obra. Ao chegarem à fazenda, confirmaram-se as dúvidas de Lindolpho de que a suposta sublevação não passava de mera fantasia, visto que só existiam peões, algumas mulheres e o ex-governador Brasil Ramos Caiado, alvo principal da perseguição.

Após o início da Revolução Constitucionalista de 1932, o autor acabou destacado para a linha de frente dos combates, liderando um expressivo contingente na fronteira do que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul. O Comando-Geral das forças goianas coube a Domingos Vellasco, nomeado coronel comissionado da PM pelo interventor Pedro Ludovico.

As tropas goianas partiram em 19 de julho de 1932 e só retornaram em 8 de outubro, participando de combates no Porto de Alencastro (6 de agosto), na região do Rio Quitéria (11 de agosto) e em Três Lagoas (5 de outubro).

Segundo Lindolpho, após o término da Revolução de 1932, não houve reconhecimento pelas autoridades estaduais do valor desempenhado pelos policiais. De outro lado, os batalhões patrióticos receberam “rasgados elogios”, sobretudo por seus líderes serem chefes locais.

Aspecto muito interessante a respeito dos oficiais da PM na ocasião era a frequente investidura interina na função de Delegado Especial, posição fundamental no controle político de qualquer município. Nessa posição, uma espécie de “longa manus” do interventor, o autor foi comissionado em abril de 1933 para atuar em Catalão, enredada em feroz luta política travada entre os grupos de Diógenes Dolival Sampaio e Mário Netto, rivais inconciliáveis. A missão inicial era pacificar o ambiente conflagrado, garantindo condições para a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

O acordo político entabulado com o governo estadual previa que a facção vencedora no sufrágio receberia o respaldo oficial para dirigir a política local. Apurados os votos, a vitória coube aos Netto, mais ligados a Vellasco do que a Ludovico, fato que certamente pesou para a permanência dos Sampaio na prefeitura. De acordo com Lindolpho, tal fato “motivou o rompimento” de Vellasco e Ludovico, o que destoa da versão oficial, agarrada à perspectiva de que Vellasco desejava tornar-se governador constitucional na sucessão ludoviquista.

Após as eleições de 1933 para a Constituinte Nacional, sucederam as de outubro de 1934 para a importante Constituinte Estadual, palco que deliberaria a sorte do projeto mudancista e escolheria o próximo governador. Salomão de Faria, comandante da PM desde 1931, resolveu pleitear uma dessas 24 cadeiras, transformando o quartel “num reduto da mais danosa politicagem”, no dizer de Lindolpho. Como mantinha-se em posição de “neutralidade”, logo o escritor acabou rotulado de vellasquista, “crítica para a qual jamais ligava, porque era feita à minha ausência”, registrou.

Os atritos com o superior Salomão de Faria motivaram sua designação como Delegado Especial para Caiapônia. Insatisfeito com a nova missão, Lindolpho então resolveu recorrer ao influente político Laudelino Gomes de Almeida, conseguindo

sua nomeação para Campinas em fevereiro de 1934, quando justamente as obras de Goiânia ganhavam forte impulso.

Além das ocorrências policiais de praxe, o autor detalha um acontecimento pitoresco e desconhecido ocorrido na cidade, isto é, uma briga entre o prefeito Licardino de Oliveira Ney e o interventor Pedro Ludovico Teixeira, episódio narrado no subtítulo “Pugilato Inédito”.

Licardino e o médico Carlos de Freitas eram proprietários de olarias e vendiam tijolos para a construção dos prédios em contratos aparentemente iguais. No entanto, o alcaide descobriu que o Estado pagava um valor maior ao produto do facultativo, levando-o a tirar satisfações com Ludovico, que se irritou profundamente, “deu um pescoção no Licardino, à altura da orelha esquerda, sangrando-a. Revidando, Licardino o agrediu e ambos rolaram pelo assoalho da pequena sala”. Nesse instante, o “jagunço Chico Mulatinho”, de revólver engatilhado, mirava o prefeito, sem, contudo, disparar. Logo os contendores foram apartados pelos presentes e os ânimos, serenados. Em poucos dias, se reconciliaram.



Quartel da PM em Vila Boa. Foto: Gravura Octo Marques.

Em outubro de 1935, novamente Lindolpho dos Passos recebeu pessoalmente do interventor Pedro Ludovico outra incumbência muito parecida com aquela desempenhada em Catalão dois anos antes. A causa da temperatura elevada era, como sempre, a proximidade das eleições em Jaraguá, município dominado por forte conflito entre os coronéis Elias da Fonseca (prefeito) e Diógenes de Castro Ribeiro, ambos partidários do governo na ocasião.

O olhar do capitão Lindolpho conseguiu diagnosticar as origens de tantas batalhas fratricidas no interior de Goiás: “A luta desses chefes políticos tinha raízes profundas e datava da época do Caiadismo, quando ambos militavam em partidos opostos. Com o advento da Revolução de 1930 e dissolução dos partidos políticos, novas agremiações foram fundadas em Goiás e o partido do governo recebeu em seus quadros adesões de elementos da grei Caiadista”.

O pleito jaraguense transcorreu normalmente, apesar de alguns incidentes mais graves que não chegaram a desaguar em tragédia. No entanto, a vitória do grupo Castro Ribeiro desempenhará no jogo político estadual relevante implicação, sobretudo pela dissidência da corrente do prefeito Elias da Fonseca, do médico Paulo Alves e do suplente de deputado estadual Sebastião Gonçalves de Almeida, referido no livro apenas pelas iniciais “S.G.”, autor de uma ação proposta em 1936 no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em que pedia a cassação de cinco parlamentares do partido governista (PSR) na Assembleia Legislativa.

Tal qual ocorrera em 1922 com o 6º BC, Lindolpho assistiu ainda a transferência do Batalhão de Polícia Militar para Goiânia no início do ano de 1936. Como em Ipameri, de novo, o autor assinalou que a nova urbe igualmente ainda não detinha plenas condições de receber um número tão alto de policiais e agregados. Por essa razão, a decisão, deliberada por Salomão de Faria numa reunião com os oficiais, mereceu o

voto contrário do autor: “Eu me bati contra a ideia, por julgá-la prematura, e o fiz porque antevi as dificuldades que a tropa teria que enfrentar, a exemplo do que aconteceu com o 6º Batalhão de Caçadores, quando de sua mudança da Capital do Estado, em julho de 1922, para a cidade de Ipameri, onde ficou acantonado por espaço de seis meses, enquanto se construía o quartel, e, nesse período, sofreu profundos abalos disciplinares”.

Com a remoção do Batalhão para Goiânia, Lindolpho assumiu o comando da 1ª Companhia na antiga capital no começo do ano de 1936, quando a cidade ainda sediava os poderes Judiciário e Legislativo. O cenário político representava um grande desafio a ser superado naquele momento: “No comando de uma força policial, minha maior preocupação era a de preservar a disciplina da corporação, a fim de evitar que as lutas ideológicas se alastrassem no quartel; porém, minhas precauções foram frustradas”. Ato contínuo, complementou: “O governo, com a cabeça cheia de fuxicos que os boateiros e puxa-sacos teciam em torno dos acontecimentos políticos da capital, nomeou o 2º tenente de polícia, Sebastião Braz de Oliveira, para cargo de delegado especial da capital. (Esse oficial foi um dos muitos civis que o Interventor Pedro Ludovico guindou ao posto de 2º tenente da Força Pública, contrariando leis militares que regulavam a espécie)”.

Entre os vários atos arbitrários cometidos pelo citado delegado especial e seus agentes, convocados diretamente de Goiânia, encontra-se a prisão do deputado estadual Jacy de Assis, acusado de portar documentos comunistas associados a Luís Carlos Prestes, líder da Intentona de novembro de 1935. Com a detenção, receosos de novos atos arbitrários, os demais parlamentares oposicionistas ou dissidentes solicitaram abrigo no quartel do Exército (2ª Companhia do 6º BC), comandado pelo filho do prefeito demissionário da antiga capital, Joaquim da Cunha Bastos.

Na realidade, o plano do qual Lindolpho tomou ciência seria deter os deputados na própria sede do poder: “Embora afastado dos conchavos políticos, fui informado de que se tramava uma invasão à Assembleia Legislativa para, durante a sessão, prender alguns deputados da oposição. [...] Trajado à paisana, às 7 horas da manhã, fui à loja do deputado Hermógenes [Coelho] e, no seu escritório, no fundo da loja, discretamente o informei de tudo quanto estava tramado no diabólico plano”.

“O ambiente era estarrecedor”, rememora o capitão Lindolpho, descrevendo na sequência um acontecimento não registrado até hoje em outro livro, a saber: “Dentre os muitos atos de violência que se registraram, o assassinato de um humilde lavrador, na calada da noite, à porta do edifício da Assembleia Legislativa, foi, sem dúvida, o que mais apavorou as famílias goianas, que se sentiam desprotegidas e inseguras face a tantas maldades. Esse crime ficou impune; a polícia não soube quem o praticou”.

Outro homicídio relacionado aos acontecimentos envolvendo o período mudancista é descrito por Lindolpho Emiliano dos Passos. Trata-se de um sério conflito armado sucedido na praça principal da antiga capital entre os homens do Exército Brasileiro e da Polícia Militar, liderados pelo delegado especial Sebastião Braz de Oliveira. O autor emite sua opinião sobre o caso: “Esses policiais [da PM], aliás, os mesmos dos recentes episódios policiais que envolveram a cidade num arrocho sem tréguas, foram os mais responsáveis pelo choque armado que vitimou o cabo Gaudêncio, daquela Companhia [6º BC], filho do ex-terceiro sargento da polícia, José Gonçalves Gaudêncio”.

Lindolpho narra ainda que, ao tomar conhecimento do ocorrido, se dirigiu ao quartel, onde se encontrou com o tenente Sebastião Braz de Oliveira e dirigiu-lhe as seguintes palavras: “Houve um crime militar, no qual você e praças da

sua delegacia estão envolvidos; a esse crime, junte-se outro de caráter mais grave: a tentativa de amotinar a companhia, armando praças de fuzis mandando-os para as ruas. Todos vocês serão indiciados no inquérito a ser aberto pela justiça militar; daí porque você, tenente, perdeu sua autoridade e por isso eu o destituo do cargo, até que o Interventor Pedro Ludovico resolva o caso”.

Um parêntese sobre o episódio: no âmago do referido inquérito policial aberto pelo delegado Sebastião Braz de Oliveira, no mesmo dia do acontecimento (noite de 4 de dezembro de 1936), percebe-se que o agente falecido foi Clóvis de Faria, soldado do Exército, e não o mencionado cabo Benedito Estácio Gaudêncio, este envolvido em um atrito com praças da PM no dia anterior.

Aliás, neste dia anterior (3 de dezembro), o comandante da 2ª Companhia do 6º BC, tenente Eduardo Confúcio da Cunha Bastos, enviou uma correspondência para Lindolpho, comandante da 1ª Companhia da PM, onde consta a seguinte passagem: “A situação está bastante tensa, muito embora este Comando tudo tenha feito para que desapareça o ambiente criado. A patrulha do Exército, na noite de ontem, foi reforçada, a fim de evitar um acontecimento lamentável. Os vossos soldados, declarando haver recebido ordens de um oficial dessa Corporação, têm provocado os desta Cia. e feito espalhar notícias sobre os seus objetivos, isto é, espancar os soldados do Exército que forem encontrados isolados”. O capitão da PM respondeu: “Ignorando qual seja esse oficial, rogo-vos para que, por intermédio dos vossos comandados, seja declinado o seu nome para melhor esclarecimento”.

Compulsando o aludido inquérito policial, conclui-se que as provas colacionadas aos autos não foram suficientes para embasar nenhuma ação penal, quedando-se arquivado apenas pelo tempo. Sem embargo, cumpre dizer que o promotor “ad hoc” Luiz Altino da Cunha e Cruz, em 5 de maio de

1937, julgando insuficiente a investigação levada a efeito pelo encarregado do governo, solicitou cópia de outro procedimento investigativo aberto pelo Exército Brasileiro e supostamente conduzido pelo tenente Otaviano de Paiva, lotado em Ipameri.

Entretanto, o inquérito verde-oliva também não mereceu melhor sorte, consoante informou de Jundiá/SP, em 16 de setembro de 1937, o tenente-coronel Mário Pinto da Silva Valle ao magistrado da comarca de Goiás: “Tenho a declarar-vos que o inquérito de que se trata na citada cópia, em obediência a ordens superiores, não teve prosseguimento”.

Calha ressaltar que a dita manifestação do promotor “ad hoc” Luiz Altino da Cunha e Cruz, nomeado pelo juiz de Direito Ignácio Bento Loyola, foi das mais corajosas, porquanto não apenas mencionou o assassinato do lavrador, já referido acima, como também nominou os cidadãos vítimas de tortura na antiga capital: “É fato público e notório que, em seguida à dissidência que se feriu no seio da Assembleia Legislativa do Estado, a cidade se viu invadida de indivíduos suspeitos, os quais, à revelia de qualquer punição, ao menos correccional, praticaram desatinos sobre desatinos, desde o espancamento de cidadãos pacíficos, como seja Domingos da Fé, Matusalém de Tal, Gerôncio da Conceição e outros, até o assassinato em plena via pública de vítima indefesa, pobre serviçal que demandava cumprir os deveres do dia!”.

Mais: no início de 1937, ordens superiores determinaram a desativação da 2ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores, sediada na Cidade de Goiás, transferindo-se essa unidade militar para Ipameri. Fecha-se parêntese.

Em outubro de 1937, Lindolpho foi nomeado para a Casa Militar do Governo de Goiás e, no mês seguinte, assumiu o posto de subcomandante interino do 1º Batalhão em Goiânia. Com indicativos claros de que ficaria em definitivo na nova capital, comprou a residência onde havia morado em Campinas em 1934, mudando-se para lá com sua família.

A partir desse momento, Lindolpho continua sua narrativa contando as remoções para Rio Verde, Jataí e a distante Pedro Afonso. A viagem para essa última cidade durou quase um mês – de 6 de junho a 3 de julho de 1941. A narrativa sobre a epopeia para assumir o cargo é um dos destaques do livro, ao esquadrinhar os percalços do trajeto por terra e pelos cursos d'água do então extremo norte de Goiás.

Em 13 de junho de 1944, após quase 14 anos no mesmo posto de capitão, finalmente Lindolpho conseguiu ser promovido a major. Sua observação sobre como funcionava o mecanismo de ascensão na PM é válida: “Vou relatar como eram feitas as promoções na PM no regime ditatorial. Para acesso ao posto imediato, a escolha do candidato era decidida pelo Interventor, que não obedecia às normas prescritas na Lei de promoção. Prejudicados uns e passados outros para trás, o beneficiado era sempre um apadrinhado político”.

Sua elevação ao posto de tenente-coronel se deu em 21 de junho de 1946, na vaga aberta pela aposentadoria de Agenor Francisco Santiago, quando o Estado de Goiás já era governado pelo Interventor General Felipe Antônio Xavier de Barros. Impende registrar que esse era o último degrau da carreira da Polícia Militar de Goiás à época.

Com a queda do Estado Novo e a vitória de Coimbra Bueno, um dos coordenadores da campanha do candidato da UDN, Esmerino Soares, convidou-o para assumir o comando da PM. Ele declinou de imediato da proposta e sugeriu o nome de Otaviano Paiva para o cargo, ficando como Chefe do Estado-Maior.

Ocupando essa última função, Lindolpho colaborou na transferência do Batalhão de Rio Verde para a Cidade de Goiás. O significado político desse fato é extraído das próprias alegações: “Duas razões levaram a isso: desagrar a antiga Capital do impacto que sofreu com a mudança do Batalhão de Polícia para Goiânia e retirar daquela cidade (Rio Verde) o

2º Batalhão, que há vários anos acantonou-se num pardieiro anti-higiênico, rotulado de quartel”.

Em novembro de 1949, o tenente-coronel Arnaldo de Moraes Sarmiento assumiu o comando da corporação, o que desagradou profundamente Lindolpho.

Com a mudança no alto escalão, abriu-se uma investigação contra seu primo, Major Hermílio Celestino Rodrigues, que, não suportando a pressão e a vergonha, suicidou-se. Tais fatos serviram para apressar o desejo de deixar a instituição militar, aposentando-se em 4 de janeiro de 1951. Tempos depois, quando já estava inativo, foi promovido ao cargo de coronel por decisão judicial de 19 de janeiro de 1959.

Por fim, como dito no início, o objetivo do vertente estudo é resgatar do esquecimento as memórias de um dedicado servidor público, que fez questão de legar à posteridade acontecimentos muitas vezes não encontrados em nenhum outro livro. A propósito, foi justamente essa a intenção de Lindolpho Emiliano dos Passos também: “O que escrevi neste livro nenhum valor excepcional tem. O fiz apenas para atender aos reclamos de minha consciência de não deixar sepultados no esquecimento episódios vividos ao longo de uma trajetória de autênticos serviços militares que prestei”. Publicou suas lembranças em 1987 e faleceu no ano seguinte.

Referências

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia/GO, 1987.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora....* Goiânia: Cultura Goiana, 1974.



Nas pegadas do FICA: a criação do festival no contexto do cinema em Goiás

Wanessa Siqueira Costa de Lima⁹
Ademir Luiz da Silva¹⁰

Um novo capítulo da política cultural goiana começa a se registrar em 1999: um empreendimento ousado baseado quase que exclusivamente na estrutura de uma gestão autodenominada “Tempo Novo”. Dessa forma, a concepção do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) foi, como demonstraremos, marcada por uma combinação de circunstâncias ou de acontecimentos políticos que influenciaram de modo incontestável na consolidação do inusitado projeto.

Sob o frisson das discussões internacionais acerca da preservação ambiental que ganharam eco nacional após a Rio 92¹¹, veio a promulgação dos princípios definidores da Educação Ambiental (EA) no Brasil. A partir do ano de 1997, surgiram, no âmbito das políticas educacionais, os Parâmetros Curriculares

9 Socióloga. Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (Teccer). E-mail: wanessa.tiete@gmail.com

10 Presidente da União Brasileira de Escritores – Seção Goiás. Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos cursos de História, Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (Teccer). E-mail: alsconclave@gmail.com

11 A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, também conhecida por Eco 92, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. O evento foi um dos maiores marcos ambientais internacionais e o primeiro grande evento ambiental organizado pelas Nações Unidas no Brasil.

Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), reconfigurando, com base nos documentos internacionais, o discurso pró-ambiental no currículo escolar e nas mais diversas políticas públicas. Foi nesse contexto que o FICA apareceu, com participação de intelectuais da cultura nacional e regional, articulados à política da equipe de governo recém-empossada e inspirados pelo contexto global de defesa ambiental.

Se, para muitos, parecia inusitado encampar um festival audiovisual numa cidade de insuficiente infraestrutura turística e sem nenhuma tradição de cinema, para os habitantes da antiga capital, aquela poderia ser uma oportunidade de se reabilitar nos cenários político e cultural goianos. E, assim, o improvável se consolidou. Atualmente, em sua 23ª edição, o FICA pode ser considerado uma tradição na Cidade de Goiás.

Neste primeiro capítulo, vamos tratar do contexto histórico de criação do FICA, considerando o cenário político e as discussões ambientais existentes naquele momento. Começaremos por caracterizar sob que bases se assentou o projeto do FICA; além disso, falaremos, brevemente, sobre a história da Cidade de Goiás, cuja vocação artística e cultural, tecida ainda nos tempos de capital do estado, não se pode negligenciar.

No último tópico do capítulo, sintetizaremos a história do movimento ambiental global, entendendo-a como matéria importante para compreendermos as matrizes ideológicas dos projetos e das políticas que abraçam as questões de EA, a exemplo do que o FICA se propõe. Veremos, por fim, como a construção da EA, ao longo de sua história, rompeu os limites das ciências biológicas, reconectando diferentes ciências e saberes, se fortalecendo no debate enquanto temática transversal, essencial para a formação humanística e para a sustentabilidade da vida.

As primeiras sessões de cinema em Goiás foram exibidas em 1909, no Cinema Goyano, apenas 14 anos depois da inédita projeção das dez fitas produzidas pelos irmãos Lumière, em Paris. A chegada do cinema na Cidade de Goiás, nesse “curto” espaço de tempo, denota uma excepcional proeza dos empreendedores, tendo em vista as limitações logísticas do Estado de Goiás no início do século XX, haja vista a precariedade das estradas, a localização periférica, a escassez de transporte e as parcas relações de comércio existentes. Alguma dinamização comercial de fato só viria a despontar anos depois, a partir da dinamização da economia cafeeira e com a decorrente expansão dos trilhos da ferrovia, que alcançaram o território goiano por volta de 1913.

Figura 1 - Cartaz de divulgação da estreia do Cinema Goyano



Theatro S. Joaquim
Empresa Recreio Goyano
CINEMATOGRAPHO PATHÈ FRÈRES
Estreia — Hoje — Estreia
A's 8 horas da noite, com um programa esplendido e magnifico
Variadas fitas
COMICAS,
DRAMATICAS E
PHANTASTICAS
As Exmas. familias que quiserem poderão mandar cadeiras para as galerias
Entradas:
Geral 2.000
Cadeiras 3.000
OS BILHETES ACHÃO-SE Á VENDA NA PHARMACIA S. DOMINGOS E NAS CASAS DOS SRS. FELIPPE BAPTISTA, FRANCISCO DE BASTOS E BICHARA SADDI.

Fonte: *Jornal a Redação* (2016). Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/74111/os-musicos-do-cinema-mudo-em-goias>. Acesso em: 20 mar. de 2022

O cartaz que anunciava o evento de inauguração do cinema marcava para as 20 horas o início da sessão e prometia uma programação “esplêndida e magnífica”, com variados filmes, entre eles *COMICAS, DRAMATICAS E PHANTASTICAS*. As entradas eram comercializadas por 2\$000 (dois mil réis), a geral, e 3\$000 (três mil réis), a cadeira (Leão e Benfica, 1995, p. 23). O primeiro empreendimento cinematográfico de Goiás iniciou suas atividades no Theatro São Joaquim, permanecendo até 1917, quando transferido para a sede própria no Largo da Cadeia, onde funcionou até 1934. Ressalta-se que, em 1857, foi inaugurado o prédio do Theatro São Joaquim, onde, por mais de 30 anos, foram promovidas peças teatrais e musicais que contribuíram enormemente para a formação artística na cidade. Nesse mesmo espaço, aos 13 dias de maio de 1909, foi instalado o Cinema Goyano.

O pioneiro Cinema Goyano foi seguido pelo Cinema Luzo-brasileiro (Foto 1), aberto em 1914; pelo Cine Íris, de 1919 a 1923; pelo Cinema Ideal, de 1923 a 1927; e pelo Cinema Central, em 1925. Como nos primeiros anos o cinema era mudo, boa parte da animação ficava por conta de pequenas orquestras que eram convidadas para fazer, ao vivo, o acompanhamento instrumental das projeções. A execução de músicas durante as sessões de cinema mudo foi um recurso bastante comum desde a primeira mostra dos Irmãos Lumière.

Ao longo da década de 1910, grupos maiores foram sendo formados para essa finalidade. Assim, de acordo com o tamanho ou importância da sala de cinema, duos de piano e violino, quartetos ou até pequenas orquestras eram contratados pelos empresários da indústria cinematográfica (Alcântara, 2016).

Foto 1 – Cine Luzo-brasileiro (1914)



Fonte: *Blog O Vilaboense*. Disponível em: <http://ovilaboense.blogspot.com/2009/05/100-anos-do-cinema-em-goias.html> Acesso em: 01 ago. de 2022

Nos primórdios do cinema, a música foi empregada principalmente para abafar os ruídos dos projetores: o som podia ou não se harmonizar com as cenas, posto que os músicos nem sempre tinham prazo para previamente conhecer as fitas e definir um repertório musical adequado. Ou seja, não adequadamente ensaiada para tal fim, pode-se pressupor algum descompasso rítmico entre a tela e o som, ou a falta de harmonização entre a música reproduzida ao fundo e a história, como bem observou Miranda em seu artigo sobre a música das telas.

A execução de música ao vivo durante uma projeção não significava necessariamente uma correlação narrativa entre o que era visto e ouvido. Poderia ser, muitas vezes, um mero chamariz, uma vez que historicamente espetáculos populares eram anunciados via música, ou

então um paliativo para o silêncio das imagens e para o desagradável ruído do projetor (Miranda, apud London, 2011, p. 20).

Com o tempo, foram pensados aperfeiçoamentos para fazer o fundo musical do cinema, e, a partir da estruturação e da consolidação financeira do cinema enquanto atividade comercial, foram montadas orquestras com piano e instrumentos de sopro e cordas para acompanhamento das sessões. Ao passo que a arte cinematográfica se desenvolveu, também se aperfeiçoaram as técnicas de som, para acompanhamento dos filmes. As grandes empresas criaram, na época, as *cue sheets*, um tipo de lista com sugestões de músicas e procedimentos de temperagem do som.

Em Goiás, o cinema mudo, de início, foi acompanhado por integrantes da banda militar, posteriormente substituída por pequenos grupos de instrumentistas. Daí surgiu a primeira orquestra de Goiás, criada pela musicista Nhanhá do Couto¹², uma das pioneiras do ensino musical no Estado de Goiás.

Em 1927, o lançamento do filme *The Jazz Singer* (*O Cantor de Jazz*) marca a entrada do cinema “falado”. Com esse filme protagonizado pelo cantor Al Jolson, a Warner Bros emplacou um inédito sucesso de público e recuperou suas finanças, salvando-se da falência; tudo graças à máquina desenvolvida por Lee Forest e adquirida pelos irmãos Warner, que permitiu a gravação magnética das películas viabilizando a reprodução simultânea de imagens e sons. Contudo, essa interação não foi bem recebida por todos, a história do cinema mundial revela reticências de grandes cineastas, como Charles Chaplin,

12 Angélica da Costa Brandão (1880-1945): musicista e promotora cultural. Residindo na Cidade de Goiás, montou a primeira orquestra da cidade, compondo os fundos musicais para os filmes mudos. Fundou um clube carnavalesco de mulheres e a primeira orquestra feminina do Brasil. Criou os grupos de teatro e música em várias localidades do Estado. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/nhanha-do-couto-1880-1945/>. Acesso em: 07 dez. de 2021.

Sergei Eisenstein e Alfred Hitchcock, os quais, ao menos de início, foram resistentes ao uso do som em seus filmes. Alegavam preocupação com a primazia do som sobre a arte interpretativa, julgando com a perda do estilo cinematográfico e da fantasia, e que, justamente pela eloquência que o som, a trilha sonora como um todo, produz no filme, alguns atores não se entregavam totalmente à interpretação, deixando para o efeito sonoro a função de encantar, envolver o público, delegando ao som a emoção, a sensação da transposição para o mundo dos sonhos, da fantasia.

A sincronização do som com a imagem conferiu à chamada “sétima arte¹³” uma linguagem nova e rica em possibilidades criativas. Essa tecnologia tornou a mensagem das telas mais eficiente e atrativa. Muito bem recebido pelo público, o incremento do som ao cinema, o cinema falado, inovou a linguagem das telas e engendrou uma sucessão de avanços técnicos e tecnológicos dos elementos de som e de imagem, da qual a linguagem de cinema não mais se separaria. Em decorrência disso, a estruturação dos cinemas falados dispensou o acompanhamento dos músicos que se ocupavam da execução dos fundos musicais para as sessões. Na Cidade de Goiás, esses artistas se dispersaram a partir de 1937, concomitantemente ao lançamento de *O Cantor de Jazz* e à transferência da capital.

Outro símbolo da cultura da Cidade de Goiás foi o Gabinete Literário, sito à Rua Coronel Joaquim Guedes Amorim, nº 9, em seu centro histórico. Criado em 1864, sua existência indicia influxos de intelectualidade e sofisticação apreciados pelas famílias mais abastadas que integravam os grupos

13 Sétima arte foi a denominação ou classificação dada ao cinema pelo italiano Ricciotto Canudo, na obra *Manifesto das sete artes e estética da sétima arte*. A partir desse ensaio, o cinema começou a ser pensado como arte. Canudo considerou o cinema como a súpula das artes espaciais (arquitetura, pintura, escultura) e rítmicas ou temporais (música, poesia e dança) em movimento, estando assim em posição superior a todas essas, uma vez que absorvia as principais características das artes espaciais e temporais.

políticos da cidade. Na Foto 2, vemos a casa que por 158 anos abrigou o acervo memorial de pessoas como Hugo de Carvalho Ramos, Cora Coralina, Pedro Ludovico Teixeira, Consuelo Caiado, Americano do Brasil, e outros.

A fundação do Gabinete Literário remete-nos à preocupação local em estimular a intelectualidade da comunidade, ou seja, uma luta de estímulo à intelectualidade e à memória na comunidade [...] o gabinete destinava suas verbas à compra de livros para seu acervo, sendo essas obras de erudição e cultura. Essas eram em grande parte adquiridas na livraria Garnier, no Rio de Janeiro, e em São Paulo. O trajeto dos livros, dessas cidades para a Cidade de Goiás, era efetivado por meio de tropas habituadas a fazer a transação comercial com esses centros urbanos. O transporte demorava dezenas de dias (Gomide, 1999, p. 29).

Foto 2 – Sede do Gabinete Literário Goyano



Fonte: Jornal O Popular (2021). Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/magazine/gabinete-liter%C3%A1rio-goiano-%C3%A9-reinaugurado-na-cidade-de-goi%C3%A1s-1.2330069>. Acesso em: 23 jun. de 2022.

A antiga capital de Goiás também foi sede do histórico Colégio Lyceu de Goyaz. O prédio original data do ano de 1846 e foi fundado sob a gestão do então presidente da Província de Goyaz Joaquim Inácio de Ramalho¹⁴, o Barão de Ramalho. O Lyceu, que ofertou aulas de Gramática, Retórica, Filosofia, Física, Química, Música e Latim, formou os primeiros bacharéis em Ciências e Letras no Estado de Goiás e graduou uma elite intelectual de profissionais médicos, engenheiros e bacharéis em Direito que protagonizaram as mais diversas áreas do Estado.

Pelos bancos do Lyceu passaram grandes autoridades em Goiás e no Brasil, como Henrique Meirelles, Gustavo Loyola, Raquel Teixeira, Iris Rezende, Irapuan Costa Junior, Alcides Rodrigues, Pedro Wilson, Wander Arantes, Iran Saraiva, Gilberto Mendonça Teles, José Mendonça Teles, Luís de Aquino, Afonso Félix de Souza, Emílio Vieira, Ciro Palmerston, Terezinha Vieira, Martha Azevedo Pannunzio, Daniel Antônio, Manuel dos Reis, Índio Artiaga, Francisco de Castro, Hélio Lobo, Luiz Sampaio, Messias Tavares, João Bênnio, Nion Albernaz, e centenas de outros grandes nomes de nossa história.

(Jornal online Diário da Manhã. *Os 170 anos do Lyceu de Goyaz*. Disponível em: <https://www.dm.com.br/opiniao/2016/12/os-170-anos-do-lyceu-de-goyaz/>. Acesso em: 15 mar. de 2022).

O Lyceu¹⁵ de Goyaz foi o segundo estabelecimento de formação secundarista a ser instalado no período imperial e

14 Joaquim Inácio Ramalho (São Paulo, 6 de janeiro de 1809 – 15 de agosto de 1902) foi jurista, professor e político brasileiro. Foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, de 1891 a 1902, fundador do Instituto dos Advogados de São Paulo e presidente da província de Goiás. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_In%C3%A1cio_Ramalho. Acesso em: 01 jul. de 2022.

15 Até o ano de 2020, o Colégio Lyceu esteve em atividade na Rua Maximiano Mendes, acolhendo estudantes secundaristas da Rede Pública Estadual de Educação. Recentemente, foi transferido de endereço, tendo seus alunos remanejados para o Colégio Alcide Jubé, na Cidade de Goiás. As históricas instalações do colégio estão sob a guarda do Estado de Goiás e, segundo a imprensa oficial do Estado de Goiás, deverão ser destinadas a outro órgão.

permaneceu até o final dos anos de 1920 como a única instituição do gênero no Estado de Goiás. A notabilidade de muitos de seus egressos assegurou-lhe distinção no cenário educacional regional e nacional. Entretanto, com o advento da modernidade progressista, assim como ocorreu a todas as repartições públicas estaduais, o governo de Pedro Ludovico Teixeira, por meio do Decreto nº 4, de 27 de novembro de 1937, transferiu o Colégio Lyceu para Goiânia. Com a mudança, foi criada uma sucursal, que de início esteve vinculada à secretaria sediada na nova capital, mas que um ano depois, em 1938, ganhou autonomia para manter algumas salas de aula na Cidade de Goyaz, em atendimento às petições da população vilaboense.

A transferência dos mestres do Lyceu de Goyaz, dos demais servidores das repartições estaduais lotadas na antiga capital e a partida dos músicos do teatro corroboraram com a representação histórica de abandono, desânimo e decadência que consta da história da antiga capital reproduzida na fala de seus habitantes.

Para muitos moradores vilaboenses, o impacto econômico consequente da perda dos recursos financeiros só não foi maior que a tristeza que se abateu sobre a cidade. Esse sentimento dos moradores que testemunharam a transferência da capital foi capturado por diversos trabalhos acadêmicos. Dentre os muitos encontrados, separamos o da professora Cristina Helou Gomide. Na ilustração do descontentamento local, transcrevemos, a seguir, pequenos trechos de entrevistas que compõem sua dissertação de mestrado.

Ele rancou tudo que tinha por aqui, o Pedro Ludovico.

Pergunta: “Tirou o quê?”

As escola, aqui tinha escola de direito, de farmácia, [...] tudo isso tinha, né?

Quando mudô a capital parecia que ia acabá a cidade. “Construiu Goiânia e pra Goiânia ele foi muito bom [...] pra nós aqui na mudança ó... minha irmã até morreu em consequência, sabe.”

(Trechos reunidos da entrevista feita com dona A.C.P., 97 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998) (Gomide, 1999, p. 148-152).

As casas fecharam quase inteiras [...] ficô como se fosse acabá a cidade.

[...] Ele rancava tudo. As repartições jugava o documento na rua. Foi mal feito essa mudança. Por isso que o povo tinha raiva dele. Povo daqui num gostava de vê o Ludovico.

... ficou foi muito parado, né. Porque o pessoal saiu quase todo, né. Os negociante também andô saino porque aqui ia ficá muito parado.

Pergunta: “Eles se mudaram pra Goiânia?” Mudaram, muitos mudaram. Os empregados todos foram [...]

(Entrevista feita com N.A.F., 100 anos. Cidade de Goiás, 6 de jun. 1999)

Muita gente chorô, andando atrás da banda. Teve até muita gente que revoltou. Os Caiado...tinha a briga entre eles...

(Entrevista feita com dona O.A., aproximadamente 80 anos. Cidade de Goiás, 5 de jul. de 1999)

[...] tudo o que ele podia ele tirou daqui e levou embora. O Lyceu de Goiás ele levou embora, aqui tinha escola de farmácia, odontologia, direito, ele levou tudo. [...] O Pedro Ludovico carregô tudo.

(Trechos recortados da entrevista feita com dona L.L.C., 82 anos. Goiás, 7 jul. de 1999) (Gomide, 1999, p. 155).

A cidade ficô morta né, num tinha ninguém. (...) pra qui ficou mais ruim.

(Trecho da entrevista feita com L.M.L., 92 anos. Cidade de Goiás, 7 de jul. 1999) (Gomide, 1999, p. 156. Grifos de Gomide).

A mudança da capital goiana foi decerto um marco na história do Brasil e de Goiás, evento máximo da velha polarização de poder protagonizada entre os grupos liderados pela família Caiado e de seu opositor Ludovico Teixeira. Lembra-nos vários historiadores de Goiás que a história conspirou a favor dos projetos de Pedro Ludovico, o qual, sabendo aproveitar o momento, alinhou-se ao poder central e pôde pôr em campo sua mais ousada bandeira eleitoral, a construção da nova capital goiana. Logo que eleito governador de Goiás, Ludovico emitiu o Decreto n. 3.359, de 18 de maio de 1933, o qual determinou a edificação da nova capital de Goiás na região às margens do Córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo, no então município de Campinas.

Vale lembrar que os intentos de mudança da capital não foram questões inéditas dos anos 30, já que, muito antes de Pedro Ludovico vir a encabeçar o controle político do Estado, as ideias mudancistas estiveram presentes, “desde os descaminhos do ouro, quando surgiu a necessidade de alterar o marasmo global de uma região rica em minérios e pobre em motivações sociais” (Chaul, 2015, p. 12). Evidentemente, as estratégias de convencimento dos arautos do progresso ameaçaram novas forças com a ascensão de Vargas e seu projeto de integração nacional, mas, em Goiás, as mudanças dividem opiniões, principalmente por causa dos interesses das elites tradicionais da capital.

O plano de desenvolvimento nacional varguista teceu estreitos laços com a modernização de Goiás, mas, para pôr em prática os planos de desenvolvimento do Centro-Oeste, foi preciso isolar a tradição oligárquica caiadista da antiga capital e construir um ideal de urbanidade progressista, e isso foi feito em ataque principalmente às supostas “deficiências morais da população” e aos problemas sanitários da Cidade de Goiás.

Sob muitas maledicências e conspirações levantadas pela retórica mudancista, a velha capital de fato enrugou e descaiu, e viu-se aviltada frente aos rótulos de: decadente, atrasada, bárbara, violenta, precária em estrutura urbana, moribunda e cheia de vícios. Desse modo, o processo de mudança da capital, antes de efetivar-se como deslocamento físico das instituições administrativas do poder, foi um processo de detração social e cultural da Cidade de Goiás, uma vez que, para ser decretada inapropriada para sediar a capital, o discurso político mudancista formulou diversas representações estigmatizadas, fazendo prevalecer a ideia de que a cidade simbolizava um passado debilitado e decadente, que precisava se regenerar:

A velha Capital, representação de nosso espelho imemorial de ouros coloniais, não resistiu aos apelos da ciência médica. Colocada na UTI do capitalismo de seu tempo, estava condenada a perder seu posto de primeira-dama de nosso passado administrativo (Chaul, 2015, p. 24).

Médico que era, Ludovico contribuiu bastante no endosso desse discurso com seus argumentos sanitaristas. A oratória médica combinava-se aos interesses progressistas,

condicionando a superação das mazelas e do isolamento de Goiás às estratégias de modernização apoiadas pelo Estado Novo, dentre elas, a mudança da capital. Por trás dos argumentos sanitaristas e progressistas em prol da modernização do Estado encontrava-se uma nova estratégia de poder, ordenada pelo capitalismo de seu tempo. Ou seja, a transferência da capital não apenas atendia aos interesses de Pedro Ludovico, que acreditava assim diminuir a longa influência dos Caiado¹⁶ no Estado, como respondia às políticas de povoamento do Centro-Oeste, empreitadas pelas políticas de desenvolvimento econômico do governo federal na gestão de Vargas.

A mudança da capital para Goiânia foi de fato fundamental para a consolidação da Era Ludovico, cuja hegemonia se manteve até novembro de 1964, quando a intervenção federal do Governo Castelo Branco tira do governo de Goiás seu filho, Mauro Borges Teixeira. Mas a conquista da propulsão das capacidades produtivas do País e a implementação do processo de integração das regiões Norte e Centro-Oeste ao Sul e Sudeste, representadas pelas estratégias de governo do Estado Novo, deixaram sobre as terras do Rio Vermelho um rastro de perdas de toda ordem.

16 O primeiro nome Cayado a estabelecer-se em Goiás foi Manoel Cayado de Souza, ao qual, em 1770, foi concedido uma sesmaria de meia légua em quadra. A família Caiado fixou-se em Goiás, destacando-se nas atividades agropastoris e na política. Antônio José Caiado, o Totó Caiado, neto de Manoel e patriarca de várias gerações de políticos, exerceu a presidência de Goiás de 1883 a 1884, de 1892 a 1893 e em 1895. Foi ainda senador de 1896 a 1899, e deputado à Assembleia Legislativa. Entre seus netos, sobressaem-se quatro dos filhos de Torquato Caiado: Antônio Ramos Caiado, deputado federal de 1909 a 1920 e senador de 1921 a 1930; Brasil Ramos Caiado, presidente de Goiás de 1925 a 1929; Leão Di Ramos Caiado, senador estadual de 1925 a 1928 e, novamente, de 1929 a 1930; e Arnulfo Ramos Caiado, deputado estadual de 1912 a 1924. Entre seus bisnetos, filhos de Antônio Ramos Caiado, Emival Caiado foi deputado federal de 1955 a 1971 e senador de 1971 a 1974; Ecival Caiado foi deputado federal de 1975 a 1979; e Ederval Caiado, embora jamais tenha disputado uma eleição, também teve atuação política de relevo em Goiás. Por fim, Ronaldo Caiado, filho de Ederval Caiado, e atual governador do Estado de Goiás, foi deputado federal de 1991 a 1995 e novamente a partir de 1999, em sucessivas legislaturas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAIADO,%20Antonio%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em: 21 mar. de 2022 (Adaptado).

O abalo social, cultural e econômico que se abateu sobre a antiga capital foi registrado por muitos pesquisadores, como supramencionamos com os trechos transcritos por Gomide (1999), e a reparação disso está sendo pensada e cuidada em amplas frentes. Passados quase 90 anos dos episódios que marcaram a transferência da capital goiana, os ranços mais agravados, referentes às decisões políticas datadas de 1930 a 1945, se arrefeceram com o cuidado do tempo. Em resposta às ações políticas dos anos 1930, na contramão das medidas centralizadoras de Vargas, os antimudancistas assumem a tarefa de desestigmatizar a velha capital e converter os rótulos de oligarquia, decadência e atraso numa imagem positiva.

Após os anos 1950, a tarefa da reconstrução do espaço urbano foi assumida pelos que permaneceram na cidade, por meio dos projetos de conservação e dos primeiros tombamentos no espaço urbano. Em 1978, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico da Cidade de Goiás, e o reconhecimento como Patrimônio Histórico Mundial, pela Unesco, veio em 16 de dezembro de 2001.

Uma singular narrativa que registra os primórdios do FICA, encontrada durante a pesquisa, trata-se do artigo do jornalista, escritor e ambientalista Jaime Sautchuk à revista *Dossiê FICA*, da Universidade Federal de Goiás (UFG). O texto bem entusiasmado de Sautchuk relata as articulações que deram início à história do festival. O registro data de junho de 2006¹⁷, mais ou menos concomitante à realização da oitava

17 Encerra-se, em 2006, o segundo mandato do governador Marconi F. Perillo Júnior. Eleito pela primeira vez em 1998, Perillo exerceu quatro mandatos como governador goiano, de 1999 a 2006 e de 2011 a 2018, intercalado pela gestão de Alcides Rodrigues Filho, seu, então, aliado político.

edição do FICA¹⁸, coordenada pelo professor Chaul, fase que, para Sautchuk, também ratifica o sucesso do festival.

O especial de matérias sobre o FICA produzido pela revista UFG também trouxe o depoimento do jornalista Washington Novaes, que, por sua vez, considerando a importância do festival para a Cidade de Goiás, lembrou-se das transformações socioeconômicas advindas com as festividades, que passaram a privilegiar e a corroborar toda uma conjuntura político-administrativa, sobretudo para a melhoria urbana da cidade patrimônio. A recuperação após a trágica inundação de 2001, um ano após a concessão do título de patrimônio pela Unesco; a reconfiguração da paisagem urbana, com a instalação da fiação subterrânea para iluminação; as ações de saneamento¹⁹, os programas de preservação da Serra Dourada e a total despoluição do Rio Vermelho são, por Novaes, apontadas como exemplos desse dinamismo.

Tão significativo quanto o êxito do festival é ele ter sido um dos pontos de partida de um processo que se poderia chamar de desenvolvimento sustentável na cidade de Goiás. Sede de um município tradicionalmente voltado para a agropecuária - e às com os problemas de um modelo com evidentes sinais de fadiga - a ex-capital ganhou vida nova a partir da junção do FICA com o reconhecimento da cidade, pela Unesco, como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (Revista UFG, 2006, p. 15).

18 A oitava edição do FICA notabilizou-se pelas parcerias com festivais ambientais de Portugal, da Itália, da Espanha e da Grécia.

19 No caso da Cidade de Goiás, cerca de R\$ 16 milhões foram investidos pelo governo estadual na ampliação do sistema de esgoto, com a execução de 48 mil metros de redes coletoras, além da conclusão de três estações elevatórias. O Popular, 12 de mar. 2014. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/96997-estado-investe-mais-de-r-42-milhoes-em-saneamento-na-regional-da-cidade-de-goias.html>. Acesso em: 09 mar. de 2022.

Até aqui, buscamos compreender como essa “vida nova” se articula e a partir de quais fundamentos econômicos e culturais se dá essa mudança, pontuando os levantes políticos da década de 30 que decretam a promoção de um novo ciclo de poder e de urbanidade em detrimento do que havia se construído na Cidade de Goiás e as subseqüentes e mais atuais redefinições políticas, que, para se retratarem com a história da antiga capital, cuidaram de mobilizar a sociedade local pela via cultural. Desse modo, a ocorrência do FICA e a conquista do título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, em 16 de dezembro de 2001, após a sua segunda edição, integram o cenário de rearticulação social que colabora na recomposição da economia, ao tempo que reposicionam a cidade a um privilegiado lugar de cultura.

Esse reposicionamento acontece graças à incontestável promoção da cidade conduzida pelo Estado, por meio de diversos investimentos econômicos e de empreendimentos culturais que, em tese, lidam com a ressignificação de tradições e com a desconstrução dos estigmas de atraso deixados pela mudança da capital. Tudo isso leva-nos a induzir que a produção dessa subjetividade positiva está atrelada aos imperativos políticos do governo.

O FICA²⁰ se articula paralelamente aos trâmites processuais com vistas ao título de Patrimônio Histórico Mundial, de acordo com os relatos de Sautchuk e Chaul; entre as primeiras conversas e a concretização do evento, foram menos de seis meses. Ao discorrer sobre a concepção do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, Chaul conta²¹

20 O primeiro evento foi realizado de 2 a 6 de junho de 1999; a data foi escolhida também em alusão às comemorações relativas ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, e a Semana do Meio Ambiente, comemorada em junho.

21 Notas da conversa, via Google Meet, com o professor Nars Chaul, realizada aos 15 de fevereiro de 2020.

que a Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira (Funpel) estava organizando o dossiê para a candidatura da Cidade de Goiás a Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, quando foi, pela primeira vez, procurado para tratar do FICA, pelo jornalista e amigo pessoal Jaime Sautchuk, a quem Chaul homenageia em prosa, denominando-o “Pai do FICA”, e por Luís Felipe Gabriel, um dos coordenadores da campanha de Marconi, os quais haviam acabado de chegar do CineEco, o Festival de Cinema Ambiental da Cidade de Seia, em Portugal.

Quanto à escolha da cidade sede do FICA, esta envolveu uma confluência de fatores que, segundo Chaul, foram determinantes para que a Cidade de Goiás viesse a sediar o festival. Para ele, somaram a favor da antiga capital a importância histórica no cenário regional e nacional, a belíssima natureza, a arquitetura urbana tombada e prestes a ser declarada pela Unesco patrimônio mundial, além de se configurar estratégica do ponto de vista administrativo, uma vez que se fazia uma opção também pela descentralização da locação dos recursos públicos estaduais frente ao quadro de eventos culturais projetados pelo governo de Perillo.

Chaul lembra que a cidade de Pirenópolis, também histórica e, igualmente, de forte potencial turístico, aparecia como possível concorrente à sede do FICA. Pirenópolis era o berço da então primeira-dama Valéria Perillo – critério afetivo que eventualmente poderia ter sido persuasivo na escolha –, além de contar com uma posição geográfica central, dada a proximidade às cidades de Brasília e de Goiânia. Entretanto, talvez essa proximidade à capital federal tenha sido considerada inconveniente, posto que Brasília já sediava o mais antigo festival de cinema nacional, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que se encontrava na sua 33ª edição, fato

que, possivelmente, poderia esmaecer a aurora do FICA. O desfecho, conhecido por todos, contemplou ambas as cidades, mas a Cidade de Goiás ficou com o maior investimento, o FICA. Pirenópolis foi contemplada, no ano 2000, com o Festival de Música “Canto da Primavera”, o qual no corrente ano realizou sua 21ª edição.

Em dezembro de 1998, Sautchuk e esposa fazem na Cidade de Goiás um levantamento da capacidade de ocupação das pousadas e hotéis: “Percorremos hotéis e pousadas para inventariar a capacidade de hospedagem: eram 221 leitos, contando com os 90 do tradicional Hotel Vila Boa” (Sautchuk, 2006, p. 20). Soube-se, a partir disso, que muito precisava ser feito e com celeridade, pois a cidade tinha de ser preparada para a acolhida do público que viria ao festival. Para tanto, pousadas, hotéis, restaurantes, bares, todo o comércio e o terceiro setor em geral dependiam de apoio financeiro e de qualificação técnica urgentes, suportes que apenas se viabilizaram com a destinação de recursos estaduais específicos ao fomento das atividades turísticas e com o patrocínio das agências do Estado.

Sobre a disponibilidade de recursos para a realização do FICA, Chaul conta ter herdado um orçamento insuficiente da gestão anterior. Segundo ele, a verba anual para a cultura estava muito aquém da necessária: “Eram apenas R\$ 7 milhões, dinheiro que havia se esgotado ainda nos quatro primeiros meses de gestão” (Conversa com Chaul, 15/02/2022). Sem recursos financeiros próprios para a realização do primeiro festival, a Funpel precisou estabelecer parcerias que, naquele momento, se fizeram imprescindíveis para a concretização do festival. Assim, foi necessário o envolvimento de muitos dos setores da administração estadual, em especial da Agência

Ambiental, então, sob a presidência de Paulo Sousa Neto, além do apoio financeiro de empresas como a antiga Companhia Energética de Goiás (Celg).

A realização do primeiro Festival Internacional de Cinema Ambiental ficou a cargo da Funpel e, por sugestão do governador Marconi Perillo, Chaul convidou à coordenação o cineasta João Batista de Andrade, que se encontrava na cidade de Pirenópolis-GO, nas filmagens de *O Tronco*, obra baseada no romance homônimo de Bernardo Élis.

Andrade, como diretor de cinema, notabilizou-se nacionalmente por seus trabalhos de denúncia, e tinha já, à época, acumulado experiência e reconhecimento pelos filmes desenvolvidos, como o premiado *O homem que virou suco* (1981), obra de cunho político, de ficção, que abordou os problemas sociopolíticos reais do Brasil, como o êxodo nordestino para os grandes centros urbanos industriais dos anos 70 e conflitos de classe. A estampa do diretor e suas competências relacionais faziam de Andrade um articulador essencial na atração de outros profissionais de cinema e ampliavam o olhar dos setores da cultura. Muito provavelmente por tais particularidades, a ele foi incumbida a tarefa dos convites nacionais e internacionais aos cineastas, aos diretores de festivais de audiovisual internacionais e à imprensa especializada.

A priori, parece-nos que essa mobilização cultural introjetada pelo FICA tenha sido eficiente no sentido de colaborar para demover a cidade do traumático espectro de abandono. Entretanto, não tendo consolidado sua autonomia de gestão, e principalmente financeira, o movimento audiovisual na Cidade de Goiás, tão significativo à cultura do Estado, se deprime junto à retração dos investimentos do governo estadual.

As dificuldades de ordem financeira do Estado de Goiás foram alardeadas em 2019, no primeiro semestre do governo, quando se alegou publicamente que, além de não existir dinheiro no caixa do Estado para proporcionar o FICA, restavam muitas dívidas da edição de 2018. O *Diário da Manhã*, um dos principais jornais de Goiás, em 17 de junho de 2019, trouxe matéria com o então secretário de Estado da Cultura, que, à época, foi questionado quanto ao atraso na realização do evento.

A 21ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental (Fica) segue sendo um ponto de interrogação na cabeça de artistas, intelectuais e ambientalistas. O secretário de Cultura, Edival Lourenço, diz que é preciso repensar uma maneira mais barata de fazer o Fica e revela que não há perspectiva de dinheiro para 2019. Lourenço afirma também que dívida deixada pela última gestão que organizou o festival foi de R\$ 1,5 milhão (DM, 17 de junho de 2019).

No entanto, as críticas quanto aos gastos²² do FICA não datam de 2018, uma vez que desde muito antes elas já vinham sendo problematizadas. Em 2008, o caderno Debate, do *Jornal Opção*, reuniu uma equipe de intelectuais para discutir os problemas do festival; participaram da conversa: Ademir Luiz (professor da UEG e cinéfilo), Carlos Cipriano (professor do curso de Cinema e Audiovisual do IFG na Cidade de Goiás), Carlos Willian Leite (jornalista e escritor) e Nancy de Melo (artista plástica e professora da Escola de Artes e Arquitetura da PUC Goiás). A manchete anunciou: “Para além do bem e do mal, o Fica deve ser mantido – o Festival Internacional de

22 Conforme relatório Secult, os orçamentos para a realização do FICA, nos anos de 2011-2018, comprometeram entre R\$ 3 e R\$ 4 milhões/ano.

Cinema e Vídeo Ambiental tem problemas, mas intelectuais dizem que o saldo é positivo. Alguns defendem a mudança de formato e criticam o politicamente correto” (Opção, 15-21/06/2008, p. A-3).

Um dos pontos mais críticos apontados na reportagem dizia respeito às deficiências de formato do FICA, pois, para os críticos, o maior problema era a hegemonia de conceitos e obras sob a perspectiva do politicamente correto, que acabavam por negligenciar a complexidade da realidade:

Nancy de Melo – O cinema de Gênero, no caso o ambiental, acaba gerando vícios, o maior deles é o politicamente correto. A lista de filmes anteriores e deste ano mostra que o lenhador é o vilão, o índio é bonzinho e as grandes corporações são demônios. A realidade é muito mais complexa. Não basta dizer que desmatar é ruim, nós temos que saber que desmatar é necessário. O Fica tem de refletir a respeito disso, pois se é preciso criar uma geração que seja ecologicamente correta, é também preciso que saibam qual é a realidade concreta (Opção, 15-21/06/2008, p. A-3).

Ademir Luiz – Apesar dos vícios e problemas, o Fica é importante. A continuidade é importante. O governo dá e toma. É muito difícil o festival se sustentar. O que preocupa é a coisa do politicamente correto. Seres humanos consomem, e consomem o quê? Consumem a natureza. Há como criar um programa sustentável, evitando o discurso politicamente correto que toma conta de pelo menos 50 por cento dos filmes selecionados e de praticamente 100 por cento dos vencedores (Opção, 15-21/06/2008, p. A-4).

Abordaremos mais detalhadamente a análise dos conteúdos fílmicos no capítulo 3, quando analisaremos as

contribuições que o festival tem dado aos aspectos informativos e formativos por meio de suas mostras. O debate do *Opção* também questionou os custos do festival e sua completa dependência financeira do governo. Sobre o assunto, o professor Ademir Luiz declarou: “É incoerente gastar 2 milhões de reais no Fica e o curso de audiovisual da Universidade Estadual de Goiás não ter equipamento para fazer um filme... nenhum evento em Goiás é autosustentável (*Opção*, 15-21/06/2008, p. A-4). Mesmo tendo concluído que o saldo era positivo e que deveria ser mantido o festival, os entrevistados, em maioria, colocaram a necessidade de se reorganizar para superar o enredamento do politicamente correto das obras e a condição de dependência financeira do Estado.

Os caminhos que levaram a Cidade de Goiás ao reconhecimento de Patrimônio Histórico Mundial foram morosos. Eles desembaraçaram-se por meio de mudanças políticas e econômicas de ordem nacional. Gradualmente, os discursos de decadência, de atraso e muitos outros estigmas produzidos pela despromoção de nossa antiga sede política estadual são postos de lado e perdem força a partir da década de 1960. Tudo isso se deve, em parte, à influência das novas ideias advindas da onda internacional de movimentos sociais e ambientalistas. A conquista do título de Patrimônio Histórico e Cultural Mundial, em 2001, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) estão entre as estratégias mais recentes de ressignificação e valorização da Cidade de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Othaniel. *Os músicos do cinema mudo em Goiás*. A redação (Jornal digital, pub. 18/08/2016). Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/74111/os-musicos-do-cinema-mudo-em-goias>. Acesso em: 07 de dez. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 27 de abr. de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 21 de maio de 2021.

CARMELO, Bruno. *O dente do dragão*: “queria que as imagens estivessem contaminadas, radiando até hoje”, explica Rafael Parrode. Blog Papo de Cinema, 19 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.papodecinema.com.br/entrevistas/o-dente-do-dragao-queria-as-imagens-estivessem-contaminadas-radiando-ate-hoje-explica-rafael-parrode/>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

CARNEIRO, Gracielly Cristina. *O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - FICA na produção e disseminação da consciência ambiental*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Goiânia - GO: Universidade Federal de Goiás/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

CARTA DA TERRA, 1992. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~dga.pcu/Carta%20da%20Terra.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2022.

CASSIANO, Tales de Castro. *Parque Oeste Industrial em Goiânia (GO): Um lugar de Memórias, Vivências e Experiências (2004-2005)*. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 4 ed. Goiânia. UFG, 2015. CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CHAUL, Nasr N. Fayad. [Sem título]. Entrevista concedida a Wanessa S. Costa de Lima. Goiânia, 15 de fevereiro de 2022.

FERREIRA, Luciana Fagundes Braga. *A narrativa cinematográfica alegórica / simbólica no cinema de animação*. Dissertação de Mestrado em Artes, Belo Horizonte – MG: Universidade Federal de Minas Gerais ao Programa de Pós-Graduação em Artes. Disponível em: [file:///D:/Users/Win10/Downloads/pdf%20\(2\).pdf](file:///D:/Users/Win10/Downloads/pdf%20(2).pdf). Acesso em: 07 de set. de 2022.

FERREIRA, Thais Arruda. *Reflexões sobre cinema ambiental: uma abordagem multidisciplinar*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Tecnologia: Limeira - SP, 2013.

FICA na produção e disseminação da consciência ambiental. Dissertação de Mestrado em Geografia, Goiânia - GO: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

FICA. O Festival. (Site oficial). Disponível em: <http://www.fica.go.gov.br/>. Acesso em: 06 de set. de 2019.

MIRANDA, Suzana Reck. *A clássica música das telas: O uso e a formação do tradicional estilo sinfônico*. Ciberlegenda - Revista do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual, n. 24 (n.d.) p. 19. Disponível em: file:///C:/Users/Win10/Downloads/A_classica_musica_das_telas_O_uso_e_a_fo.pdf. Acesso em: 21 de mar. de 2020.

Revista UFG/junho 2006/Ano VIII. n. 1. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/issue/view/1856>. Acesso em: 23 de jun. de 2020.

SAUTCHUK, Jaime. *Aventura Maravilhosa*. In: Dossier FICA. Revista UFG, junho 2006, ano 8. n. 1. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48063/23444>. Acesso em: 12 de set. de 2019.



Resultados preliminares do Censo 2022 para o estado de Goiás

Tathiana Rodrigues Salgado²³

Leandro Oliveira de Lima²⁴

O levantamento de um conjunto de conhecimentos objetivos sobre variados aspectos sociais, econômicos e físico-naturais foi, ao longo da história, uma prática presente em diferentes sociedades. Confúcio, o filósofo chinês, já registrou levantamentos estatísticos realizados na China há mais de 2000 anos antes da Era Cristã (Memória, 2004). Na Antiguidade, Augusto, imperador romano, conduzia recenseamentos periódicos com propósitos administrativos (Claval, 2014). No século XIX, na Europa, praticamente nenhum aspecto das sociedades escapava à observação estatística dos Estados-nação (Martin, 2001).

No Brasil, o trabalho de levantamento sistemático de dados iniciou-se ainda no período imperial, com a criação, em 1871, da Diretoria Geral de Estatísticas (DGE), responsável por realizar os recenseamentos gerais do Império. O amadurecimento dos serviços estatísticos brasileiros culminou com

23 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da UEG – Campus Cora Coralina. E-mail: tathiana.salgado@ueg.br

24 Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: leandro.lima@ufg.br

a criação, em 1937, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Naquele ano, a criação do órgão respondia às necessidades do Estado Novo de conhecer o imenso território nacional.

A criação do IBGE dava densidade e uniformidade às estatísticas, por meio da realização dos anuários estatísticos, dos recenseamentos populacionais e econômicos decenais, e da coordenação e sistematização do sistema cartográfico do País. Dentre os distintos estudos produzidos pelo IBGE, sem dúvidas, destaca-se o Censo Demográfico decenal, por sua importância para a gestão do vasto território brasileiro.

Os Censos demográficos, produzidos pelo IBGE em recortes temporais decenais, são uma ferramenta fundamental para entender a dinâmica populacional e sua espacialidade. Eles nos fornecem informações essenciais sobre a quantidade de habitantes, a composição demográfica, as tendências de crescimento e as características socioculturais da população e sua distribuição espacial. Além disso, o Censo é a base para o planejamento urbano, para a alocação de recursos, para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões estratégicas em diversas áreas, desde saúde e educação até transporte e habitação, além de ser a base para a elaboração das estimativas populacionais.

Os Censos e as estimativas populacionais, por exemplo, subsidiam a distribuição mais equitativa de recursos financeiros pelo território, como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O modelo de distribuição de recursos prescinde da ciência sistematizada, a qual é reconhecida mundialmente, permitindo ao poder público atenuar as desigualdades territorial e regional.

Foi de amplo conhecimento, no contexto brasileiro, as dificuldades de execução do Censo Demográfico de 2020. O intenso corte de gastos em áreas estratégicas, promovido pelo governo federal entre os anos de 2018 e 2022, aliado à crise sanitária provocada pela disseminação do Coronavírus entre 2019 e 2021, provocou um grande atraso no levantamento e sistematização de dados, fato que quebrou, pela segunda vez na história brasileira, a periodicidade decenal do Censo Demográfico. Mas, a despeito dos obstáculos, o IBGE, enquanto órgão de Estado e não a serviço de governos desestruturados e sem visão estratégica, conseguiu, no primeiro semestre de 2023, divulgar os primeiros resultados do levantamento realizado em 2022.

Os dados preliminares do Censo de 2022 dão conta de uma população brasileira total de 203.062.515 habitantes. Um aumento populacional de 6,4% se comparado com dados de 2010. Entre os dois Censos, a taxa de crescimento geométrico da população brasileira foi de 0,52%, a menor registrada na história dos levantamentos censitários realizados pelo IBGE (IBGE, 2022).

A região Sudeste continua a ser a mais densamente povoada, abrindo um total de 84,8 milhões de habitantes, o que corresponde a 41,8% da população brasileira. Os três Estados mais populosos do Brasil – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – concentram quase 40% da população total do País. Por outro lado, a região Centro-Oeste registra a menor população, com 16,3 milhões de habitantes, representando 8,0% da população total brasileira (IBGE, 2022).

Para o Estado de Goiás, o levantamento de 2022 indica uma população total de 7.055.228, um aumento de 1.051.450 habitantes em relação ao Censo de 2010, um crescimento

relativo superior à média nacional. O Censo ainda registra que Goiás conta com uma densidade demográfica de 20,74 habitantes por km (IBGE, 2010, 2022).

Em relação à dinâmica demográfica do território goiano, destacamos um movimento global de acomodação da população no entorno metropolitano (Goiânia e Brasília). As causas podem ser assim enumeradas: 1) busca por melhores condições de trabalho, considerando o perfil dos municípios que perderam população, como é o caso de fins de ciclo de exploração mineral em Niquelândia e Minaçu; 2) uma procura por melhores condições de acesso à saúde, não nos esquecendo de que a pandemia deixou ainda mais evidentes os entraves ao Estado de bem-estar social no tocante aos serviços hospitalares mais complexos, registro que, com a divulgação dos próximos resultados, merece melhor investigação; 3) o Censo de 2010 já indicava perda de população juvenil para estudos e emprego nas grandes cidades do Estado, fato que deve ser melhor apresentado e investigado no momento de divulgação dos resultados desagregados (IBGE, 2010, 2022).

No contexto do território goiano, a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e o Entorno do Distrito Federal concentram as maiores aglomerações populacionais. A capital, Goiânia, segue como a cidade mais populosa do Estado, com 1.437.237 habitantes e uma taxa de crescimento geométrico de 0,83% (IBGE, 2022).

O Censo 2022 reafirma um padrão demográfico já reconhecido em Censos anteriores. Os dados confirmam que a RMG se destaca como uma das áreas de maior expansão populacional no Brasil. Durante o período compreendido entre 2010 e 2022, a RMG registrou a segunda maior taxa média geométrica de crescimento anual da população residente,

alcançando a marca de 1,49% ao ano. Com destaque para uma elevada variação percentual registrada nos municípios de Abadia de Goiás, Goianira e Senador Canedo.

O crescimento dos municípios inseridos no contexto da RMG é uma tendência verificada desde a década de 1980, conforme demonstrado na tabela 01, quando a valorização fundiária na capital motivou a migração, que passou a ser direcionada, em movimento de segunda origem, para municípios periféricos como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Atualmente, esse movimento populacional, além de ainda ser influenciado pela valorização imobiliária, também é motivado pelo desenvolvimento econômico dos municípios circunvizinhos a Goiânia.

Tabela 01 - População censitária, municípios da Região Metropolitana de Goiânia, 1980 a 2022

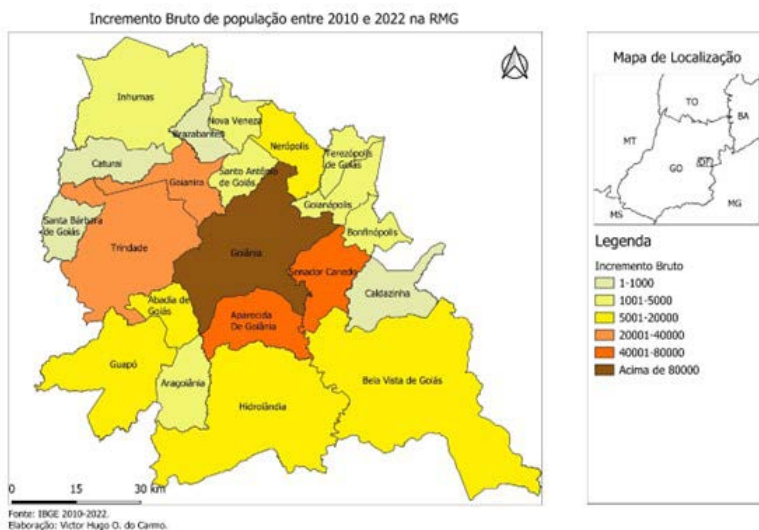
Município	1980	1990	2000	2010	2022
Abadia de Goiás	-	-	4.971	6.876	19.128
Aparecida de Goiânia	42.627	178.483	336.392	455.657	527.550
Aragoiânia	3.707	4.910	6.424	8.365	11.890
Bela Vista de Goiás	17.255	17.316	19.210	24.554	34.445
Bonfinópolis	-	3.324	5.353	7.536	10.296
Brazabrantes	2.241	2.334	2.772	3.232	3.992
Caldazinha	-	-	2.859	3.325	4.507
Caturai	3.899	4.134	4.330	4.686	5.184
Goianópolis	7.569	10.716	10.671	10.695	13.967
Goiânia	717.519	922.222	1.093.007	1.302.001	1.437.237
Goianira	7.488	12.896	18.719	34.060	71.916
Guapó	10.028	11.785	13.863	13.976	19.545
Hidrolândia	8.559	10.254	13.086	17.398	27.741
Inhumas	31.430	38.368	43.897	48.246	52.204
Nerópolis	9.368	12.987	18.578	24.210	31.932

Município	1980	1990	2000	2010	2022
Nova Veneza	5.083	5.003	6.414	8.129	9.481
Santa Bárbara de Goiás	3.247	3.916	4.963	5.751	6.149
Santo Antônio de Goiás	-	-	3.106	4.703	7.386
Senador Canedo	-	23.905	53.105	84.443	155.635
Teresópolis de Goiás	-	-	5.083	6.561	7.944
Trindade	30.609	54.072	81.457	104.488	142.431
TOTAL: 21	900.629	1.316.625	1.748.260	2.178.892	2.600.56

Fonte: Censos demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010, 2022

Porém, conforme expressa a Figura 1, o incremento bruto de população por município da RMG ainda favorece a alocação de pessoas em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.

Figura 01 - Incremento Bruto de População entre 2010 e 2022 na RMG.

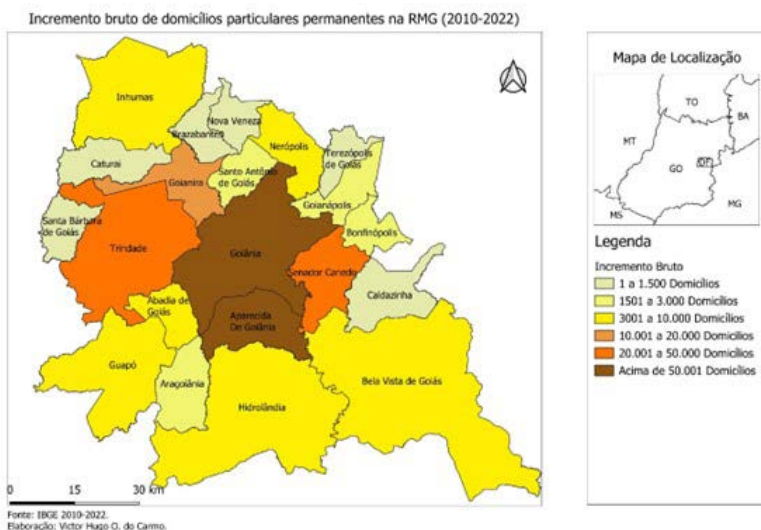


Fonte: IBGE (2010, 2022)

O município de Senador Canedo, por exemplo, contabilizou em 2022 uma população total de 155.635 habitantes. Esse número reflete um incremento de 84,33% em relação aos dados do Censo de 2010. Senador Canedo foi o município brasileiro com mais de 100 mil habitantes com maior crescimento populacional entre os dois levantamentos censitários.

Entre 2010 e 2022, houve o incremento positivo de 628.486 mil novos domicílios em Goiás. Em 2022, foi recenseado um total de 2.572.464 residências. Goiânia, com 549.014 domicílios visitados, aumentou sua participação percentual, em relação ao Estado, de 33,1% em 2010 para 37,2% em 2022. Conforme indicado na Figura 2, nos últimos 12 anos, o incremento bruto de domicílios foi superior a 76 mil. Esse dado reforça o papel da metrópole enquanto uma centralidade não somente demográfica, mas sobretudo imobiliária (IBGE, 2010, 2022).

Figura 02 - Incremento de domicílios particulares permanentes na RMG 2010 a 2022



Fonte: IBGE (2010, 2022)

Merece destaque, dentro da dispersão espacial do setor imobiliário, a localização do total bruto de domicílios adicionados em Goiânia, representando 46,5% da RMG. Mas é preciso também destacar uma mudança no padrão dos atores do mercado imobiliário, cujos efeitos repercutem decisivamente no incremento imobiliário nos demais municípios da RMG. Em Senador Canedo, por exemplo, o total de domicílios ocupados incrementado foi de 52.370 unidades, número significativamente superior ao registrado em 2010, que foi de 24.308 domicílios, o que significou que, em 12 anos, a área construída, abrigando o total de domicílios do município, foi maior que nos 21 anos anteriores. Tal processo também se verificou em Goianira, nos termos do incremento total entre 2010 e 2022. Outro dado importante foi registrado em Abadia de Goiás, que detinha 2.137 domicílios particulares em 2010, saltando para 6.229 em 2022. A variação percentual superior a 200% não é um fato isolado, mas a demonstração manifesta da alocação do interesse imobiliário nas franjas da metrópole. Outro dado que corrobora nossa hipótese é o incremento constante da ordem de 49 mil novos domicílios em Aparecida de Goiânia a cada dez anos, equivalente à criação de toda área urbana de Senador Canedo em 2022.

Em relação às perdas demográficas registradas no Estado de Goiás, destaca-se que houve redução de população em 37% dos municípios goianos. Entre 2010 e 2022, 91 municípios tiveram perda demográfica, totalizando saldo de 48.212 pessoas que deixaram seus respectivos municípios.

Em relação ao perfil dos municípios que perderam população, registraram-se seis com mais de 20 mil habitantes,

10 com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, e ainda 20 municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes. Em maior volume, o Censo de 2022 identificou que 55 municípios goianos com população até 5 mil habitantes tiveram perda demográfica, ingressando ainda seis novos municípios com até 5 mil habitantes.

O município que registrou maior perda demográfica em variação percentual foi Campos Verdes (redução de 20,22%). Ele se enquadra num perfil socioeconômico e territorial de municípios que perdem população em função: a) da mecanização ou interrupção da atividade produtiva; b) da interrupção da atividade econômica ocasionada pela pandemia; c) por questão mais estrutural no âmbito desses municípios (educação, saúde e oportunidade de outro padrão de trabalho).

Em relação aos ganhos demográficos registrados nos municípios, tem-se que entre os 20 que registraram maior incremento percentual, em termos absolutos, juntos adicionaram 829.350 habitantes ao estado de Goiás. Parte considerável desses municípios situa-se na RMG e no EDF, sendo que os dois ambientes metropolitanos incrementaram 758.564 habitantes, aumentando em 22% a população nesses dois recortes.

A variação percentual específica na RMG foi de 19,6% e no EDF, de 27,3% (considerando as alterações recentes na composição municipal). Fora da RMG e do EDF, houve incremento de 231.958 habitantes em cidades historicamente adensadas, como Anápolis, Rio Verde, Formosa, Catalão, Itumbiara, Jataí, Caldas Novas e Goianésia, correspondendo a 28% do incremento demográfico dos 20 maiores municípios

com aumento populacional. Esse último agrupamento são de municípios cuja atividade econômica é dinâmica, como é o caso de Caldas Novas, que se explica para além das leis demográficas (taxa de crescimento vegetativo, por exemplo), mas também pela atividade do turismo (setor terciário).

Outro exemplo que explica a atração populacional são os efeitos indiretos do agronegócio, com elevada variação percentual positiva registrada em Chapadão do Céu (83,8% de crescimento entre 2010 e 2022).

Enfim, a migração, crescimento demográfico e a mobilidade são processos importantes identificados nos Censos e são comuns nos estudos da dinâmica populacional. Nesse sentido, devemos frisar que estamos a perseguir um balanço importante da população sobre o território num determinado intervalo de tempo. E, para isso, a ciência é um fundamento importante.

Uma análise ampla sobre a dinâmica demográfica do Estado de Goiás e suas áreas metropolitanas só será possível com a divulgação completa do levantamento censitário. Porém, a divulgação dos dados preliminares é uma vitória do órgão e de seus servidores. A coleta e sistematização de dados, como as realizadas pelo IBGE, por sua natureza, objetivos e complexidade, são, sem dúvida, uma atividade estratégica e essencial para a administração pública brasileira, e é com base nesses conhecimentos que a esfera político-administrativa pode propor e executar políticas de intervenção no território. Portanto, uma eficiente estrutura de levantamento e sistematização de dados é condição *sine qua non* para o planejamento e a gestão pública, e, logo, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País.

Referências

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (1980)*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (1991)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (2000)*. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (2010)*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/Censo-demografico/demografico-2010>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico (2022)*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/Censo-demografico/demografico-2022>

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História [online]*. 2001, v. 21, n. 41 [Acesso em: 18 de set. de 2023].

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. *Breve história da estatística*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.



Fogo no Cerrado e queimadas onde o Cerrado não mais existe

Altair Sales Barbosa²⁵

O Cerrado, enquanto formação vegetal, é explicado por uma teoria denominada escleromorfismo oligotrófico. O oligotrofismo do solo é acentuado pelo fogo, que retira basicamente seus nutrientes básicos. A vegetação do Cerrado, principalmente nos seus aspectos *stricto sensu* e cerradão, retém o máximo de açúcar que retira do solo e sequestra grande quantidade possível de CO² da atmosfera, para alimento, e deposita esse gás nas raízes profundas. O açúcar é transformado em um tecido que recebe o nome esclerênquima, que, por sua vez, é armazenado nas bifurcações das plantas, dando a estas um caráter tortuoso. Fenômenos dessa natureza demonstram processos adaptativos ao fogo e de longa data. Todavia, esses não são os únicos processos que demonstram uma adaptação da vegetação do Cerrado ao fogo. Existem muitos, mas, para resumir, citaremos apenas a existência de alguns caules subterrâneos, com função de reservas e com gemas, que permitem a reprodução das plantas após a passagem do fogo; são processos adaptativos, que demonstram uma história evolutiva, complexa e antiga dessa vegetação.

²⁵ Pesquisador do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Pesquisador convidado da UniEvangélica. E-mail: altairsalesbarbosaf@gmail.com

Outros tipos de vegetação precisam de situações extremas para sobreviverem. No caso polar, por exemplo, existem as Tundras, que florescem depois do degelo. O gelo polar funciona como fogo, provoca quase o mesmo efeito, para rebrota das plantas. As Sequoias, que ocorrem principalmente na Califórnia, na América do Norte, são outro tipo de formação vegetal que intimamente convive com fogo, e esse é primordial para sua propagação e sobrevivência. De formação antiga, tal qual o Cerrado brasileiro, estas formações florestais representam, para a região onde ocorrem, o mesmo papel que a vegetação de Cerrado representa para os chapadões centrais da América do Sul.

Não se pode levar adiante qualquer estudo sobre o Cerrado se não se tomar em consideração o fogo, elemento com o qual essa paisagem está intimamente associada. Apesar da sua importância para o entendimento desse sistema biogeográfico, a ação do fogo no Cerrado é ainda mal conhecida, e geralmente marcada por questões mais ideológicas que científicas. Também não se pode conduzir tal estudo com base apenas nas comunidades vegetais.

O estudo do fogo, como agente ecológico, será mais completo se também forem observados as comunidades faunísticas e os hábitos que certos animais desenvolveram e que estão intimamente associados à sua ação, cuja assimilação, sem dúvida, necessita de arranjos evolutivos caracterizados por um tempo relativamente longo. Algumas observações constataam, por exemplo, que a perdiz (*Rhynchotus rufescens*) só faz seu ninho em macega, tufos de gramíneas, queimadas no ano anterior. Visitando várias áreas de Cerrado, imediatamente após queimadas, constatei que, mesmo com as cascas das árvores carbonizadas superficialmente, há entre estas e

o tronco intensa microfauna. Fenômeno semelhante acontece com extrato gramíneo, que poucos dias após a queimada mostra sinais de rebrota, que constitui elemento fundamental para a concentração de certas espécies animais.

O fogo é um elemento extremamente comum no Cerrado e, de tal forma, antigo, que a maioria das plantas parece estar adaptada a ele. Ferry (1973), comentando o trabalho de Rachid (1956) em áreas de campo limpo e cerrado, informa que a autora estudou especialmente as gramíneas, grupo que constitui a massa de vegetal baixa dos campos e no qual existe grande número de espécies de tunicados. Rachid indica nesse mesmo trabalho que as formações túnicas são encontradas em plantas da vegetação baixa dos campos, como *Gramínea*, *Cyperaceae*, *Iridaceae*, *Filicinae* etc. Indica ainda que ocorrem também em *Velloziaceae*, *Bromeliaceae* e *Eriocaulaceae*. As túnicas são envoltórios de pontos vegetativos e, em função, compararam-se aos catafilos, que protegem as gemas dormentes. Tais elementos, além de protegerem contra a perda da água, são eficazes na proteção contra o fogo e contra o forte aquecimento por ele produzido.

A autora ainda trata dos sistemas subterrâneos (bulbos, rizomas, tubérculos e xilopódios), que também proporcionam resistência às condições adversas. Arens (1958) afirma que o fogo é um fator que acentua o oligotrofismo, influenciando dessa maneira sobre a conservação ou propagação do Cerrado. Goodland (1969) sugere que a ação do fogo sobre microrganismos do solo é muito importante no Cerrado, porém pouco conhecida.

Na mesma linha de raciocínio, Coutinho (1956) informa que a ação do fogo no Cerrado aumenta o vigor da vegetação herbáceo-subarbusciva, enquanto que, no estrato

arbustivo-arbórea, tem diminuído. Isso significa, de acordo com o autor, um aumento progressivo das áreas de campo sobre áreas de cerrado e cerradão. Entretanto, quanto a essa observação, cabe considerar o seguinte: a primeira parte da afirmação de Coutinho, nossas observações a corroboram integralmente. No entanto, quanto à segunda parte, é necessário tomar em consideração o aspecto da competição. Uma área onde a queimada não ocorre favorece o crescimento de gramíneas até alturas consideráveis, o que possibilita o enrijecimento de seus caules e a maturação em massa e dispersão de suas sementes, restringindo o espaço dos arbustos e das espécies arbóreas jovens, ao passo que a queimada, embora aumentando-lhes o vigor, restringe de certa forma sua área de dispersão, propiciando áreas ensolaradas e abertas para as plantinhas em formação.

Outro dado importante a destacar, quando se procura entender a ação do fogo ao longo da história, é que a ação do homem pré-histórico brasileiro não funcionou como elemento perturbador dessa paisagem, porque, além da ocupação do interior do Brasil ser um fato relativamente recente, era insignificante em termos populacionais para produzir perturbações em amplas escalas; suas ações revestem-se de caráter puramente local. Nascimento (1987) assinala também que, ao longo do tempo, a ação do fogo no Cerrado deve ser buscada em causas naturais. O calor e as variações do albedo, sempre altos nas áreas do Cerrado, provocam intensos movimentos convectivos na atmosfera, onde a concentração da umidade e o forte gradiente térmico atmosférico montam rapidamente tempestades magnéticas caracterizadas pela intensidade dos trovões, relâmpagos e raios.

A ação do fogo no Cerrado, ao longo do tempo, criou neste ambiente vários exemplos de adaptação. No caso animal, pode-se citar como ilustração, além dos já mencionados, o caso da ema (*Rhea americana*), que faz um ninho grande, que comporta em média 50 ovos, que são chocados pelo macho no meio do campo. Para proteger o ninho, a ema faz, ao seu redor, um pequeno aceiro, para quando o fogo vier não atingi-lo. Isso era possível porque tratava-se de um fogo brando, rápido, rasteiro, que simplesmente lambia o resto das gramíneas secas e mortas. Esse fogo não tinha força para atravessar o pequeno aceiro feito por aquela ave. Hoje em dia o panorama mudou.

As gramíneas nativas e outras plantas herbáceas, que existiam nos chapadões, nas campinas, nos interflúvios e nas áreas de cerrado stricto sensu, onde a luz do sol permite a entrada da claridade, atualmente, não existem mais, foram substituídas.

Nossa obrigação tem a esclarecer ainda alguns pontos importantes. O primeiro refere-se ao ciclo vegetativo das gramíneas. Toda vez que uma gramínea produz semente, a planta morre. Seguem alguns exemplos, apenas para a ilustração ficar mais clara. O milho, que é uma gramínea, quando produz suas sementes e elas amadurecem nas espigas, a planta morre. Assim ocorre com a cana-de-açúcar, com arroz, trigo etc. O mesmo fenômeno acontece com as gramíneas nativas do Cerrado, uma vez que dão sementes, morrem, deixando no local tufos de pequenos troncos secos. Algumas dessas espécies têm ciclo anual, outras desapareceram antes que o ciclo pudesse ser conhecido, como muitos bambuzinhos nativos etc. Neste ambiente nativo, quando acontecia o fogo natural,

este era brando e tinha a função de limpar os tufos das gramíneas, para que brotos novos surgissem ou para a quebra da dormência das sementes que propagavam essas espécies.

Ponto importante também a ser considerado refere-se aos alimentos disponíveis para os animais nativos no auge da estação seca. Nessa época, esses animais estão vivendo o tempo da sobrevivência. Diferentemente de outros parâmetros de tempo, o tempo da sobrevivência é o tempo do fio da navalha. Encontram-se entre a vida e a morte, não há alimentos no Cerrado para a sobrevivência desses animais e muitos deles descobrem nos restos dos fogos elementos que lhes permitem sobreviver mais alguns dias, restos de insetos carbonizados, pedaços de carvão, e até a cinza, que proporciona cálcio e sais minerais. De imediato vêm as floradas, e, com as primeiras chuvas, a rebrota das gramíneas; em seguida chegam os primeiros frutos. Esse ciclo complexo sustenta os herbívoros, que, por sua vez, sustentam os carnívoros, restabelecendo novamente o ciclo da vida.

Também é importante salientar as causas do fogo espontâneo no Cerrado. Nesse sistema encontra-se uma grande variedade de rochas, que refletem com intensidade a luz do sol; essa luz, ao encontrar massa combustível vulnerável, imediatamente se inflama. As rochas quartzosas, desde as esbranquiçadas até o quartzo hialino, as biotitas, as muscovitas, o sílex, o arenito silicificado, todas podem provocar esse tipo de fenômeno. Eu mesmo presenciei esses fenômenos, algumas vezes, em longos trabalhos de campo. Porém, a experiência mais extraordinária nesse sentido aconteceu dentro de um museu, onde uma telha quebrada permitiu a passagem de um intenso raio solar, que, ao tocar numa superfície polida de madeira silicificada, refletia num pedestal de madeira

comum, que sustentava outra amostra. Percebi uma fumaça. Ao tentar constatar o que estava acontecendo, vi que a fumaça era oriunda da madeira que funcionava como pedestal, que, ao receber o reflexo do raio solar, estava começando a se queimar. Esse fenômeno se deve ao fato do albedo do sol, que nesta época de estação seca atinge certas regiões do Cerrado, de forma que permite um reflexo tangencial, gerando concentração de calor.

Outro fator originado de processos adaptativos refere-se à energia gerada pelo contato ou atrito dos pelos de alguns animais com os talos secos das gramíneas. Nessa época, a umidade é muito baixa, fato que provoca tal fenômeno; uma vez provocada a faísca, se esta encontrar massa combustível, é capaz de se alastrar como fogo.

Um outro fenômeno muito comum de fogo espontâneo no Cerrado ocorre nas margens dos rios, nas veredas, nos pantanais e até nos lagos artificiais. Trata-se do fogo-fátuo, que é a combustão resultante do contato de gases metano e fósforo com o oxigênio da atmosfera. O fogo-fátuo é comum nesses locais. Nas margens de rio, formam-se as vazantes, que são povoadas por animais na época das cheias. Com o recuo das águas na época da seca, os animais que ficam presos e não conseguem acompanhar a descida das águas entram em decomposição pela ação das bactérias e logo são soterrados pela sedimentação; os gases produzidos pela ação das bactérias, ao entrarem em contato com o oxigênio atmosférico, formam um fogo azulado, que pode durar segundos. Nas veredas, em função da presença de turfa e constante material em decomposição, esse fenômeno é muito comum e pode se alastrar com facilidade, dada a existência de um estrato inferior composto de muitas gramíneas nativas, dentre estas o capim

dourado, só para citar um exemplo. Entretanto, os locais onde os fogos-fátuos ocorrem com mais frequência são as áreas de pantanais; no sistema do Cerrado, existem pequenos pantanais e grandes pantanais. Entre os pequenos, podemos citar os pantanais do Rio Paranã, em Flores de Goiás, e do Rio Jamari, próximo à cidade de Acreúna, Goiás. Entre os grandes, o destaque é para o Pantanal Mato-grossense da sub-bacia hidrográfica do Rio Paraguai. Aliás, fisiograficamente, esta paisagem não passa de um subsistema do Sistema Biogeográfico do Cerrado. Neste local, na época das águas, formam grandes e pequenas lagoas marginais; algumas são perenes, mas outras, principalmente as menores, quando vem o período de estiagem, começam a secar. Quando cheias, ficam recheadas de vida, mas, com a estiagem, agonizam à medida que o processo de seca aumenta. Como o fundo é argiloso, em função do processo de sedimentação lento, muitos animais, na ânsia da sobrevivência, se misturam ao fundo argiloso da lagoa, até que toda a água se evapora. O mesmo processo de decomposição acontece pela ação das bactérias, e, quando os gases saem por alguma brecha, o contato com o oxigênio provoca o fogo azulado. Nos pantanais, porém, a massa combustível é bem maior; daí, a possibilidade de o fogo se alastrar pelas gramíneas nativas secas é também maior.

O fenômeno do fogo-fátuo constitui-se no primeiro mito indígena relatado no Brasil por José de Anchieta, e os índios o denominavam de Boitatá ou cobra de fogo. Alimenta também os diversos causos de assombrações nos sertões do Brasil. Atualmente, esse fenômeno adquire grandes dimensões, em função da construção de lagos artificiais. Na ânsia do represamento das águas para a formação dos lagos, apenas um baixo percentual das madeiras que têm valor comercial é retirado; aquelas sem valor são deixadas nos locais. Com o

enchimento dos lagos, o processo de decomposição continua e o fenômeno do fogo-fátuo aumenta assustadoramente.

Era assim que funcionava o fogo no Sistema Biogeográfico do Cerrado!

Um fogo brando, leve, essencial para a manutenção da paisagem como um sistema.

Findo o ciclo da mineração no centro do Brasil, em função de múltiplas razões, os antigos mineiros apossaram-se das terras em volta dos antigos centros mineradores, com o intuito de desenvolver uma agricultura e uma pecuária básica que pudessem alimentar a si e aos seus. Dessa forma, a pecuária, antes de se transformar em intensiva e altamente científica e tecnológica, foi praticada extensivamente à solta sobre as imensas pastagens. Tradição que se iniciou em terras situadas no oeste do Rio São Francisco, nos gerais da Bahia e Minas (Neto, 2012).

Com a introdução em larga escala do gado indiano, especialmente a raça nelore, associada às técnicas de inseminação artificial, foi tomando proporções gigantescas a introdução de gramíneas exóticas nas áreas do Cerrado. Esse fato aconteceu principalmente a partir da década de 1940, mas foi se aperfeiçoando, paralelamente ao desenvolvimento das técnicas agrícolas, a partir da década de 1970, já que se percebeu que as gramíneas nativas não dão sustentação para criações em larga escala.

Dentro dessa perspectiva, foram paulatinamente sendo introduzidas as gramíneas exóticas, visando dar sustentação a essa pecuária cada vez mais pujante que se desenhava no Brasil. A primeira espécie a ser introduzida foi o capim-elefante (*P. purpureum*), de origem africana; depois veio o colômbio (*P. maximum*), que, segundo alguns, inicialmente se disseminou pelas sementes que vinham grudadas nas roupas dos

escravos, e assim, sucessivamente, introduziu-se o andropogon (*A. gayanus*), o capim-gordura (*M. minutiflora*), o jaraguá (*H. rufa*), todos também de origem africana. A partir da década de 1970, com a diversificação cada vez maior e com a expansão de fronteiras, foram introduzidas quatro espécies do capim-braquiária, também de origem africana: o (*B. decubens*), o (*B. humidícola*), o (*B. ruziziensis*), e o (*B. brizantha*); todas essas espécies se adaptaram bem às condições dos espaços onde foram plantadas. Claro que algumas tiveram melhor adaptação, principalmente contra o ataque da cigarrinha e de outros insetos, fato logo resolvido pelos potentes inseticidas desenvolvidos pelos laboratórios associados ao grande agronegócio.

A primeira consequência da introdução dessas gramíneas exóticas foi a perda da biodiversidade. Por serem severas, agressivas e invasoras, essas espécies logo se espalharam nos diversos ambientes de Cerrado, principalmente naqueles onde a claridade imperava, como nos campos, no cerrado stricto sensu, no cerradão, nas veredas, nas orlas das matas, nos leitos e margens de estradas etc., modificando de forma radical a fisionomia da vegetação do Cerrado e influenciando na propagação de pragas antes desconhecidas.

Por não possuírem sistemas radiculares complexos, essas gramíneas não absorvem as águas das chuvas, da forma como fazem as gramíneas nativas; a consequência imediata é a diminuição da umidade do solo e dos depósitos de água subterrânea. Também têm ciclos anuais, ou seja, todos os anos produzem sementes, e, logo após o amadurecimento, a planta morre, deixando uma montanha de talos secos, porque se tratam de espécies com alturas consideráveis. O manejo inadequado dessa massa combustível e, ainda, o preconceito contra o fogo, fundamentado nas raízes religiosas da população, que confunde fogo com inferno, contribuem para que jamais se

entenda que o fogo é um dos elementos que compõem o meio ambiente. Dentro dessa perspectiva, em vários locais foram criadas as denominadas brigadas contra incêndios, que, ao primeiro sinal de fogo, correm para apagá-lo. Agindo com boa-fé, mas sem conhecimento das ecologias e histórias locais, as brigadas só contribuem para o aumento da massa combustível, pois, a cada ano que passa, pela fisiologia dessas gramíneas, só aumenta o volume a ser queimado.

Um dia o fogo chega, pois o planeta é dinâmico, os fenômenos que aconteciam no passado continuam da mesma forma; portanto, o fogo pode chegar por causas naturais ou antrópicas, ou pela associação das duas. E quando isso acontece, o fogo se transforma em queimada prejudicial a todos e a qualquer forma de vida e ainda se torna incontrolável. Esse quadro só reforça o que venho afirmando com relação ao Cerrado: na plenitude de sua biodiversidade, esse ambiente não existe mais. E se hoje o fogo aterroriza, amanhã, muitos seres morrerão de sede, e a disputa dos humanos pela água será cada vez mais acirrada.

A introdução das gramíneas exóticas agressivas e invasoras por excelência, que deu o último empurrão para a desconfiguração do Cerrado, exige um plano de manejo adequado, quer seja utilizando o próprio fogo, em áreas e tempos alternados, quer seja limpando com máquinas as áreas com as macegas incendiárias. De uma forma ou de outra, o prejuízo ambiental é irreversível, mas, pelo menos, proporciona aos humanos momentos de mais conforto. Aliás, mesmo quando ainda existiam as gramíneas nativas e algum fogo acontecia, sempre tive minhas dúvidas se, com todo alarde, o homem estava pensando mais nele ou na natureza como um todo. Ou seja, na preservação ou na produção?

Bibliografia

ARENS, Karl. 1958a. *Considerações sobre a causa do xeromorfismo foliar*. Bol. Fac. Fil. Ciênc. e Letr. USP 224, Botânica 15:25-56.

ARENS, K. 1958b. *O Cerrado como vegetação oligotrófica*. Bol. Fac. Fil. Ciênc. e Letr. USP 224, Botânica 15:59-77.

FERRI, Mário Guimarães. - 1971b (Coordenador). *Simpósio sobre o Cerrado*. 2ª impr. Ed. USP e Ed. Edgard Blücher. 376 p. S. Paulo.

FERRI, Mário Guimarães. (Coordenador). 1971c. *III Simpósio sobre o Cerrado*. Ed. USP e Ed. Edgard Blücher. 239 p. S. Paulo.

FERRI, Mário Guimarães. 1973a. *Sobre a origem, a manutenção e a transformação dos cerrados*. Actas de la Asociación Argentina de Ecología.

FERRI, Mário Guimarães. 1973b. *Considerações sobre a origem, a manutenção e transformação dos cerrados, a ser public. em Rev. de Biol. (Portugal)*.

GOODLAND, R. 1969. *An Ecological Study of the Cerrado Vegetation of South-Central Brazil*. McGill University, Montreal, Canadá, Tese mimeografada, 224 p.

RACHID, M. 1956. *Alguns dispositivos para proteção de plantas contra a seca e o fogo*. Bol. Fac. Fil. Ciênc. e Letr. USP 207, Botânica 1397-69.

NASCIMENTO, Itaborai Velasco. 1987 – *Fogo no Cerrado - Contribuições* – 6 *Revista do Instituto do Trópico Subúmido*, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

NETO, Antônio Teixeira. *Pequena História da Agropecuária em Goiás. Revista Coleções Científicas* n. 7. Enciclopédia Virtual do Cerrado. Instituto Altair Sales, Goiânia.



O Cerrado e suas múltiplas interpretações conceituais numa perspectiva ambiental

José Carlos de Souza²⁶

Introdução

A expressão Cerrado nomeia atualmente as paisagens naturais das superfícies aplainadas centrais do Brasil, em suas complexas formas vegetacionais, geoambientais e de ocupação humana. O termo é de origem espanhola e foi utilizado em um primeiro momento para nomear as coberturas vegetais não florestais do interior do Brasil. Mas, com o passar do tempo, o termo Cerrado passou a contemplar todas as distintas formações vegetacionais interioranas do Brasil, que variavam entre campo e floresta, mas com o predomínio das formações savânicas, onde estariam inseridas as variações do Cerrado Sentido Restrito (Eiten, 1972; Eiten, 1977; Ribeiro; Walter, 2008; Coutinho, 2016).

Quanto às dimensões territoriais, a área de ocupação do Cerrado brasileiro variou no decorrer do tempo e em função das diversas abordagens e também do aprimoramento das técnicas de mapeamento. No ano de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma nova base vetorial dos biomas brasileiros, com alguns ajustes territoriais em relação aos mapeamentos anteriores. Nesta nova

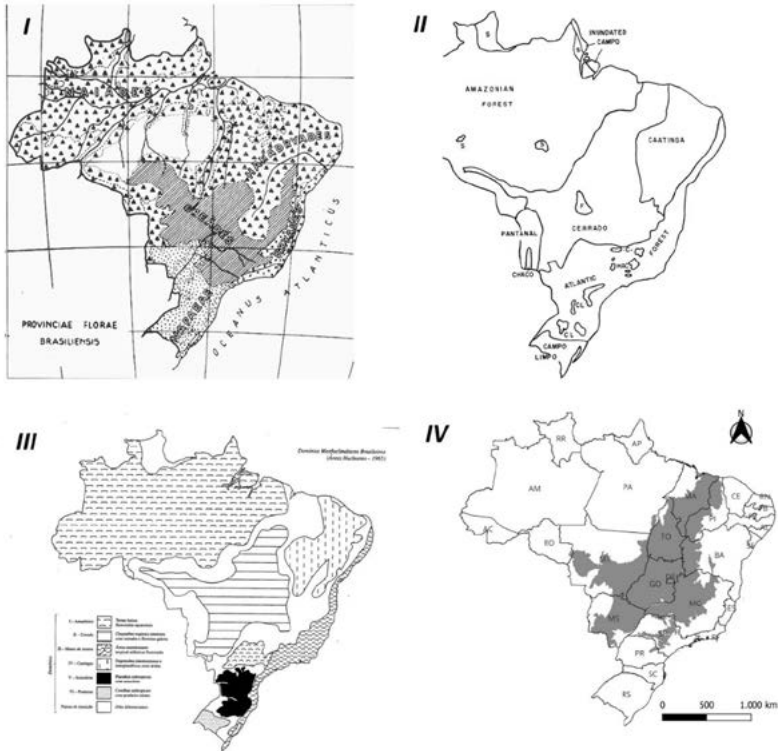
²⁶ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina. E-mail: jose.souza@ueg.br

configuração, como apresentado na Figura IV, o Cerrado passou a ter 1.983.017 km², continuando como o segundo maior domínio de natureza do Brasil, atrás somente do domínio amazônico.

Outras dimensões espaciais do Cerrado foram cartografadas em momentos históricos diferentes e com metodologias também diferentes, que foram acompanhadas por distintas classificações acerca do que se considerava os grandes ecossistemas brasileiros. No início do século XIX, o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius propôs uma classificação dos domínios de natureza do Brasil chamada de “Províncias Fitogeográficas Brasileiras” (Figura I), onde nomeou o Cerrado como Oreades, divindade mitológica (Ribeiro; Walter, 2008). AbSáber, em 1965, também propôs uma classificação que ficou conhecida como “Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos Brasileiros”, já utilizando o termo Cerrado (Figura III). No início da década de 1970, temos a contribuição de Eiten (1972), que descreveu e mapeou as “Províncias Vegetacionais Brasileiras” e, dentre estas, o Cerrado (Figura II).

A classificação dos grandes ecossistemas brasileiros, enquanto biomas, é muito comum no Brasil. Essa abordagem é amplamente utilizada pela mídia, instituições governamentais, na educação básica e até mesmo no meio acadêmico. No entanto, conceber o Cerrado enquanto bioma não é unanimidade quando se caracteriza o espaço geográfico natural brasileiro e também se considerarmos as propostas conceituais mais clássicas. Existe uma frase emblemática que ora ou outra nos deparamos com ela, seja em textos oficiais do governo brasileiro, produções acadêmicas diversas e até mesmo em placas às margens de rodovias, que é: “O Cerrado é a savana mais rica do mundo.” Do ponto de vista conceitual, essa frase traz uma reflexão importante e nos remete a pelo menos uma pergunta: o Cerrado é um bioma ou ele é parte das savanas mundiais?

Mapa - As várias dimensões espaciais do Cerrado



Fontes: Eiten (1972), AbSaber (2003) e IBGE (2017)

O conceito de bioma é relativamente complexo e Coutinho (2006), em seu artigo *O conceito de bioma*, faz uma síntese das abordagens conceituais mais usuais no mundo. No artigo, o autor define como bioma um espaço geográfico com dimensões superiores a um milhão de quilômetros quadrados e que apresenta uniformidade nos seguintes aspectos ambientais e/ou processos ecológicos: formação vegetal ou fitofisionomia, altitude, solos, alagamentos, fogo, sanilidade, dentre outros. Quando aborda o Cerrado, Coutinho chega a afirmar que, se

formos fiéis ao conceito de bioma, o Cerrado não se enquadraria como tal e seria este um “complexo de biomas”, abordagem também defendida por Batalha (2011) em seu artigo *O cerrado não é um bioma*.

Assim, trago como proposta uma breve reflexão acerca de algumas concepções conceituais e abordagens sobre o Cerrado enquanto domínio de natureza do Brasil. Discutir quais são as interpretações possíveis, em especial aquelas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e que carregam uma concepção mais endógena e que abrangem a multiplicidade de áreas naturais do Brasil e que são resultados da interpretação de múltiplos processos naturais que vão da dinâmica geológica aos padrões climáticos.

As múltiplas interpretações

Como dito anteriormente, o termo bioma para se referir ao Cerrado enquanto domínio de natureza não é unânime e na verdade há críticas acerca do seu uso e da sustentação dessa expressão na perspectiva conceitual. Assim, outras interpretações se aplicam ao Cerrado para explicar suas características bióticas e abióticas e suas relações ecológicas. Dentre as múltiplas formas de nomear o Cerrado, para além do bioma, temos domínio morfoclimático e fitogeográfico, complexo de biomas, savana, savana neotropical, sistema biogeográfico, dentre outras. Aqui serão apresentadas algumas das principais interpretações acerca do ambiente Cerrado e seus respectivos autores.

Começamos então por George Eiten. Eiten foi professor no Departamento de Botânica da Universidade de Brasília e se tornou uma das referências nos estudos sobre o Cerrado, já na década de 1970. Duas de suas publicações clássicas foram o

The Cerrado Vegetation of Brazil, em 1972, e *Delimitação do Conceito de Cerrado*, de 1977. Nesses trabalhos, Eiten evidenciou os múltiplos fatores que influenciaram na constituição das várias fitofisionomias de Cerrado, como a ecologia do fogo, os tipos de solo e o oligotrofismo, e as condições climáticas, em especial a sazonalidade das chuvas, que marcam a dinâmica reprodutiva do Cerrado.

Para Eiten (1972; 1977), o Cerrado é uma província florística e vegetacional onde ocorrem vegetação xeromorfa de arvoredos, comunidades arbustivas, savanas abertas e campos gramíneos em área de interflúvio, marcada pela sazonalidade das precipitações com estação seca definida. Assim, o Cerrado seria uma vegetação de interflúvio, não incluindo coberturas vegetacionais de fundo de vale e áreas de umidade campestres, caracterizadas como veredas. Cabe ressaltar que Eiten não considerava as matas ciliares como componentes do Cerrado, por suas características de formações florestais sempre verdes.

Ab'Sáber, geógrafo brasileiro, também trouxe sua contribuição. Em sua obra *Domínios de Natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas*, propôs uma classificação denominada "domínios morfoclimáticos brasileiros". Esses domínios são recortes espaciais com dimensões que podem variar de milhares a milhões de quilômetros quadrados, onde os elementos do meio físico, como relevo, solos e sistemas de drenagens, associados às condições climáticas, produziram paisagens fitogeográficas relativamente homogêneas, com áreas nucleares e faixas de transição entre domínios (Ab'Sáber, 1971; Ab'Sáber, 2003).

Na classificação proposta por Ab'Sáber, podem ser identificados seis grandes domínios paisagísticos no Brasil,

sendo quatro intertropicais (terras baixas florestadas da Amazônia; depressões intermontanas semiáridas do Nordeste; chapadões centrais recobertos por Cerrado, cerradões e campos, e áreas mamelonares tropicais-atlânticas florestadas) e dois subtropicais (coxilhas com pradarias mistas e planaltos de araucárias).

Nessa concepção de domínios de natureza, associando aspectos geomorfológicos, climáticos e fitogeográficos, o Cerrado é entendido como chapadões recobertos por cerrados, cerradões, campos e florestas de galeria, instaladas predominantemente em formações planálticas, com solos bem desenvolvidos, como os latossolos, em especial em uma área core (região nuclear). Essas condições ambientais elaboraram um mosaico de vegetação herbácea a florestal numa área entre 1,7 e 1,9 milhão de quilômetros quadrados.

Apesar de considerar as formações campestres como “savanoide”, expressão utilizada pelo próprio Ab’Sáber, a composição florística zonal do Cerrado é muito diversa em relação aos padrões savânicos, constituindo ecossistemas diferenciados, e isso se dá pelas características geomorfológicas, climáticas e hidrológicas do interior do Brasil.

Leopoldo Magno Coutinho foi professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e trouxe importantes contribuições aos estudos relacionados aos grandes ecossistemas brasileiros, que são hoje referência nos estudos de ecologia e botânica no Brasil. Cabe evidenciar que Coutinho destinou boa parte de suas pesquisas ao Cerrado, sobretudo acerca da ecologia do fogo, estudos desenvolvidos a partir da década de 1970.

Em uma de suas publicações, intitulada *Biomias Brasileiros*, Coutinho apresenta o Cerrado como “Bioma Savana

Tropical Estacional (peino-pirobioma)”. A expressão *peino* faz referência aos solos pobres em nutrientes e o *piro* está relacionado ao fogo, em alusão à ecologia do fogo, que são queimadas naturais que ocorrem nas formações campestres e savânicas de cerrado e que contribuem para o processo de reprodução vegetal. Para ele, o uso do termo cerrado é um regionalismo brasileiro, que não se aplica às demais savanas do mundo (Coutinho;, 2016).

Para Coutinho (2016), o Cerrado se estenderia por 1,5 milhão de quilômetros quadrados, ocorrendo em superfícies aplainadas, com altitudes entre 300 e 700 metros, onde se desenvolveram de forma dominante os latossolos, que são solos planos, bem desenvolvidos, mas pobres em nutrientes. O clima é o tropical estacional, com sazonalidade das chuvas e ocorrência de uma estação seca. Essas condições geoambientais propiciaram o desenvolvimento de uma vegetação savânica, mas com ocorrência de campos inundáveis (veredas) e matas ciliares e de galeria.

A vegetação savânica no Cerrado apresenta várias fisionomias, num gradiente que vai de campo a formações florestais interfluviais (Cerradão). No entanto, o chamado cerrado *stricto sensu* é a vegetação de maior ocorrência no bioma. Assim, segundo Coutinho (2016), em função do predomínio da fisionomia savânica, o Cerrado pode ser considerado como um bioma de savana, do ponto de vista fitofisionômico, o que a grande maioria dos autores nacionais e internacionais aceita.

O IBGE, também propondo uma classificação das regiões naturais do Brasil, lançou em 1992 o *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Em uma segunda edição, revisada e ampliada, o material datado de 2012 apresenta uma caracterização da fitogeografia do espaço intertropical com as

classificações universais, ou seja, com contribuições de referências internacionais e classificações nacionais, dentre estas a proposta pelo Radam Brasil, desenvolvida em 1970.

Na classificação proposta pelo IBGE, o Cerrado é compreendido como Região Florística do Brasil Central, onde ocorrem Savana, Floresta Estacional Semidecídica e Floresta Estacional Decídica. A região apresenta uma sazonalidade das chuvas bem marcada, com períodos seco e úmido, que condicionam, juntamente com as características pedológicas, os tipos vegetacionais. A savana, que na classificação seria o Cerrado propriamente dito, ocorre em solos lixiviados e ácidos, e nos Latossolos, Nitossolos e Argissolos ocorrem as formações florestais estacionais, que são, segundo a metodologia, de origem amazônica, que se expandiram sob a influência dos sistemas de drenagem (IBGE, 2012).

O termo savana norteia as nomenclaturas aplicadas pelo IBGE para nomear as fitofisionomias do Cerrado, sendo elas: Savana Florestada, Savana Arborizada, Savana Parque e Savana Gramíneo-Lenhosa. Esses grupos vegetacionais se desdobrariam em pelo menos dez tipos fitofisionômicos distintos que variam de campos abertos a formações florestais mais densas.

Outra contribuição importante para a compreensão do Cerrado numa perspectiva ambiental é o livro *Cerrado: ecologia e flora*, lançado pela Embrapa em 2008 e coordenado por Sueli Matiko Sano, Semíramis Pedrosa de Almeida e José Felipe Ribeiro. A obra foi elaborada por especialistas de diversas áreas, abordando aspectos diversos como ocupação indígena, clima, recursos hídricos, solos, fitofisionomias, padrões fitogeográficos, unidades de conservação, fenologia, biologia reprodutiva, fragmentação de habitats, além de abordar aspectos teórico-conceituais acerca dos termos savana e cerrado.

Aqui farei referência ao capítulo elaborado por Ribeiro e Walter (2008), intitulado *As principais fitofisionomias do bioma Cerrado*. Na abordagem, os autores consideram o Cerrado como bioma, apoiados na proposta conceitual de Odum (1988). O texto faz uma caracterização geoambiental bem detalhada do Cerrado, definindo-o como um complexo vegetacional que possui relações ecológicas e fisionômicas com as demais savanas do mundo, numa extensão de dois milhões de quilômetros quadrados. No mapeamento proposto, o cerrado ocorre de forma contínua no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo, além da ocorrência de alguns fragmentos nos Estados do Norte do Brasil.

Ribeiro e Walter (2008) propõem uma classificação da cobertura vegetal em três grandes grupos, que seriam as formações florestais, savânicas e campestres, sendo estas desdobradas em 14 fitofisionomias, sendo possíveis outros desdobramentos mais detalhados. Para esses autores:

Em sentido fisionômico, floresta representa áreas com predominância de espécies arbóreas, onde há formação de dossel, contínuo ou descontínuo. O termo savana refere-se a áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato gramíneo, sem a formação de dossel contínuo. Já o termo campo designa áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, faltando árvores na paisagem (Ribeiro; Walter, 2008, p. 156).

O texto aborda a origem das três formações de Cerrado e traz de forma ilustrativa as fitofisionomias, com descrições bem detalhadas, relacionando o percentual de cobertura

vegetal e métricas das plantas com a topografia e tipos de solos, facilitando a aplicação da metodologia em estudos botânicos e ecológicos.

Finalizo estas múltiplas interpretações com uma síntese das contribuições do professor Altair Sales Barbosa, que é antropólogo e possui vasta experiência nos estudos do Cerrado. Suas abordagens englobam os aspectos antropológicos, arqueológicos e ambientais, com foco especial na história ambiental e trajetória histórica dos povos originários.

Barbosa (2011; 2021) considera o Cerrado como um sistema biogeográfico onde ocorre uma série de complexas formas vegetacionais intermediárias, em especial em seus contornos e contatos com outros sistemas, como a Caatinga e a Amazônia. E, enquanto sistema, não pode ser tomado como uma unidade homogênea, pois o domínio do Cerrado é formado por uma série de ambientes diversificados, que podem ser chamados de subsistemas. Esses subsistemas são caracterizados pela fisionomia e composição vegetal e animal, dentre outros fatores. Assim, no sistema biogeográfico do cerrado pode-se identificar os subsistemas: campos, cerrado, cerradão, matas, matas ciliares, veredas e ambientes alagadiços (Barbosa, 2011; 2021).

É notável a diversidade de abordagens conceituais e de caracterização do Cerrado, principalmente quando se trata de sua composição florística. As contribuições aqui apresentadas não representam a totalidade dos estudos já desenvolvidos, no entanto, esta síntese já nos dá uma ideia do quão complexo é entender o cerrado na perspectiva de seus elementos naturais. Essa complexidade se dá por vários fatores ambientais, dentre eles a geodiversidade, os sistemas hidrológicos e as múltiplas condições climáticas, fazendo do cerrado a savana mais biodiversa do mundo.

Considerações finais

Não há a pretensão aqui de esgotar a discussão sobre as formas de interpretação do Cerrado numa perspectiva geoambiental ou até mesmo geoecológica, pois nestas linhas há muito pouco ainda da dimensão da discussão proposta nesta perspectiva, pois sabemos que há inúmeras outras formas de interpretação do Cerrado. Mas trago minha contribuição e que esta possa abrir caminhos e possibilidades para novas discussões acerca do tema.

É preciso que nos apropriemos mais dos conhecimentos sobre o Cerrado, com vistas ao aprimoramento nas pesquisas, nas abordagens e, mais importante, para a defesa de sua sociobiodiversidade, seja ele como bioma, domínio, complexo de biomas, savana neotropical, sistema biogeográfico ou outros. Pois, para além dos aspectos conceituais que norteiam o Cerrado, é urgente a necessidade de preservação desse domínio no Brasil, visto que a expansão acelerada das atividades agropecuárias e de mineração, considerando aqui as atividades econômicas principais, já está colocando em risco a qualidade de vida dos povos tradicionais e originários, da biodiversidade, da dinâmica climática e da dinâmica hidrogeológica.

Referências

AB'SÁBER, Aziz. *A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras*. In: Anais do Simpósio Sobre o Cerrado, p. 1 – 14. São Paulo: Edusp, 1971.

AB'SÁBER, Aziz. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARBOSA, Altair Sales. *Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira*. 2011. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4232-altair-sales-barbosa>. Acesso em: 22 set. 2023.

BARBOSA, Altair Sales. *A constelação do meio-dia: apelidar o Cerrado de bioma é mascarar seus níveis de degradação*. 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/1a-constelacao-do-meio-dia-apelidar-o-cerrado-de-bioma-e-mascarar-seus-niveis-de-degradacao-353580/>. Acesso em: 22 set. 2023.

BATALHA, Marco Antônio. *O cerrado não é um bioma*. Biota Neotrop., vol. 11, nº 1. 2011.

COUTINHO, Leopoldo M. O conceito de bioma. *Acta Botanica Brasilica*. v. 20, n. 1, São Paulo, 2006. COUTINHO, Leopoldo M. *Biomias brasileiros*. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

EITEN, George. *The Cerrado vegetation of Brazil*. Botanical Review, New York, v. 38, n. 2, p. 201-341, 1972.

EITEN, George. *Delimitação do conceito de Cerrado*. In: Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. v. XXI, Rio de Janeiro, 1977.

IBGE. 2012. *Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos*. 2ª ed. IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2012.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

RIBEIRO, José Felipe.; WALTER, Bruno Machado T. *As principais fitofisionomias do bioma Cerrado*. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P.; RIBEIRO, José Felipe. (Eds.). *Cerrado: ecologia e flora*. Brasília: EMBRAPA, 2008.

WALTER, Bruno Machado T.; CARVALHO, A. M.; RIBEIRO, J. F. *O conceito de Savana e de seu componente de Cerrado*. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P.; RIBEIRO, José Felipe. (Edi.). *Cerrado: ecologia e flora*. Brasília: EMBRAPA, 2008.



Os cenários e as caminhadas da geodiversidade

Vandervilson Alves Carneiro²⁷

O início da caminhada

Contribuir para o conhecimento do significado do termo GEODIVERSIDADE deixou-me lisonjeado e grato. O convite recebido para registrar os meus apontamentos a respeito desse assunto “novo” em um periódico de grande relevância no cenário goiano e nacional, a renomada *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, é uma honra.

Fruto de leituras de artigos e livros, acompanhamento de *lives* e de trabalhos de campo realizados no estado de Goiás e em outras localidades, anotações em blocos de rascunho, cadernetas e folhas de almanaque, proporcionou-me um avanço em meus estudos e esta publicação me dá a oportunidade de divulgar a multiplicidade e possíveis formas de aprofundar o conhecimento da GEODIVERSIDADE.

Há uma necessidade proeminente do conhecimento do homem a respeito do que é belo e da geodiversidade, para

²⁷ Graduação em Geografia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente / SP), mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (Goiânia / GO), docente das graduações em Química, Engenharia Agrícola e Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG (Anápolis / GO) e do mestrado em Geografia da mesma universidade (Cidade de Goiás / GO). E-mail: vandervilson.carneiro@ueg.br

que busquemos referenciar o espaço real, dando a ele um “significado” real para nós e em nós.

O conhecimento geológico/geográfico não pode ter um uso restrito ao reconhecimento da litosfera composta por dobras; falhas e afloramentos rochosos, minerais, feições/rugosidades no relevo e biodiversidade. As abordagens atuais sobre esse conhecimento perpassam o uso restrito e mergulham no campo do uso feito pelos ramos da tecnologia, da farmácia/química, agropecuária, do ordenamento e planejamento dos territórios, atividades turísticas e tantas outras.

Os usos desses materiais da crosta terrestre e das paisagens geográficas estão catalogados em períodos históricos como “Pedra Lascada”, “Pedra Polida”, “Época das Cavernas” e “Idade dos Metais”, sendo utilizados para caça, guerra, uso doméstico, abrigos, fortalezas, plantios, criações de animais, remédios caseiros e pinturas rupestres para retratar acontecimentos cotidianos e de apropriação do lugar.

As leituras paisagísticas, ora de cunho geológico, ora de *máter* geográfico, são realizadas em lugares ricos de geodiversidade e de biodiversidade que receberam ações de povos nômades, conquistadores e sedentários.

Deixo aqui de lado a temática da biodiversidade e singro no campo da geodiversidade, acatando como ponto de partida os dizeres do geógrafo argentino Federico Alberto Daus (década de 1940), que compreende a geodiversidade como um mosaico de paisagens e diversidades culturais, do espaço geográfico e de complexidades territoriais em diferentes escalas relacionadas aos habitats humanos.

Porém, a partir da década de 1990, o termo geodiversidade vem sendo utilizado, tanto por geólogos como por geógrafos, para descrever os elementos abióticos contidos nas paisagens.

Assim, debruça-se nos estudos de Sharples (década de 1990), que retrata a geodiversidade como a diversidade de características, assembleias, sistemas e processos geológicos (relacionados ao substrato), geomorfológicos (formas da paisagem) e do solo, precisamente tendo como paisagem cênica a reserva de vida silvestre da Tasmânia (território australiano).

As ideias de Sharples chegam à Conferência de Malvern (Reino Unido) sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada em 1993. Apesar de ser incipiente, não é de se negar que foi um trampolim e, a partir de então, adquiriu notoriedade.

Mais adiante, Stanley (2000) diz que a geodiversidade refere-se a paisagens naturais, entendidas como a variedade de ambientes e processos geológicos, os quais estão relacionados a seu povo e a sua cultura. A partir do conceito de Stanley (2000), a Royal Society for Nature Conservation do Reino Unido fez uma adaptação em seu relatório *Geodiversity Update - 2001* que definiu a geodiversidade como uma variedade de ambientes, fenômenos e processos ativos de caráter geológico, geradores de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que constituem a base para vida na Terra.

Sharples (1993), a Conferência de Malvern (1993), Stanley (2000) e a Royal Society for Nature Conservation (2001) alicerçaram as pegadas da geodiversidade mundo afora.

A caminhada pelo mundo afora

No cenário hoje descrito, o geógrafo britânico Gray (2004) discorre que a geodiversidade é uma variedade natural de aspectos geológicos (minerais, rochas e fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, processos) e do solo, incluindo na

abordagem as coleções, as relações, as propriedades, as interpretações e os sistemas.

Já para o geólogo português Brilha (2005), a geodiversidade está envolvida por ambientes diversificados de natureza abiótica que constituem uma região, que testemunham um passado geológico e também todos os processos naturais que atuam sobre as paisagens, modificando-as.

No Brasil, o SGB²⁸ / CPRM²⁹ (2006) enfatiza que a geodiversidade aborda o estudo da natureza abiótica constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Em território espanhol, Carcavilla *et al.* (2007) consideram que a geodiversidade refere-se à diversidade geológica de um território, entendida como a variedade de características geológicas presentes em um lugar, identificadas após considerar a sucessão, a distribuição e como as mesmas ilustram a evolução geológica do espaço.

Aqui no Brasil, Nascimento *et al.* (2008) arrazoam que a geodiversidade, de forma simples, consiste em toda a variedade de minerais, rochas, fósseis e paisagens que ocorre no Planeta Terra.

Em outro momento reflexivo, Gray (2013) assevera que a geodiversidade representa a variabilidade dos materiais de superfície do Planeta Terra, formas de relevo e processos físicos, tendo como exemplos materiais como rochas, solos e água; formas de relevo como montanhas, geleiras e lagos; e

28 Serviço Geológico do Brasil.

29 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

processos como a formação do solo, erosão costeira e transporte de sedimentos.

Nas Minas Gerais (Brasil), precisamente em Araxá (2004), durante o 42º Congresso Brasileiro de Geologia (CBG), abriu-se espaço para a inclusão e discussão de temas relacionados à geodiversidade com suas paisagens abióticas.

Diante do exposto, nota-se que os olhares/os conceitos a respeito da geodiversidade com maior destaque seguem linhas de pensamento distintas, mas se completam e fortificam a definição do termo.

Geodiversidade e as caminhadas

O leque de abordagens da geodiversidade nos encaminha a ressaltar que os termos patrimônio geológico e geopatrimônio são sinônimos e estreitamente relacionados à geodiversidade; por outro prisma, não se deve encetar o patrimônio geológico como sinônimo de geodiversidade.

A geodiversidade abarca todos os elementos abióticos de nosso planeta; já o patrimônio geológico é apenas uma pequena parcela da geodiversidade, apresentando características especiais, e que, por conseguinte, deve ser conservado (Nascimento *et al.*, 2008).

Com o intuito de acabar com interpretações errôneas, Brilha (2016) divide o patrimônio geológico em dois tipos: *in situ* e *ex situ*. Assim, o *in situ* são elementos de geodiversidade com elevado valor científico denominados de geossítios e o *ex situ* (fósseis, minerais e rochas) são elementos de geodiversidade disponíveis para pesquisa em museus, laboratórios e coleções particulares.

Em suma, o olhar acadêmico de forma predominante estabelece que o patrimônio geológico englobe outros

patrimônios, a saber: o geomorfológico, o tectônico, o mineralógico, o paleontológico, o pedológico e o hidrológico. Aqui, destaca-se o patrimônio geomorfológico, por ser o mais perceptível para a sociedade, uma vez que grande parte do valor cênico atribuído às paisagens está associada aos elementos geomorfológicos.

Nessa linha de pensamento, Rodrigues e Bento (2018) asseveram que o termo geopatrimônio ou patrimônio geológico pode ser considerado um conceito “guarda-chuva”, abrigo prisma distintos da vertente abiótica da natureza em seus respectivos patrimônios. Sendo assim, pelas especificidades de cada patrimônio, é comum que os pesquisadores, os geógrafos, por exemplo, usem o termo geomorfossítio ou se apeguem ao termo patrimônio geomorfológico.

Portanto, o termo geossítio pode ser definido como uma ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade, bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outros que podem ser inventariados e caracterizados numa determinada área, lugar ou região.

Dando sequência à exposição, tanto Gray (2004) como Brilha (2005) atribuem valores distintos para a geodiversidade. Sendo assim estabelecidos os valores: a) o **intrínseco**, de cunho filosófico, dado ao simples fato de o elemento da geodiversidade existir; b) o **cultural** é consumado quando determinado aspecto geológico/geomorfológico ou processos físico-naturais são expostos por uma população com base na metafísica; c) o **funcional**, que trata da realização das mais diversas atividades humanas; d) o **estético**, que se coliga à beleza cênica; e) o **econômico**, que resulta na monetarização dos recursos energéticos, minerais, pétreos e outros; e, por fim,

f) o **científico/educacional**, que está relacionado à utilização da natureza abiótica, como salas de aula e laboratórios a céu aberto, sendo sua exploração puramente para fins científicos e educacionais.

Em consonância com o conteúdo geodiversidade, Nascimento *et al.* (2008) elencam os principais objetivos da geoconservação, que são o de conservar e o de assegurar a manutenção da geodiversidade; o de proteger e o de manter a integridade dos locais com relevância em termos de geoconservação; o de minimizar os impactos adversos dos locais importantes em termos de geoconservação; o de interpretar a geodiversidade para os visitantes de áreas protegidas, e o de contribuir para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos dependentes da geodiversidade.

A geoconservação, pelo viés de Brilha (2005), é explicada pelo objetivo da utilização e da gestão sustentável de toda geodiversidade, abraçando todos os tipos de recursos geológicos/geomorfológicos. Já em Sharples (2002), a geoconservação está relacionada à conservação da diversidade abiótica abarcada pelos componentes fisiográficos da paisagem.

Noutra vereda, Carcavilla *et al.* (2007) enfatizam que a geoconservação deve estar conjuminada em um conjunto de técnicas e medidas destinadas a garantir a conservação do patrimônio geológico e da geodiversidade, com base na análise de seus valores intrínsecos, sua vulnerabilidade, ameaças e o risco de degradação.

Os estudos sobre geodiversidade possuem desdobramentos que acabam içando para o debate o termo geoturismo, que foi primeiramente definido por Hose, em 1995, considerando os serviços e as possibilidades interpretativas que um determinado lugar pode proporcionar ao turista no que diz

respeito ao conhecimento geológico/geomorfológico, buscando ir além da apreciação estética e da beleza cênica.

Nesse prisma, o geoturismo trata-se de um segmento da atividade turística que tem o geopatrimônio como seu principal atrativo, pois é uma ferramenta de geoconservação e de sustentabilidade do local visitado, via educação e interpretação ambiental (Ruchkys, 2007; Moreira, 2011).

Em reforço, as pesquisas de Brilha (2005; 2016) apresentam as estratégias e metodologias do âmbito da geoconservação voltadas ao foco do geopatrimônio de uma determinada área, onde devem ser utilizadas etapas como o inventário, a avaliação quantitativa, a conservação, a divulgação e o monitoramento de sítios de geodiversidade.

Os conceitos de geodiversidade, de geoconservação e de geoturismo esteiam o trinômio fundamental para a divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural de cunho abiótico (Bento; Rodrigues, 2010).

Por sua vez, considerando a importância deste trinômio (geodiversidade, geoconservação e geoturismo), Moura-Fé *et al.* (2016) propõem o estabelecimento e o desenvolvimento do conceito científico da geoeducação, atrelado ao fulcro geoconservacionista, sendo entendida como um ramo específico da educação ambiental a ser aplicado na geoconservação e que seja trabalhado nas modalidades de ensino formal e não formal.

Portanto, Figueiró *et al.* (2019) esclarecem que a geoeducação não pode ser interpretada como uma espécie de glossário de componentes abióticos do Planeta Terra, mas um conjunto de conhecimentos e saberes formais e não formais, envolvendo a comunidade, no sentido de prepará-la para interpretar e agir no seu território, em busca de melhores condições de vida e de manutenção do seu geopatrimônio coletivo.

Em busca da consolidação e espraiar dos conhecimentos sobre geodiversidade, em consonância com ações, planos e práticas de geoconservação, geoturismo e geoeducação em determinadas áreas abióticas (geopatrimônios), são implantados no continente europeu os territórios chamados de geoparques, com a chancela da Unesco³⁰, a partir de 2004.

A caminhada no Brasil

A Unesco *Global Geoparks*, em 2004, estabeleceu que geoparques referem-se a um território com áreas geográficas unificadas e com limites bem definidos, onde tanto sítios como paisagens de relevância geológica/geomorfológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Sua abordagem agrega e proporciona a envolvimento das comunidades locais, permitindo o desenvolvimento de atividades econômicas no âmbito do turismo, acarretando em incremento de renda, e lastreia a construção de conhecimentos de geodiversidade.

Em apontamentos registrados, ou seja, preparativos para uma palestra, cataloguei, até 2023, 195 Geoparques Mundiais da Unesco em 48 países. No Brasil, o Geoparque Araripe³¹ (chancelado em 2006) era o único Geoparque Mundial do País, até que, em 2022, receberam a certificação/a chancela o Geoparque Seridó³² e o Geoparque Caminhos dos Cânions

30 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

31 Situa-se no sul do Estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil, agregando os municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

32 O território situa-se no semiárido nordestino, região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Norte, envolvendo os municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas.

do Sul³³, e, em 2023, foram cancelados o Geoparque Quarta Colônia³⁴ e o Geoparque Caçapava³⁵.

A primeira iniciativa brasileira nesse campo consistiu na criação, em 1997, da Sigep³⁶ pelo antigo DNPM³⁷, hoje ANM³⁸, criada com o objetivo de elencar os principais sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. Para o Estado de Goiás, conforme os dados da Sigep, foram apresentados no volume I – publicado em 2002 –, dos *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*, três sítios, que são os seguintes: (a) Sítio paleontológico: Mesossauro da Serra do Caiapó (Montividiu-GO), um vertebrado fóssil típico do Paleozoico Superior, importante na história da Deriva Continental; (b) Sítio geomorfológico: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) – sítio de grande beleza cênica do Centro-Oeste brasileiro, e (c) Sítio de Astroblema: Domo de Araguainha (GO / MT) – o maior astroblema da América do Sul.

No volume II – publicado em 2009 – dos *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*, foram descritos mais dois sítios, a saber: (d) Sítio hidrogeológico: Águas Quentes de Caldas Novas (GO) – notável ocorrência de águas termais sem associação com magmatismo, e (e) Sítio sedimentológico: Conglomerado São Miguel no Vale da Lua, sul da Chapada dos Veadeiros (GO) – cenário exótico de rara beleza modelado pela erosão fluvial.

33 Situado na região Sul do Brasil, entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o território integra sete municípios, sendo quatro do lado catarinense (Praia Grande, Jacinto Machado, Timbê do Sul e Morro Grande) e três do lado gaúcho (Torres, Mampituba e Cambará do Sul).

34 Localizado na região Central do Rio Grande do Sul, são formados pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

35 Encontra-se na **Região de Caçapava do Sul, no Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul**.

36 Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos.

37 Departamento Nacional de Produção Mineral.

38 Agência Nacional de Mineração.

Outro momento marcante nos estudos do patrimônio geológico no Brasil foi a criação, em 2006, pela CPRM, do Projeto Geoparques, com o objetivo de identificar, classificar, catalogar, georreferenciar e divulgar o patrimônio geológico do Brasil, bem como definir diretrizes para seu desenvolvimento sustentável.

O Projeto Geoparques, nesse sentido, em 2012, fez surgir o livro *Geoparques do Brasil – Propostas*, contendo o memorial descritivo de 17 propostas de geoparques. Para o Estado de Goiás, foram descritas as propostas do Geoparque dos Pireneus (Pirenópolis) e o Astroblema de Araguainha – Ponte Branca, na divisa entre Goiás e Mato Grosso. No âmbito do Projeto Geoparques, também foi indicada a proposta de um geoparque na região Nordeste do Estado, ou seja, a Chapada dos Veadeiros.

A SGB-CPRM, com a parceria da SGM³⁹-MME⁴⁰, instituíram o Programa Levantamento da Geodiversidade. Esse programa, iniciado em 2006, constituiu-se numa síntese dos grandes geossistemas formadores do território nacional, tomando-se por base a análise da constituição litológica da área e evidenciando suas limitações e potencialidades. Traduzindo o conhecimento geológico-científico com vistas à sua aplicação no uso adequado do território, notadamente nas áreas de obra civil, agricultura, recursos hídricos, recursos minerais e geoturismo.

Nesta estreita sintonia entre órgãos governamentais de esfera federal, tem sido feita a consolidação do conceito de geodiversidade e, conseqüentemente, registrados avanços de métodos e tecnologias, além de informações geológicas disponibilizadas aos públicos acadêmico, empresarial e outros.

39 Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

40 Ministério de Minas e Energia.

A primeira etapa consolidou-se com a elaboração do Mapa Geodiversidade do Brasil (escala 1:2.500.000), e a boa receptividade do mapeamento impulsionou a elaboração de mapas de geodiversidade estaduais, a exemplo da obra *Geodiversidade do Estado de Goiás e do Distrito Federal*, lançada em 2014.

Cabe também destacar que em março de 2017, nas dependências da UFG⁴¹/IESA⁴², organizado pela equipe do Laboratório de Geologia Aplicada, foi realizado o I Simpósio de Geodiversidade e Geoconservação do Estado de Goiás, cujo tema, “A Geodiversidade e Geoconservação do Estado de Goiás: Patrimônio e a sua Valoração”, nos remeteu a discussões sobre o conhecimento do geopatrimônio do Estado de Goiás.

O Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, apresenta uma rica geodiversidade, que deve ser preservada e conservada. Dentre as diversas áreas pesquisadas e em fase de pesquisas encontram-se o Parque Estadual de Paraúna (Paraúna), o Parque Estadual de Terra Ronca (Guarani de Goiás e São Domingos), o Parque Estadual da Serra Dourada (Cidade de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás), o Parque Estadual da Serra de Jaraguá (Jaraguá) e outros geopontos de geodiversidade, ora em unidades de conservação, ora isolados, ora urbanos, ora rurais, mas que se mesclam ou que testemunham as modificações (antrópicas e/ou geológicas) dos cenários paisagísticos do Cerrado.

Por fim, ainda em domínio do Cerrado, notícias frescas após julho de 2023 dão conta de que o Brasil apresentou duas propostas de geoparques para o seu território, que são: a) o Geoparque Uberaba - Terra de Gigantes (Uberaba/MG), que se trata de uma excelente representação da rica geodiversidade

41 Universidade Federal de Goiás.

42 Instituto de Estudos Socioambientais.

do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com ocorrências fossilíferas que pertencem ao Cretáceo Continental Brasileiro, e b) Geoparque Chapada dos Guimarães (Chapada dos Guimarães/MT), onde são encontradas rochas de quase 1 bilhão de anos que contam a história de nosso planeta, além de registros locais da existência de mares, glaciações, cordilheiras, desertos, vulcões, antigos rios, mirantes, cachoeiras e cavernas, bem como são encontrados fósseis de invertebrados marinhos do Paleozoico, e de dinossauros, tartarugas e crocodilos do Mesozoico.

A caminhada não finda...

A conservação da geodiversidade é fundamental, sobretudo aqueles geossítios que apresentem valores de destaque, a exemplo dos de natureza científica, educativa, turística, cultural ou outro.

Nesta senda, somente a partir de ações de geoconservação, que busquem, além da proteção física do geopatrimônio, e, sim, labutem com projetos de geoeducação, atrelando-se à educação ambiental e que sustentem o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Referências

BENTO, Lilian C. M.; RODRIGUES, Silvio C. O geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico - uma reflexão teórica. *Revista Turismo e Paisagens Cársticas*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 55-65, 2010.

BRILHA, José B. R. *Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage, 2005.

CARCAVILLA, Luis.; LÓPEZ, Jerónimo.; DURÁN, Juan. *Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España, 2007.

CARNEIRO, Vandervilson A.; LIMA, Cláudia V.; LIMA, Andréa M. Geodiversidade no cerrado goiano. *Revista Élisée*, Porangatu, v. 9, n. 2, p. 01-28, jul. / dez. 2020.

CARNEIRO, Vandervilson. A. (org.). *Geodiversidade - envólucros e experiências*. Anápolis: Solo, Água e Meio Ambiente - SAMA, 2022.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. *Geodiversidade*. 2006. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/publicue/media/informacao_publica/geodiversidade_ano6.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS / SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Mapa geodiversidade do Brasil (Escala 1:2.500.000 - legenda expandida)*. Brasília: CPRM / SGB, 2006. 68 p. CD-ROM.

DAUS, Frederico A. *Fisonomía regional de la Argentina*. Buenos Aires: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1956.

DAUS, Frederico A. *Geografía y unidad argentina*. Buenos Aires: Nova, 1957.

FIGUEIRÓ, Aadrino.; MOTTA, Vinícius.; BRUNHAUSER, Thainara.; VENTURA, Harrison.; CECHIN, Dilson. A produção de materiais geoducativos na proposta do Geoparque Quarta Colônia, RS. *Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente*. Guimarães, v. 1, n. 2, p. 171-184, 2019.

GRAY, Marray. *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. Chichester: J. Wiley, 2004.

GRAY, Marray. *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. Chichester: Wiley Blackwell; 2013.

HOSE, T. A. Selling the story of Britain's stone. *Environmental Interpretation*, n. 2, p. 16-17, 1995.

MORAES, Juliana M. *Geodiversidade do Estado de Goiás e do Distrito Federal*. Goiânia: CPRM, 2014.

MOREIRA, Juliana C. *Geoturismo e interpretação ambiental*. Ponta Grossa: EdUEPG, 2011.

MOURA-FÉ, Marcelo M.; PINHEIRO, Mônica V. A.; JACÓ, Dionizia M.; OLIVEIRA, Bruna A. Geoeducação: a educação ambiental aplicada na geoconservação. In: SEABRA, G. (org.) *Educação Ambiental & Biogeografia*. Ituiutaba: Barlavento, 2016, v. II, p. 829-842.

NASCIMENTO, Marcos A. L.; RUCHKYS, Ursula A.; MANTESSO-NETO, Virginio. *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. Natal: EdUFRN, 2008.

RODRIGUES, Silvia C.; BENTO, Lilian C. M. Cartografia da geodiversidade: teorias e métodos. In: GUERRA, Antonio J. T.; JORGE, Maria do Carmo O. (org.). *Geoturismo, geodiversidade e geoconservação: abordagens geográficas e geológicas*. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. p. 137-162.

RUCHKYS, Ursula A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SCHOBENHAUS, Carlos.; CAMPOS, Diogenes A.; QUEIROZ, Emanuel T.; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylene L. C. (org.) *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: CPRM, 2002.

SCHOBENHAUS, Carlos.; SILVA, C. R. *Geoparques do Brasil - propostas*. Brasília: CPRM, 2012.

SHARPLES, Chris. *Concepts and principles of geoconservation*. Hobart: Tasmanian Parks & Wildlife Service; 2002.

SHARPLES, Chris. Geoconservation in forest management - principles and procedures. *Tasforests*, v. 7, n. 12, p. 37-50, 1995.

STANLEY, M. Geodiversity. *Earth Heritage*, v. 14, p. 15-18, 2000. Territorial/Geodiversidade-162>. Acesso em: 22 set. 2020.

STANLEY, M. Welcome to the 21 Century. *Geodiversity Update*, 1, p. 1-8, 2001.

UNESCO. *UNESCO Global Geoparks - celebrating earth hearitage, sustaining local communities*. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243650>. Acesso em: 12 ago. 2020.

WINGE, Manfredo.; SCHOBENHAUS, Carlos.; SOUZA, Celia Regina G.; FERNANDES, Antonio C. S.; QUEIROZ, Emanuel T.; BERBERT-BORN, M.; CAMPOS, Diogenes. A. (org.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: CPRM, 2009.



Gabinete Litterário Goyano: um tesouro do Brasil

Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos⁴³

Sempre alimenta o coração e o brio de um goiano e de um brasileiro – mormente nestes modernos tempos de tantas baixezas e nulidades culturais – voltar o olhar para os feitos de grandes concidadãos do passado, de grandes homens e mulheres de antanho, que, movidos a valiosos ideais e desígnios, preocuparam-se em fazer coisas dignas de serem lembradas, mesmo com o passar dos séculos; preocuparam-se – com grande idealismo, cada vez mais rareado – em realizar grandes obras não egoisticamente pensadas para si, mas para a coletividade, para a sua sociedade e para o seu povo, deixando incomensuráveis legados para as seguintes gerações, de modo a merecerem justa memória e, a despeito do irrefreável caminhar do tempo, não serem por ele devorados, pelo oposto, seguindo vivos na cultura que ajudaram a construir.

É um desses portentosos legados o Gabinete Litterário Goyano, cuja história de quase 16 décadas nos nutre o coração e nos motiva a cruzar as intempéries destes tempos. O

43 Advogado, escritor, poeta e gestor cultural. Foi tesoureiro (2014-2016) e presidente reeleito do Gabinete Litterário Goyano (2017-2019 e 2019-2021). Sócio-correspondente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis (Icebe) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). E-mail: rafaelleury.adv@gmail.com

Gabinete é esteio de resistência cultural, que, malgrado, às vezes, possa parecer combalido, é sempre vigoroso e segue embalado pela porfia e pelo amor daqueles que o têm no âmago e na importância de sua história. É também um facho de luz que exsurge de Villa Boa e ilumina o coração do Brasil. Qual grande marca deste povo goiano, um povo forte, pelo Gabinete Litterário seguimos sempre fulcrados na honrada altivez, na grandeza de propósito e no denodo que outrora tiveram os nossos precursores e antepassados.

Nessa senda, imperioso é verberar que resiste e luta o nosso Gabinete Litterário Goyano – a despeito da desvalorização e do menoscabo, nada lhe tira a imane importância: um tesouro precioso do Brasil. E, pois, que sua história nos alimenta o cerne e honra o nosso povo com sua herança de insignes valores e de altas contribuições, tendo sido um movimento de ilustração do Estado de Goiás e tendo cumprido sem paralelo – mesmo a duras penas, mas com louvor – sua missão histórica na viabilização de acesso e da circulação de livros bem como na promoção, dinamização e fomento da leitura, do saber científico e da cultura na então Província e depois Estado de Goiás.

Em tal sentir, temos que o Gabinete Litterário exerceu, desde a segunda metade do século XIX, papel crucial na circulação de livros e na difusão da leitura nestas terras quando ainda éramos província, tendo funcionado, na antiga capital goiana, como gabinete de leitura com locação de obras, tanto literárias como das mais diversas áreas do conhecimento, assumindo – numa época em que havia escassez de livros, vez que caríssima a aquisição e muito dificultoso o acesso – um papel catalisador da leitura e da cultura na então província, a partir do oitocentos.

Além de tais prodigiosos contributos, realizados sem precedentes, é mister destacar outro também importantíssimo: a vanguarda do Gabinete Litterário Goyano na iniciativa e na formação de um projeto educacional da sociedade goiana do século XIX, segundo bem conclui a professora Valdeniza Maria Lopes da Barra, Doutora em Educação pela PUC/SP e professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

A propósito, são estes os exatos dizeres da douta pesquisadora e professora (Barra, 2008), *in verbis*:

“A pesquisa sobre a ação do Gabinete Literário Goyano ainda se encontra na fase inicial. Apesar de tal constatação, acredita-se que os resultados encontrados até o momento fertilizam a hipótese de se pensar um suposto projeto educacional da sociedade goiana do século XIX. Tal projeto, na esteira da modernidade, é movido por ideias que circulam, não raro, dinamizadas pelo artefato livro. A iniciativa do Gabinete Litterário Goyano surge assim como um movimento de uma elite letrada goiana com a característica catalisadora de ideias estruturantes do século XIX que matizam faces de dimensões cultural, econômica, social e moral. Neste projeto educacional, a educação escolar haveria de ter um lugar de relevo, razão pela qual o Gabinete Litterário Goyano adquirira nos anos 80 do século XIX a obra ‘Instrução publica’, por Hypeaut. [...]” (Barra, 2008)⁴⁴.

Eis que em 10 de abril de 1864, Raymundo Sardinha da Costa, juntamente com uma centena de ínclitos cidadãos goianos por ele timoneada, fundou, na Cidade de Goiás, então capital da Província homônima, o Gabinete Litterário Goyano: a

44 Valdeniza Maria Lopes da Barra. Livros e leituras do Gabinete Literário Goyano. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/660/512>. Acesso em: 12 nov. de 2022.

primeira biblioteca coletiva do Estado de Goiás e do Centro-Oeste brasileiro. Destarte, o Gabinete guarda história e memória da nossa Vila Boa e do nosso País, da nossa gente, sendo, per si, um tesouro e, ao mesmo tempo, um relicário das culturas goiana e brasileira.

Nesse passo, importa acrescer as valiosas considerações do eminente professor Genesco Ferreira Bretas: “Como instituição digna do nome, o Gabinete Litterário Goyano foi sem dúvida a maior e melhor biblioteca que se fundou em Goiás e que melhores serviços prestou à sociedade goiana” (p. 408)⁴⁵.

A criação do Gabinete Litterário Goyano se deu num contexto fecundo de disseminação de gabinetes de leitura pelo Brasil a partir de meados do século XIX, movimento esse antes inspirado e influenciado pela experiência dos gabinetes de leitura da França, onde alcançaram seu apogeu na primeira metade do século XIX, chegando o país a contar com mais de 460 instituições, entre 1815-1830, concentrando Paris a sua maior parte (Oliveira, 2014)⁴⁶.

Na esteira da preleção do professor Paulo Henrique de Oliveira, Mestre em História Social pela PUC/SP, temos:

Emergidos na Europa, entre os séculos XVII e XVIII, tendo maior opulência no século XIX, os gabinetes de leitura vêm para corroborar com um mercado livreiro que estava em ascensão, possibilitavam a distribuição e a leitura de periódicos, folhetins e, especificamente, o livro, item de elevado custo, sem a necessidade de sua compra ou posse.⁴⁷

45 Bretas, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1991.

46 Oliveira, Paulo. Gabinetes de leitura: origens e multiplicidades históricas de espaços socioculturais. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406573091_ARQUIVO_GabinetesdeLeituraOrigenseMultiplicidadesHistoricas.pdf. Acesso em: 12 nov. de 2022.

47 Fonte: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406573091_ARQUIVO_GabinetesdeLeituraOrigenseMultiplicidadesHistoricas.pdf.

De modo geral, os gabinetes de leitura foram concebidos como espaços culturais e sociais, em que seus sócios podiam locar livros, jornais e outros impressos mediante o pagamento de mensalidades e observados os prazos de devolução, podendo, assim, levar os livros e afins para ler em casa, mas também era possível a leitura na própria sede dos gabinetes, que, normalmente, dispunham de ambientes para tanto.

Ilustrando o profícuo movimento de fundação de gabinetes de leitura pelo Brasil, entre 1840 e 1889, só no Estado de São Paulo existiram 17 gabinetes, que foram, contudo, sendo extintos com o tempo, de modo que ainda resistem apenas dois no interior paulista, a saber, o Gabinete de Leitura Sorocabano, fundado em 1867, e o Gabinete de Leitura de Jundiá, fundado mais tardiamente, em 1908.

Entre os gabinetes literários fundados no Brasil, podem-se também destacar o Real Gabinete Português de Leitura, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 1837; o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, fundado no Recife, em 1850; e o Gabinete Português de Leitura da Bahia, fundado em Salvador, em 1863; compreendendo instituições de grande relevo cultural e ainda em pleno funcionamento.

Doutra feita, considerando-se o recorte do atual Centro-Oeste brasileiro, o primeiro gabinete de leitura fundado foi o goiano, como já consignado, em 1864, tendo havido também o Gabinete da Leitura de Cuiabá, fundado só dez anos depois, em 1874, sendo da então Província de Mato Grosso a primeira biblioteca pública, que, porém, não mais existe. A título de nota, quanto ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao atual Distrito Federal, também integrantes da atual região Centro-Oeste, à época do Império ainda não existiam como subdivisões do território pátrio, o que só veio a ocorrer com as

suas respectivas criações em 1977 e em 1960, de modo que se encontravam contidos, nesta ordem, nas Províncias de Mato Grosso e de Goiás. Resta, destarte, patente que o Gabinete Litterário Goyano foi o primeiro gabinete de leitura e a primeira biblioteca coletiva da região hoje compreendida pelo Centro-Oeste do Brasil.

Vale asseverar, ademais, que, juntamente com o Lyceu de Goyaz e o Seminário Santa Cruz, foi o Gabinete Litterário Goyano uma das primeiras instituições a promover e a dinamizar, no que hoje é o Estado de Goiás, a difusão da instrução e da atividade intelectual, literária, científica e cultural, tendo sido efervescente espaço da intelectualidade goiana, por onde passaram notáveis personalidades da nossa história e da nossa cultura, tais como Cora Coralina, Leodegária de Jesus, Goiandira do Couto, Luiz do Couto, Hugo de Carvalho Ramos, Manoel Lopes de Carvalho Ramos, Pedro Ludovico Teixeira, Americano do Brasil, Félix de Bulhões, Leopoldo de Bulhões, Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado), Constâncio Gomes, Maximiano Mendes, Luiz Guedes de Amorim, Emílio Francisco Póvoa, Consuelo Ramos Caiado, Alfredo Nasser, Goiás do Couto, entre inúmeros outros. Ademais, o Gabinete foi fonte fértil onde tantas gerações saciaram sua sede de saber, de ciência e de cultura, de modo que já legou marcas indeléveis e ainda marca profundamente a vida cultural da Cidade de Goiás e do nosso Estado, há quase um sesquicentário e uma década.

Além do mais, importa destacar que entre os sócios honorários do Gabinete Litterário Goyano encontraram-se ilustres personalidades como o livreiro e editor francês Baptiste-Louis Garnier e o escritor Visconde de Taunay (Alfredo Maria Adriano d'Escragolle Taunay). O primeiro, um dos

principais editores do Brasil na segunda metade do século XIX, fundador da famosa Livraria Garnier no Rio de Janeiro e editor do nosso excelso Machado de Assis, do qual publicou, pela primeira vez, os clássicos *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Quincas Borba* (1891). Por sua vez, Visconde de Taunay foi o autor das célebres obras *A Retirada da Laguna* (1871) e *Inocência* (1872) e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ambos doaram obras para o Gabinete Litterário, sendo deveras interessante e tocante deleitarmo-nos em pesquisá-las no Gabinete, encontrando preciosidades como livros com vetustos selos da Livraria Garnier e outros até mesmo autografados pelo grande Taunay.

A propósito, reconhecendo a enorme importância da criação do Gabinete Litterário Goyano, o maior escritor brasileiro de todos os tempos e um dos maiores da literatura universal, o já citado Machado de Assis, escreveu uma crônica dando notícia e celebrando a instalação de um gabinete de leitura na então Província de Goiás, publicada no dia 20 de fevereiro de 1866 – menos de dois anos após a fundação do Gabinete – na seção “Semana Literária” do jornal *Diário do Rio de Janeiro*.

Nesse contexto, são dignos de nota os seguintes fatos que marcam a história recente do Gabinete Litterário e demonstram a sua caminhada dinâmica bem como o seu insigne papel na cena cultural brasileira, como uma das instituições culturais mais relevantes do País, ao longo das últimas 16 décadas.

Em novembro de 2021, enquanto presidente do Gabinete Litterário Goyano, fui recebido em visita institucional do Gabinete na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, pelo caríssimo Prof. Marco Lucchesi, seu presidente. Neste

ensejo, tivemos um café em momento de agradável conversa sobre o Gabinete Litterário Goyano e a Academia Brasileira, discutindo, ainda, os desafios na gestão de entidades culturais em nosso País, história de Goiás e literatura. Na oportunidade, falei ao Prof. Marco da relação entre as instituições por meio dos sócios honorários e do próprio Machado de Assis, um dos fundadores e o primeiro presidente da ABL.

Assim, reconhecendo o relevo de tais laços históricos que unem essas duas fundamentais instituições culturais brasileiras – o GLG e a ABL –, entreguei ao presidente Marco Lucchesi o Diploma de Sócio Honorário do Gabinete e dei-lhe também um fac-símile da crônica de Machado sobre o Gabinete Litterário, além de alguns regalos da Cidade de Goiás.

Ademais, também no Rio de Janeiro, fui recebido pelo Dr. Francisco Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura – o primeiro gabinete de leitura do Brasil, fundado em 1837, e o nosso gabinete irmão no Rio de Janeiro. O presidente, muito gentil e fidalgamente, recebeu-me no Real Gabinete também para uma visita institucional em nome do Gabinete Litterário Goyano. Na ocasião, conversamos sobre o Gabinete Goyano e o Real Gabinete, suas histórias, seus acervos, as preciosidades de cada qual, os desafios na manutenção, parcerias entre as entidades, sobre patrimônio cultural e também sobre Goiás e Rio de Janeiro, enfim, entre mais assuntos, em conversa muito fecunda e prazenteira.

O Dr. Francisco me acompanhou numa visita fabulosa por todos os fascinantes salões e corredores do Real Gabinete, contando-me e mostrando-me tudo assaz diligentemente, inclusive as maiores relíquias do acervo: simplesmente a 1ª edição de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, e o manuscrito do clássico *Amor de Perdição* (1862), de Camilo Castelo Branco.

Também em sinal de reconhecimento, de valorização e de fortalecimento dos laços históricos e culturais que irmanam os dois gabinetes de leitura, entreguei ao Dr. Francisco o Diploma de Sócio Honorário do Gabinete Litterário Goyano bem como material institucional, além de regalos típicos da Cidade de Goiás.

Assim, o Gabinete Litterário Goyano segue batalhando por seus ideais e cumprindo sua missão institucional e cultural. Nessa senda, realizamos, em minha gestão na Presidência do Gabinete (2017-2021), o seu Jubileu: “155 anos pelas Letras, pelo Saber e pela Cultura”, com uma programação de diversas atividades culturais desde maio de 2019 a fevereiro de 2020.

A inauguração do ano jubilar ocorreu numa linda manhã de sábado, em maio de 2019, com a celebração do aniversário em frente ao casarão secular do Gabinete, de porta e janelas abertas, no Centro Histórico da nossa Vila Boa, oportunidade em que tivemos um café da manhã com alvorada festiva da Banda de Música da Polícia Militar do Estado, o lançamento do selo comemorativo dos Correios, um sarau e uma visita guiada no interior do Gabinete, seguindo-se a comemoração, no dia seguinte, com uma Missa em Ação de Graças na Catedral de Sant’Ana.

No mês de agosto de 2019, dentro da programação do jubileu, realizamos um sarau em homenagem aos 130 anos de duas das mais insígnias sócias do Gabinete Litterário: Cora Coralina e Leodegária de Jesus, momento encerrado com mais uma visita ao interior da nossa sede, ensejo em que falei aos presentes um pouco da história e da importância do Gabinete e mostrei-lhes itens preciosos do nosso acervo, máxime relacionados a Cora Coralina.

Seguindo o calendário comemorativo, em setembro daquele ano lançamos o projeto “Café no Gabinete”, realizando a sua primeira edição. No mês de outubro, fizemos, no Palácio Conde dos Arcos, a abertura da exposição “Gabinete Litterário Goyano: 155 anos pelas Letras, pelo Saber e pela Cultura”, a qual reuniu alguns itens raros do Gabinete Litterário, entre livros, revistas, fotografias, objetos e documentos dos séculos XIX e XX, entre muitos outros, como a ata original de instalação do Gabinete, de 1864, tendo a exposição ficado aberta ao público durante um mês.

Em novembro de 2019, realizamos, no Salão Nobre do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás, duas primorosas e memoráveis palestras: “A presença feminina no Gabinete Litterário Goyano e na Cidade de Goiás”, ministrada pelo Dr. Bento Fleury, e “Gabinetes literários: espaços de cultura e de literatura”, ministrada pela Dra. Lena Castello Branco, ambas marcadas pelo brilhantismo que é peculiar a tais distintos escritores e professores, grandes nomes da cultura goiana.

No mês de dezembro de 2019, o Gabinete Litterário Goyano foi agraciado com uma Sessão Solene em homenagem aos seus 155 anos, feita pela Câmara Municipal de Goiás, a qual, nesse ato, concedeu Diplomas do Mérito Legislativo Vilaboense a este escriba e a outros conspícuos membros da instituição. Ainda em dezembro, numa bela manhã de sábado em nossa sede, realizamos a Confraternização de Fim de Ano do Gabinete Litterário Goyano, com a presença de sócios, membros da Diretoria e amigos do Gabinete, em que tivemos apresentações culturais e descerramos a placa comemorativa do jubileu de 155 anos, partilhando, em seguida, um singelo e saboroso café da manhã.

Em fevereiro de 2020, após transferido todo o nosso acervo para a sede provisória conseguida, fizemos, dentro da

programação do jubileu, a cerimônia de lançamento da campanha “Juntos pelo Gabinete”, para arrecadar fundos junto às sociedades vilaboense e goiana para a tão necessária e sonhada restauração emergencial do casarão-sede do Gabinete Litterário. Infelizmente, não pudemos realizar os eventos da programação comemorativa previstos para março e abril do acerbo ano de 2020, em razão da dantesca pandemia, mas demos por concluído, com grande gratidão e alegria, esse período deveras especial e marcante em que celebramos o caminho heroico do Gabinete Litterário Goyano, ao longo, até então, de suas 15 décadas e meia de intrépida luta pelas Letras, pelo Saber e pela Cultura.

Nesse caminho de boas lutas pela cultura goiana, devemos anotar, bem ainda, a realização das obras de requalificação e de restauro completo da sede histórica do Gabinete Litterário, em 1º de outubro de 2021, por meio da citada campanha que empreendemos junto à sociedade goiana, com a arrecadação de doações exclusivamente privadas (sem nem um centavo de dinheiro público). Era uma demanda e um grande sonho de décadas da entidade, e que, graças a Deus e aos abnegados amantes do Gabinete Litterário e da cultura de Goiás, conseguimos concretizar, sendo que a última obra geral de restauro ocorrera há mais de 30 anos, na década de 1980.

A inauguração das obras do Gabinete, em 2021, contou com vasta e rica programação cultural, em momento emblemático e jubiloso para toda a Cidade de Goiás e o Estado, a saber: na data de 01/10/2021, sexta-feira: 19h: Missa em Ação de Graças, na Igreja de São Francisco de Paula, Cidade de Goiás-GO; 20h: Solenidade de Inauguração, na sede do Gabinete Litterário Goyano; 20h30min: Apresentação cultural com declamação de poemas; 21h: Homenagens; 21h30min: Lançamento dos Trabalhos de Higienização e Catalogação do Acervo do Gabinete

Litterário Goyano; 22h: Lançamento do “Trimestre Cultural pela Inauguração do Restauo do Gabinete Litterário Goyano”, com abertura da Exposição “Gabinete Litterário Goyano: 157 Anos de Luta pela Cultura”; data: 02/10/2021, sábado: 08h: Café da Manhã de Confraternização, na sede do Gabinete Litterário Goyano; 20h: Sarau do Gabinete Litterário Goyano, na Casa de Cora Coralina; seguindo-se o Trimestre Cultural com os seguintes eventos até o fim de minha gestão na Presidência: “II Café no Gabinete”, com o tema: “Cidade de Goiás: 20 anos de Patrimônio da Humanidade”, em 06/11/2021; Palestra: “Gabinete Litterário Goyano: um Tesouro do Brasil”, que proferi, em 03/12/2021; “Sessão Solene de Diplomação e Posse dos Novos Sócios do Gabinete Litterário Goyano”, em 10/12/2021; “Café da Manhã de Acolhida dos Novos Sócios do Gabinete Litterário Goyano e Inauguração de Placa com a Crônica de Machado de Assis sobre o Gabinete Litterário”, em 11/12/2021; “Sessão Solene de Entrega da Comenda Gabinete Litterário Goyano”, segunda edição, em 17/12/2021; “Sessão Solene de Inauguração da Galeria dos Presidentes do Gabinete Litterário Goyano”, em 18/12/2021.

Em tal senda, cumpre consignar que essa egrégia instituição cultural, perseverando em face de todos os duros obstáculos e adversidades que se lhe vêm opondo ao longo dos séculos, marca profundamente, há 158 anos – cumpridos em abril de 2022 –, a vida da nossa Vila Boa – berço da cultura goiana –, do nosso Estado e do Brasil, consistindo, portanto, em espaço literário de extrema importância na formação intelectual, cultural e educacional do nosso povo. Incontestes e incomensuráveis, pois, os serviços prestados pelo Gabinete Litterário à sociedade goiana ao largo das últimas quase 16 décadas.

Impõe-se-nos, pois, inarredavelmente, preservar, fortalecer e valorizar a instituição do Gabinete Litterário Goyano e

o seu portentoso e inestimável acervo bem como manter viva a sua rica memória, que, em última análise, confunde-se com a memória da Cidade e do Estado de Goiás, com a memória do povo vilaboense e goiano, sendo, pois, patrimônio nosso e responsabilidade de todos nós.

Torno a repetir e assim prosseguirei enquanto tiver voz: o Gabinete Litterário Goyano é patrimônio nosso, de todos os vilaboenses, goianos e brasileiros! É parte deste Patrimônio Cultural da Humanidade chamado Cidade de Goiás! Cuidemos, zelemos, amemos o nosso patrimônio, a nossa cultura, a nossa memória – sem os quais nos falta ar. O Gabinete é nosso e de todos aqueles que ainda vão nascer.

E segue a clamar a nossa estentórea súplica, o nosso virente brado, a nossa insofreável batalha, pela preservação, fomento e valorização do Gabinete Litterário, joia da cultura brasileira engastada nesta terra dos Goyazes, farol que irradia luz no coração do Brasil.

Os óbices e desafios são acerbos, são muitos e persistem. Esta valorosa luta pelo Gabinete Litterário também persiste, sem certezas, sem tréguas, sem garantias. Mas persiste. Segue adiante, porque há muitos dias para renovarem nossas forças a cada alvorecer do sol. Há muita fé. Há muita esperança. Há muita vontade para superar as barreiras. Há viço, ânimo, alegria em caminhar. Há muito amor para prosseguir.

A nossa causa é a cultura. O Gabinete Litterário precisa de todos, precisa de nós. É joia nossa, vilaboenses, goianos, brasileiros! Avante! Viva o nosso amado Gabinete Litterário Goyano: um tesouro do Brasil!



Goiás... o que é?

Eguimar Felício Chaveiro⁴⁸

O meu amigo Noé Sanches Freire, eminente historiador, com inquietude, humor e senso de provocação, certa vez me disse que havia dia, hora e ano em que Goiás deixou de existir: – Goiás não existe mais – disse-me o querido amigo. A sua argumentação, com saibro irônico, veio sintética: “Goiás existiu até a década de 1930. Com a ferrovia, com a construção de Goiânia e, posteriormente, na década de 1950, com o rodoviarismo, Goiás e a sua gente, e também a sua cultura, vieram a participar do concerto de uma sociedade-mundo, então Goiás não existe mais.”

Eu conhecia o meu amigo, com quem trabalhei no Campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Catalão; conhecia a sua inteligência e as suas táticas retóricas (no sentido aristotélico) costuradas de erudição, originalidade e singularidade na forma de organizar e expor o seu ponto de vista. A questão não era saber se Goiás, metáfora ou denotativamente, existia. A questão essencial, inscrita na provocação de Noé Freire, era essa de cunho seminal: *Afinal, o que é Goiás?*

48 Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional para os Povos do Cerrado (Icebe). E-mail: eguimar@hotmail.com

Por ocasião do trabalho de organização do livro de Geografia inserido no arrojado Projeto GOIÁS +300, eu e o meu amigo Ricardo Assis Gonçalves, em reuniões articuladas pelos líderes do projeto, Nilson Gomes Jaime e Jales Guedes Coelho Mendonça, tratamos de retomar a questão de Noé Freire. Logo no começo do livro pontuamos situações presentes do mundo goiano, então enunciamos:

Goiás ultrapassa a si mesmo quando observamos a cultura de seu povo, que, por exemplo, nos Estados Unidos da América e em países da Europa ocidental, ouve, com declarada emoção, os cantores da terra comendo milho refogado. Entretanto, Goiás se encolhe quando se observam as perdas territoriais causadas pela fragmentação da unidade federativa. E pelo mesmo critério da fragmentação, Goiás se estende na quantidade de municípios que possui. Pode se identificar, em Goiás, o Goiás do Norte e o do Sul; da metrópole e da zona rural; das lavouras pequenas, plantadas com mãos calosas de camponeses, e o dos enormes latifúndios sob efeitos de lufadas de agrotóxicos. Goiás é uno, fragmentado, diferenciado e desigual. Goiás exercita o efeito sanfona conforme a gangorra demográfica: é um território de migrantes, desde o início, e se configura assim. Mas daqui afluem massas de trabalhadores para todos os lugares, inclusive para o mundo rico. Goiás possui a mancha de sangue invisível que extinguiu etnias indígenas inteiras, contudo não se desmancha no hábito da acolhida vagarosa e comunicativa do roceiro. Se urbaniza aceleradamente e não se exime da culinária, dos gostos e da dicção que lhe enraizou: a ruralidade. A bota do Anhanguera faz tinir as águas em rebrilho de ouro, e o milho humilde de Cora proclama a justiça.

Mais à frente, mediante interlocução com os geógrafos Horieste Gomes e Antônio Teixeira Neto, sintetizamos que “Goiás é um nome político de uma realidade social e cultural que se concretiza num território a partir de relações sociais de sua gente. Face a isso, Goiás é mais que um nome e mais que uma invenção. É uma realidade específica construída na complexa, instigante e contraditória sociedade brasileira.” Eu e o geógrafo Ricardo Assis Gonçalves queríamos esclarecer a ordem do termo; esclarecendo-o, esboçávamos o método de leitura geográfica de Goiás.

A dimensão espaço-temporal (como se diz na linguagem geográfica), ou a concepção de que Goiás é um território político, uma unidade federativa da República brasileira, inclusa na formação histórica da sociedade brasileira, recolocam a questão. Ao invés de perguntar o que é Goiás, a pergunta poderia ser outra: que Brasil Goiás representa? Com rapidez pode-se responder: Goiás é o Brasil do Sertão; o Brasil do interior.

A diferenciação da sociedade brasileira – como grafou, com letras enfáticas, o antropólogo Darcy Ribeiro – é, sem dúvida, a sua maior riqueza. No caso específico de Goiás, as suas relações com São Paulo e Minas Gerais, no passado, e as relações de agora com as regiões Norte e Nordeste do País evocam que Goiás existe mediante uma interseccionalidade territorial. Ou, mediante uma rede de entrançamento de escalas que, puxando a corda, chega-se à língua do colonizador português; à influência de sua cultura; da forma de trabalhar a terra; de morar e de se relacionar. Poderíamos resumir: Goiás possui pai ou mãe espúrios. Mas possui personalidade sociocultural própria.

Posto isso, descobrir os móveis de uma possível goianidade é menos interessante que conhecer as escalas e as suas

influências. A goianidade poderia ser apenas a fixação de uma identidade que, ali na frente, serviria a um narcisismo territorial. O pior seria, ao se prender à ideia de goianidade, seccionar a cultura supondo haver superioridade de um estrato sobre outra para, com isso, inscrever o autoelogio.

Diante disso, parece ser mais aconselhável ver as tensões histórico-espaciais de Goiás, de seu povo, de sua cultura. Ver e entender as suas riquezas, as suas pobreza e as suas contradições; suas falhas e suas contribuições. E se preparar para enfrentar o que o escritor mineiro-goiano Carmo Bernardes assinala: a saudade de não sei o quê. Esse tipo de saudade é genuinamente goiana.



Tributo a Angus Wright e ao seu legado para a história e a justiça ambiental latino-americana

Sandro Dutra e Silva⁴⁹

Em outubro de 2022, o Brasil e a América Latina perderam um importante intelectual e um dos mais celebrados pensadores sobre a história e a justiça ambiental em nossa região, que foi o escritor norte-americano Angus Lindsay Wright (1945-2022). Eu, particularmente, senti a perda de um colega, um interlocutor e um grande amigo. Assim, eu me propus a compartilhar com meus confrades e confradeiras do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) – e com o público em geral – um breve ensaio que homenageia e presta um singelo tributo a este grande intelectual, que para muitos pode ser ainda uma figura desconhecida. Este ensaio se baseou em um painel no qual eu fiz parte da mesa de trabalho, organizada pelo professor italiano Marco Armiero (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha), então presidente da Sociedade Europeia de História Ambiental (*European Society for Environmental History – ESEH*), para a 12^a Conferência bianual da ESEH, que aconteceu em agosto de 2023 em Berna,

49 Doutor em História (Universidade de Brasília). Docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e na Universidade Evangélica de Goiás (Brasil). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Sociedade Goiana de História da Agricultura e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: 0000-0002-0001-5726. E-mail: sandrodutr@hotmail.com

Suíça, e que teve o seguinte tema geral: *Mountains and Plains: Past, present and future environmental and climatic entanglements*. Na ocasião, o professor Marco Armiero me convidou para participar com ele e outros colegas de um painel em tributo a Angus Wright, intitulado *Walking through environmental history with Ramon Gonzalez: A discussion on Prof. Angus Wright's legacy*. Além da minha participação, e, claro, de Marco Armiero, que era o organizador do painel, participaram da mesa de trabalho a pesquisadora Stefania Barca (Universidad de Santiago de Compostela, Espanha), Eunice Nodari (Universidade Federal de Santa Catarina) e Donald Worster (University of Kansas, Estados Unidos).

Angus Wright era professor emérito na California State University, em Sacramento, capital do Estado, e foi membro fundador de um dos primeiros programas para Estudos Ambientais nos Estados Unidos. Importante mencionar que dentre os fundadores dessa cátedra na California State estava o renomado biólogo e botânico Wes Jackson – que em 1976 fundou, no Estado do Kansas, o *The Land Institute*, uma organização de pesquisa, educação e política sem fins lucrativos dedicada à agricultura sustentável, com sede em Salina, Kansas, Estados Unidos. Entre os anos de 1972 e 2005, Angus Wright permaneceu como professor na California State University, e quando aposentado continuou se dedicando aos estudos latino-americanos e atuando também como parceiro no *The Land Institute*, em sua terra natal, o Kansas.

Angus Wright obteve seu Ph.D. em História da América Latina pela Universidade de Michigan em 1976, defendendo uma tese sobre o Brasil, no trabalho intitulado *Market, Land and Class: Southern Bahia, Brazil, 1890-1942* (Mercado, Terra e Classe: Sul da Bahia, Brasil, 1890-1942) – ainda não publicada.

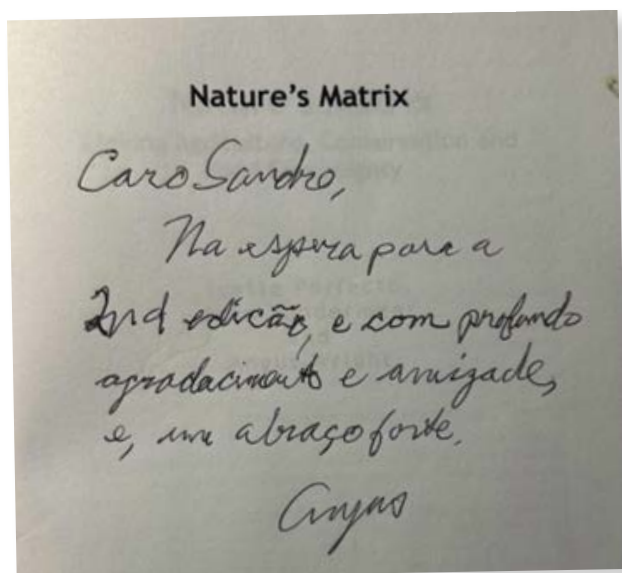
Durante a sua vida acadêmica, procurou focar as suas pesquisas na América Latina, mantendo uma tradição recorrente da Universidade de Michigan. Nesse período, ele realizou importantes pesquisas na América Latina, sobretudo no México e no Brasil, recebendo incentivo financeiro e bolsas de estudo de instituições renomadas como a *Fulbright* e *Doherty Research*.

Na década de 1990, ele lançou o seu primeiro livro, *The Death of Ramón González: The Modern Agricultural Dilemma*, publicado pela University of Texas Press (Wright, 2005). Esse livro logo se tornou uma referência global para estudos interessados na complexa relação entre revolução verde e o uso indiscriminado de pesticidas nas lavouras. Esse trabalho em especial estudava a relação entre o uso de pesticidas e as questões controversas envolvendo política internacional, pois procurava identificar como as normas sanitárias em vigor nos Estados Unidos faziam restrições a certos usos de pesticidas, mas, ao mesmo tempo, importavam produtos agrícolas do México, que não fazia restrições ao uso desses produtos. Para muitos, *The Death of Ramón González* é uma obra-prima e um marco fundamental para os estudos sobre os dilemas da produção agrícola no mercado global de alimentos e a justiça ambiental. A obra foi recebida com louvor e a sua repercussão ultrapassou fronteiras, passando a ser reconhecida como uma referência mundial sobre o tema. Eu posso aqui testificar que conheço colegas nos Estados Unidos e América Latina que compartilharam comigo que foram levados para a história ambiental após a leitura de *The Death of Ramón González*.

Posteriormente, Angus Wright publicou outros livros e artigos de grande impacto, atuando em temáticas como justiça social, campesinato, agricultura, soberania alimentar, agroecologia, dentre outros. E foi uma das grandes referências

sobre a história ambiental latino-americana, enfocando principalmente em seus estudos as consequências socioambientais da agricultura produzida na América Latina. Em 2019, foi publicada a segunda edição do livro *Nature's Matrix: Linking Agriculture, Conservation and Food Sovereignty*, uma obra de coautoria de Wright, na qual os autores procuraram debater sobre a importância da diversidade como elemento de produção agrícola (agroecossistemas), envolvendo biodiversidade, agroecologia e produção familiar como modelos importantes para a conservação e sustentabilidade (Perfecto; Vandermeer, Wright, 2009). Em um dos nossos últimos encontros, Angus me presenteou com a primeira edição, afirmando que estava ansioso para a publicação desta nova edição (Figura 1).

Figura 1: Dedicatória de Angus Wright na edição de 2010 de *Nature's Matrix*



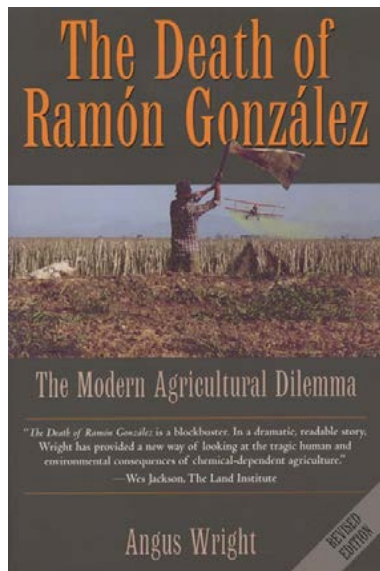
Fonte: Biblioteca do autor

Angus nasceu em uma família de agricultores do Estado do Nebraska, e que se mudou para o Kansas. Ele nasceu no Kansas, era o caçula de seis irmãos. Desde cedo, Angus afirmava que havia sempre impacto pela relação entre sociedade e natureza, e uma lembrança recorrente, e talvez fundante em relação ao impacto do mundo natural sobre os seres humanos, foi que, aos 4 anos de idade, ele testemunhou a ocorrência de uma grande tempestade de areia (*dust bowl*) que assolava as comunidades no Kansas. As lembranças deixaram marcas, pois a casa de sua família foi duramente atingida por esse fenômeno climático. A percepção da impotência humana frente ao poder avassalador da natureza deixou registros na memória infantil de Angus, e sobre o mundo, que até então pareceria ser tranquilo nos campos e pradarias da sua terra natal no Kansas (frequentemente também atingido por tornados e outros eventos climáticos).

Aos 11 anos de idade, uma outra lembrança foi também determinante, quando, em meados da década de 1950, uma história trágica atingiu sua família. Esse evento também esteve associado à sua primeira impressão sobre os riscos dos pesticidas e que de alguma forma não nos remeter à personagem que anos depois irá marcar a sua principal obra. Esse evento refere-se à trágica morte do jovem Scottie, noivo de sua irmã mais velha, Lynn Wright – na época, sua irmã tinha 18 anos e era como uma segunda mãe para Angus. O jovem Scottie trabalhava em um projeto federal para eliminação de pragas e ervas daninhas no Kansas da década de 1950. Quando retornava para casa, depois de um longo dia de trabalho e totalmente molhado pelo pesticida e óleos usados na sua dispersão, Scottie acendeu um cigarro no ônibus que conduzia os trabalhadores. Naquela época, não era exigido nenhum

tipo de proteção para os trabalhadores, e Scottie, ao acender o cigarro, foi atingido por faíscas que acidentalmente caíram sobre a sua roupa encharcada, gerando uma imediata combustão. O jovem Scottie teve o seu corpo incendiado naquele ônibus que trazia os trabalhadores do serviço de campo, morrendo carbonizado. Segundo depoimentos de sua companheira Mary Mackey, esta foi uma tragédia que atingiu toda a família. Impossível não cogitarmos que essa lembrança tenha sido fundamental para as escolhas de Angus em seu campo de pesquisa e a sua adesão por uma temática que militou por tantos anos, sobretudo na forma com que escreveu com propriedade e vigor *The Death of Ramón González*. E ao me lembrar desse fato, impossível não associar esse engajamento com a imagem impactante da capa deste livro (Figura 2). A imagem é muito impactante, e simbolicamente muito pertinente. Quando olhamos para aquela imagem de um trabalhador, com sua camisa xadrez, acenando com uma bandeira encardida em uma plantação de tomates da região do Vale Culiacán, no México, e ao fundo uma aeronave em voo baixo espalha uma mistura de inseticida e fungicida de cor esverdeada, sobrevoando repetidas vezes sobre o trabalhador mexicano, não podemos deixar

Figura 2: Capa do livro *The Death of Ramón González*



Fonte: Wright, 2005

de pensar em Scottie e sua trágica morte (e a comparação com o título do livro, que nos anuncia, de pronto, para um enredo fúnebre, que é a morte de Ramón González).

E também é impactante saber que essa cena não foi uma produção aleatória para servir de capa do livro, mas um evento real, no qual o próprio Angus foi completamente “baptizado” com a chuva química daquela aeronave em seu voo baixo espalhando o líquido esverdeado. E como não questionarmos sobre as consequências de suas escolhas na arriscada atividade em campo de pesquisa, que poderiam ter trazido sequelas para a sua própria vida. Não temos evidências suficientes para afirmar sobre essas consequências, mas como não questionarmos os efeitos das suas experiências no campo de pesquisa com o desenvolvimento da doença que o atingiu de forma tão bruta e fatal? Mary Mackey também faz cogitações a respeito disso, mas um fato é certo, Angus desenvolveu um estado alérgico a qualquer tipo de pesticida desde suas visitas em campo no México.

A relação com os temas agrícolas e ambientais não foi somente trágica na vida de Angus Wright. Em sua vida, ele viveu também experiências positivas, e influências importantes que o encorajaram nos estudos sobre a natureza. Uma primeira grande influência foi a de seu irmão mais velho, Howard Wright. Howard era 17 anos mais velho que Angus, e como biólogo estudou caranguejos e foi um frequentador de manguezais. Quando Angus completou 16 anos, Howard lhe deu de presente um aquário e também as suas primeiras lições em ecologia. E quando Angus decidiu fazer os seus estudos sobre a Guatemala, como veremos mais adiante, Howard foi seu companheiro em grande parte da viagem, encorajando o pesquisador júnior em suas primeiras aventuras científicas

nos estudos envolvendo justiça socioambiental em um país latino-americano.

Mas um outro tema que aparece muito fortemente na produção acadêmica de Angus foi a América Latina, onde as questões sociais e ambientais se juntam. Mary Mackey nos indica que uma influência muito definitiva para esse fim foi a de Charles Lee Stansifer, professor de História na Universidade do Kansas. Muitos creditam seu interesse por essa questão a seu Ph.D. em Michigan, que foi junto com a Universidade da Califórnia, Berkeley, um dos centros pioneiros e muito determinantes na constituição dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos. No entanto, poucos destacam as influências da Universidade do Kansas e do professor Stansifer para que Angus tivesse suas primeiras experiências com os problemas socioambientais na América Latina.

Ainda como aluno júnior na universidade, Angus manifestou forte interesse em estudar a história da América Latina e o professor Stansifer foi o responsável para que ele recebesse uma bolsa para dois meses de estudo na Guatemala. Angus passou esse período pesquisando em arquivos sobre a história da legislação trabalhista guatemalteca, redigindo os seus resultados assim que retornou para a universidade no Kansas. E eu gostaria de compartilhar com vocês uma lembrança que gentilmente Mary Mackey nos confidenciou. Ela nos contou que nessa viagem, quando Angus já estava na América Central, ele passou a noite em uma praia e acabou adormecendo ali mesmo, naquele lugar. Quando o dia amanheceu, e o sol apareceu entre as palmeiras, cujas folhas balançavam ao vento calmamente, acariciadas pela brisa fresca do mar, Angus acordou com a sensação de que essa era a visão perfeita do paraíso. Essa relação com o mundo tropical

acabou impactando decididamente suas escolhas. E ao longo dos anos, a sua relação mais direta com Brasil e México foi além dos interesses meramente acadêmicos, mas uma relação passional com o povo, a cultura e as belezas naturais da América Latina.

Na América Latina, ele passou a se sentir como parte integrante da cultura e do povo, aprendendo a construir os fundamentos da sua visão mais complexa sobre história e meio ambiente, e as bases da justiça socioambiental. Uma de suas características mais marcantes é que sempre dedicava tempo para conversar com as pessoas e aprender com as histórias pessoais. Como Mary Mackey nos testemunhou, para Angus, os personagens de suas histórias não eram vistos apenas como sujeitos de investigação ou objetos de estudo. Ele os considerava como integrantes da mesma jornada e se sentia encorajado a reportar, com as ferramentas que possuía, as opressões e injustiças testemunhadas. Foi em um desses encontros com as populações latino-americanas, em particular, durante uma conferência em Culiacán, no México, que Angus se deparou com trabalhadores rurais e a terrível situação que envolvia o uso de pesticidas e a forma inapropriada das relações de trabalho. Essa foi a grande motivação para que ele voltasse ao México com uma bolsa *Fulbright* de pesquisa, que deu origem ao clássico livro *The Death of Ramón González*.

Como argumentado no livro, a situação agrícola e social na região de Sinaloa era mais complexa do que observações contemporâneas sobre a modernização da agricultura no México. Era um dilema histórico muito mais profundo, que envolvia contextos de longa duração, no qual a degradação ambiental em Mixteca empurrava as sociedades indígenas para a migração para o norte, em Sinaloa, Baja California,

em busca de trabalho rural na produção de vegetais sazonais para abastecer o mercado de inverno nos Estados Unidos. O seu envolvimento com as pessoas e a sua dedicação à pesquisa iam, portanto, para além dos objetivos acadêmicos, e, de certa forma, marcaram o senso de reciprocidade com o qual ele se comprometeu.

Além do seu papel como pesquisador e o seu importante legado intelectual, eu gostaria também de falar sobre o meu amigo Angus, com quem eu pude conviver de forma mais próxima nesses últimos anos e que me traz muitas saudades e boas lembranças. Eu presto tributo ainda a Angus Wright, o amigo de nós, latino-americanos, e ao seu legado, que precisamos sempre trazer à memória. Eu devo muito a Mary Mackey, sua companheira por décadas, pelo seu suporte e amizade neste meu desafio em homenagear a esse cidadão das Américas. Mary foi sempre a companheira inseparável nesses longos anos de cumplicidade. E Mary foi também o meu amparo mais vigoroso para que eu pudesse cumprir essa tarefa a mim honrosamente concedida. Gratidão, Mary!

Apesar de ter conhecido e ser um admirador da sua obra desde muito tempo, eu somente fui apresentado pessoalmente a Angus Wright há pouco menos de uma década. Esse encontro aconteceu na Califórnia, quando estávamos em uma conferência da Sociedade Americana de História Ambiental, e Donald Worster me disse que eu precisava conhecer um amigo muito estimado por ele e que estava no evento. E que esse amigo era um admirador do Brasil e ainda era fluente em língua portuguesa. Esse foi o meu primeiro encontro com Angus Wright, que, para mim, era quase que uma lenda viva da história ambiental. E a partir daquele primeiro encontro nasceu uma amigável e cordial relação. Desde então estabelecemos

vários contatos, colaborações, e uma relação de amizade mais profunda se formou. Um dos últimos momentos em que participamos academicamente juntos foi em 2019, em Florianópolis, quando eu pude coordenar com a amiga Cláudia Leal (Colômbia) a excepcional mesa de trabalhos para o Congresso Mundial de História Ambiental, que era sediado pela primeira vez na América Latina. A mesa teve como título *Science, Biodiversity and Natural Resources: the Agricultural Frontier in the Americas*, e contou com a participação dos amigos Donald Worster, Robert Wilcox, Stephen Bell, Gustavo Zarrilli e Angus Wright (Figura 3). Logo depois a pandemia de Covid-19 nos atingiu a todos, e os encontros acadêmicos, como todos os demais, precisaram ser suspensos. Mas ainda mantivemos contato, e com surpresa e alegria recebi dele a notícia de que uma resenha sobre o meu livro (Dutra e Silva, 2017) havia sido escrita por ele para a *Environmental History* (Wright, 2021). Continuamos em contato por mensagens, e foi com muita surpresa e pesar que acompanhei o processo médico do seu tratamento e as mensagens de apoio. Mary foi excepcionalmente gentil em nos permitir demonstrar nossa solidariedade naquele momento tão difícil. E tudo foi muito rápido e inesperado.

Por isso, não pensei muito ao responder ao convite para participar da homenagem feita no evento da ESEH na Suíça. Talvez eu pudesse ter cedido o meu espaço a outros colegas. Mas fui tocado de forma muito emotiva pelo convite feito pelo amigo Marco Armiero, que com tanto capricho e dignidade propôs esse tributo ao nosso querido Angus Wright. O fato é que aceitei com gratidão, honra, e também temor por me atrever a preparar uma singela homenagem a uma pessoa que é tão cara a tantos outros. E temor por que depois eu

fiquei refletindo sobre qual a maneira mais digna e pertinente de prestar uma homenagem que não fosse somente uma voz coletiva, mas que expressasse também a minha subjetividade em relação a esse amigo. Como eu poderia prestar um tributo que pudesse transpor a minha admiração ao escritor, ao ativista, ao pensador e cientista que tanto legado deixara? Eu precisava falar em nome dos demais, mas não poderia deixar de expressar o meu ponto de vista nesta homenagem. Não seria um exercício fácil, mas acabei aceitando o desafio.

Foto 1: 3rd World Congress of Environmental History, Florianópolis, Brasil, 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor (da esquerda para a direita, Zarrilli, Wright, Worster, Bell, Dutra e Silva, Wilcox e Leal)

Eu confesso que chegar a esse resultado foi uma tarefa complexa, mas também cheia de satisfação, descobertas e aprendizagens. Primeiro, pelas escolhas em como fazer essa homenagem, considerando a produção e riqueza temática desse grande pesquisador. Mas em uma de minhas conversas

e trocas de mensagens com Mary Mackey, eu acabei me convencendo de que, na verdade, eu gostaria de celebrar não apenas o seu legado intelectual, mas tributar algo que, em minha opinião, é o fundamento e o alicerce desse legado. Eu me refiro aqui ao sentido da missão e da visão generosa, acolhedora e abrangente do mundo que caracterizava o ethos de Angus Wright. E esse sentido é quase uma devoção, pois ele vai além das questões intelectuais, ao transcender para o campo de uma certa espiritualidade racional. Interessante perceber que ele se definia e se reconhecia com esse sentido transcendente, como veremos mais adiante.

Angus teve uma formação baseada em uma espiritualidade não convencional – e nesse caso me refiro às religiões reconhecidas ou dominantes no Meio-Oeste americano. Interessante é que, nas minhas conversas com Mary, eu mencionava que percebia nos escritos e na forma como Angus se posicionava uma clareza da dimensão transcendente do seu papel no mundo, um sentido vocacional, missional, como se ele tivesse convicção de ser arauto de uma causa. Eu poderia explorar mais esse tema, mas preciso garantir a minha objetividade, por isso escolho de forma muito pessoal e subjetiva tratar do sentido vocacional de Angus Wright a partir de uma de suas mais brilhantes reflexões.

Dentre as suas muitas ideias originais e textos a que eu tive acesso, pela gentileza inestimável de Mary, me chamou muito a atenção um texto original, publicado em 1995, em que Angus desenvolve uma reflexão fascinante sobre nativos e andarilhos e os fundamentos da reciprocidade (Wright, 2023). Esse texto foi apresentado em 28 de maio de 1995 no Annual Prairie Festival, que aconteceu em sua terra natal, Salina, Kansas, intitulado *A Place for Elijah—Thoughts on Native*

and Wanderers. Não tenho a pretensão de fazer um debate profundo sobre esse ensaio, mas me proponho apenas a destacar alguns apontamentos nele presentes. Por exemplo, a incontestável beleza dos argumentos de Angus Wright de que precisamos estar cientes de que a história humana é complexa e muitas vezes mal compreendida porque não tomamos consciência de que todos somos andarilhos (*wanderers*). Indo para além do sentido antropológico das migrações históricas da humanidade, todos somos de alguma forma andarilhos. Todos nós vivemos essa maravilhosa e perturbadora experiência de sermos seres errantes, à deriva numa viagem cósmica e em uma espaçonave cujos tripulantes têm a estúpida mania de trabalhar a favor do caos. Sentimos que estamos todos à deriva.

E fiquei surpreso quando me deparei com a maneira como Angus Wright se apropriava originalmente do conceito “wanderer”, porque, de certa forma, essa tem sido uma temática com a qual eu tenho lidado muito diretamente nos últimos anos. E perceber essa abordagem de forma original, em contraposição ao sentido de ser nativo, despertou em mim a sensação de estar próximo a algo de poderosa originalidade. Quero mencionar dois momentos em que esse tipo de reflexão apareceu no meu cotidiano acadêmico nos últimos anos, e que tem me feito refletir sobre a nossa jornada cósmica errante. Antes da pandemia, fui convidado pelo saudoso amigo do Chile, Juan Guillermo Estay Sepúlveda, para coordenar uma coletânea de textos para homenagear ainda em vida o amigo e intelectual mexicano Enrique Leff (Dutra e Silva; Cólón; Fernandes, 2024). Para isso, reunimos um grupo de amigos e outros intelectuais que se dispuseram a escrever sobre o legado de Enrique Leff, sobretudo entre os intelectuais

latino-americanos. Mas então veio a pandemia, e o projeto foi tomando outras dimensões, porque passamos a perceber que para além do legado intelectual existe uma jornada errante na qual todos estamos envolvidos. Mais do que apenas reconhecer os méritos e as qualificações teóricas e interpretativas do mundo, percebemos o valor incontestável de celebrarmos a vida, curta, cambiante, complexa, perturbadora, mas também amistosa, quando compreendemos que estamos conscientemente todos à deriva. O título escolhido para o livro – que deverá em breve ser publicado – acabou sendo *À deriva consciente*. Mas a ênfase na vulnerabilidade errante e andarilha nos marcou profundamente, não apenas nas reflexões, mas também no processo construtivo dessa obra e da produção coletiva do conhecimento.

O tema errante dos “andarilhos” aparece também na obra de outro grande amigo em Goiás, o arqueólogo Altair Sales Barbosa, que também é um parceiro nas reflexões sobre as questões ambientais no Brasil, mais particularmente em relação ao Cerrado, a grande savana tropical sul-americana. O professor Barbosa surpreendentemente utilizou o conceito de andarilho para refletir sobre as comunidades indígenas que ocuparam o Planalto Central brasileiro antes da chegada do colonizador. Em seu livro *Andarilhos da Claridade*, uma obra clássica sobre a história natural do Cerrado, professor Barbosa analisou os artefatos líticos dos sítios arqueológicos, trazendo luz sobre cultura e natureza nos chapadões centrais da América do Sul (Barbosa, 2002). O enfoque na luminosidade destacava o ambiente aberto e ensolarado dos campos centrais do Brasil, característicos do bioma Cerrado. Os andarilhos de Angus também são errantes da luminosidade, se considerarmos a região do *Great Plains* ou as pradarias, que

são áreas de campos abertos no Meio-Oeste dos Estados Unidos e que também abrigaram culturas ancestrais. Mas Angus nos faz refletir também sobre os ambientes de obscuridade, de sombras e de ausência de alteridade aos diferentes. E também nos convida a refletir sobre a arrogância indolente dos que, negligentemente, se intitulam conquistadores, proprietários, fixados, herdeiros do espólio do avanço ocidental. Também se intitulam agora “nativos” de uma cidadania excludente, conquistada à custa das armas, germes e aço. Essa perplexidade ética fundante desde a sua tenra infância parece ter despertado em Angus a sua produtiva ofensiva artilharia contra os arautos dos nacionalismos radicais. A sua voz se levanta em resposta, afirmando que somos todos errantes, andarilhos. Somos todos *wanderers*. Estamos todos à deriva. E a única coisa que deve reger a nossa relação com essa espaçonave pequena e azul na qual todos vagamos é a reciprocidade. O princípio da reciprocidade evidencia o caráter em sua completude, que aqui celebramos. Angus nos convida à aventura da reciprocidade, mas a partir da consciência pertinente de que somos então “andarilhos da reciprocidade”.

As escolhas acadêmicas de Angus sempre foram pautadas por um senso abrangente de justiça. A sua vocação intelectual sempre esteve engajada na defesa da relação de justiça e equidade em vários sentidos. Mas do ponto de vista do produto intelectual deixado como legado, podemos afirmar que prevaleceu o sentido de justiça social e ambiental. Não uma justiça retributiva, ou restaurativa, ou mesmo distributiva, mas uma justiça fundamentada na reciprocidade.

Em seu ensaio *A Place for Elijah*, Angus nos convida à reciprocidade a partir de suas lembranças juvenis do Kansas, quando a sua família costumava celebrar as festividades de páscoa judaica (*Passover Seder*) na casa dos Cushman,

vizinhos judeus em Salina – mesmo não sendo comungantes da fé judaica. Uma das lembranças de grande aprendizado para o jovem Angus foi a sua percepção de que os Cushman costumam deixar reservado um lugar para Elijah (O profeta Eli). Em suas palavras:

Uma das coisas de que me lembro mais distintamente sobre o Seder judaico era que a porta ficava sempre entreaberta, independentemente do tempo, e uma taça de vinho especial era enchida e deixada em um lugar reservado. Jerry Cushman explicou que isto era para Elias, o profeta e viajante que poderia passar por ali a qualquer momento e que quando passasse ele seria bem recebido (Wright, 2023, p. 8).

A reciprocidade, segundo Angus, é um princípio que os antropólogos identificam nas culturas indígenas errantes e andarilhas das Américas. E ele procurou representar o sentido da reciprocidade como uma forma de dádiva, de retribuição. O sentido comunitário se estabelece a partir da dádiva da restituição, seja em relação às nossas dívidas com os outros, seja em relação à natureza. O trabalho que garante a nossa existência deve ser guiado pela eterna troca de dádivas, que define o sentido do trabalho que realizamos no mundo. Esse é o sentido mais amplo da justiça socioambiental, mas Angus nos adverte que todos nós temos nos acostumado com os benefícios da conquista, e que, por essa razão, não nos atormentamos em reparar os nossos débitos. E se queremos, verdadeiramente, construir um lugar de reciprocidade, precisamos, definitivamente, pensar que estamos em débito, e procurar restituir a nossa dívida com o nosso próximo e a natureza. Isso porque “a taça de Elias reconhece todas as dívidas que ainda não tivemos a oportunidade de pagar” (Wright, 2023, p. 10).

Referências

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado*.

Goiânia: Editora Universidade Católica de Goiás, Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PERFECTO, Ivette; VANDERMEER, John; WRIGHT, Angus. *Nature's Matrix: linking agriculture, conservation and food sovereignty*. New York: Earthscan, 2009

WRIGHT, Angus. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira Agrícola no Brasil*. Central edited by Sandro Dutra e Silva; Más Allá de la Pampa: agro, territorio y poder en el nordeste argentino 1910–1960 edited by Noemí M. Girbal-Blacha and Adrián Gustavo Zarrilli. Book Review. *Environmental History*. Volume 26, Number 1, January 2021. Doi: <https://doi.org/10.1093/envhis/ema066>

WRIGHT, Angus. *A place for Elijah: Thoughts on native and wanderers*. Land Report. Number 133, Summer 2023. The Land Institute. Angus L. Wright Remembrance. Special Edition, 2023.

WRIGHT, Angus. *The Death of Ramón González: The Modern Agricultural Dilemma*. Austin: University of Texas Press, 2005.



Ana Braga, uma mulher à frente de sua geração

Aidenor Aires⁵⁰

Lá atrás, minha vida.

*rio de nascente
humilde. Vencendo
obstáculos, superou
montanhas desceu
tranquilo*

*pelas campinas
verdes. Depois,*

*Precipitou-se sobre
pedras. Fez cachoeiras.*

Ana Braga

Nascida na cidade de Peixe, ainda Goiás, no ano de 1923, Ana Braga trafegou pelos dois territórios, Goiás e Tocantins. Integrou-se à vida política, educacional e cultural de Goiás, sem esquecer suas raízes nortenses. Foi pioneira em Goiás e ajudou a forjar a estrutura nascente do Estado do Tocantins. Das muitas menções que se fizeram à professora, enfermeira de guerra, política e ativista social, o que me parece

⁵⁰ Aidenor Aires é escritor, membro da Academia Goiana de Letras (AGL), do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), da União Brasileira de Escritores (UBE) - Seção Goiás, presidente da Academia Goianiense de Letras. E-mail: aidenoraire@hotmail.com

mais apropriado é a metáfora de Venerando de Freitas Borges: Mulher de Bronze. Em sua riqueza semântica, a imagem lembra bem a feição poderosa esculpida em sua pele morena acobreada, como o bronze, lembrando o amálgama de metais duríssimos, em símile com as raízes etnoculturais de nossa personagem. Zoadá bonita de sino reboando nos montes e descampados. Traz bem em sua efígie acobreada o moreno das fusões, a têmpera do caldeamento europeu, índio e, possivelmente, africano, que se harmonizaram para a construção do povo mestiço que foi capaz de vencer intempéries e obstáculos para construir uma humanidade para cá do Meridiano de Tordesilhas. Ana Braga era uma presença múltipla, por isso sua voz, sua fala era não o eco, mas o planger de campana original. Levantava-se dos barrancos e chapadões do Tocantins e ecoava pelas quebradas e planícies de Goiás, como as promessas luminosas das manhãs planaltinas. Teve sua iniciação escolar ainda em Peixe e Vila do Descoberto, hoje Porangatu. Esta jornada decorre até o ano de 1935, quando se desloca para Trindade, Goiás, com sua família, onde estuda no Colégio João Pessoa, sendo acolhida no 4º ano primário, e ao final do curso já se destaca como oradora da turma. Transfere-se para a nascente Goiânia em 1936. Continua seus estudos no Colégio Santa Clara de Campinas, onde conclui o curso normal em 1941, sendo mais uma vez eleita oradora da turma. Em 1942, é nomeada pelo interventor Pedro Ludovico professora da Escola Isolada da cidade de Paraúna. O interventor ficara sensibilizado com o discurso de formatura da jovem e vibrante normalista. É convidada pelo intelectual, então Diretor de Educação, Vasco dos Reis Gonçalves para a assessoria de seu gabinete. Com ele, recebeu orientações sobre política, oratória e leitura de escritores clássicos. Em 1944, é contratada como Escriurária, classe “F”

da Secretaria da Fazenda de Goiás. Leciona no Colégio Santa Clara de Campinas. Insere-se na atividade política, colaborando para a fundação do Diretório Regional da UDN em Goiás, tornando-se a primeira mulher em todo o Estado de Goiás a participar da campanha política pela redemocratização do País. Percorre o Estado fundando comitês femininos pela queda da ditadura Vargas, revelando-se grande líder política, recusando várias nomeações políticas, já que seu sonho era tornar-se diretora do Grupo Escolar Padrão, próximo à casa de seus pais. É admitida como professora naquele grupo escolar e volta a lecionar no Colégio Santa Clara em 1946, considerado por ela como uma extensão de sua casa. Além de professora nos dois estabelecimentos, Ana Braga faz parte da única turma de mulheres enfermeiras voluntárias do estado de Goiás para a II Guerra Mundial. Em 1947, é eleita vereadora na Primeira Legislatura Municipal de Goiânia. Ingressa na Faculdade de Filosofia da hoje PUC/GO. Em 1951, ingressa na Faculdade de Direito de Goiás, hoje UFG, e passa a lecionar no Colégio Estadual de Goiânia. Nesse ano, contrai núpcias com o Senhor Luiz de Queiroz, seu primo. Em 1956, é diplomada Bacharel em Direito e recebe o diploma de Licenciatura Plena em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás. Desdobrando-se entre as atividades do magistério, da política e da Administração, é eleita deputada estadual, cujo mandato expira em 1963, assumindo o cargo de procuradora do Estado, posta à disposição da Comarca de Porangatu, onde atua também no magistério. Ali se movimenta, entre outras atividades políticas, sociais e culturais, para a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Porangatu. Com o advento do movimento militar de 1964, é posta em disponibilidade. Continua sua intensa atividade, sendo reconduzida

posteriormente ao cargo de procuradora. Torna-se primeira-dama em Porangatu, vez que, após enviuvar-se, contraiu novo casamento com o Dr. Trajano Machado Gontijo, que veio a ser prefeito do município. É convidada para exercer o cargo de secretária de Serviços Sociais do Governo Irapuan Costa Júnior. Após exercer diversas atividades e comandar várias repartições, aposenta-se como procuradora do Estado e é nomeada assistente técnica para Assuntos Extraordinários. Ocupa diversos cargos na estrutura administrativa do Estado em várias secretarias. Em 1989, é nomeada subsecretária da Cultura do Estado do Tocantins, efetivando sua indissolúvel ligação com o território nortense, agora convertido em unidade federativa. Nessa função, expressa seu dinamismo criando órgãos e instituições no sentido de valorizar, preservar e promover a produção cultural e os valores artísticos e literários do Estado do Tocantins. Em Goiás, recebe o título de “Pioneira de Goiânia”, em 23 de outubro de 1990. No ano seguinte, funda a Academia de Letras do Estado do Tocantins, em companhia de outros intelectuais. Várias instituições contaram com seu apoio e, não raro, iniciativa, como a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag), ao lado de Nelly Alves de Almeida e Rosarita Fleury; Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e Academia Goiana de Letras (AGL). Nos anos seguintes, Ana Braga recebe várias homenagens, como consta de seu alentado curriculum vitae, sendo reconhecida por seu dinamismo, inteligência e cultura. Várias honrarias e condecorações adornam o perfil da grande oradora, escritora e combativa militante das causas em defesa dos mais humildes, da cultura e da educação dos Estados de Goiás e Tocantins. Esses reconhecimentos não se limitam ao território goiano-tocantinense, mas vêm também de outros Estados, de agentes privados e públicos, nacionais e

estrangeiros. Vários títulos de cidadania honorária, medalhas e comendas ornamentam sua trajetória luminosa e incansável. Falar hoje de Ana Braga me enche de boas recordações das conversas que tivemos no IHGG, na AGL e nos eventos culturais em Goiânia. Vive ainda em meus ouvidos sua voz poderosa, invocando os sertões nortenses, as sagas do poderoso Tocantins. Falava de sua gente, heroicos povoadores dos rincões atávicos, desbravadores de terras ásperas, mas generosas. Falava do bem-querer, do calor dos abraços da gente do Norte, de suas crenças, rituais e devoções. Entendia o fundo amoroso dos veios mestiços que irrigaram a formação humana de nossos sertões. Era bem a face e o pulsar mameluco que tomou nas mãos o processo interiorizador da chamada civilização, estreitando as difíceis fronteiras entre o colonizador e as gentes originais ameríndias. Teve vida intensa, aguerrida, sempre evocando suas raízes e sua própria trajetória pioneira. Quando atravessava com sua família as distâncias entre Peixe e Trindade, nos dias da sua mocidade, recordava a paisagem, os buritizais, o rugido da onça e o gungunar dos índios à noite ao redor dos acampamentos, que marcavam a grande viagem, sem os recursos dos transportes modernos. Foi educadora e sempre procurou passar o saber dos livros ajoujado à sua rica vivência empírica. Uma mulher forte, que falou sempre de cabeça erguida e língua sem freios na defesa de suas ideias, no patrocínio das causas da gente mais humilde. Foi, até os últimos dias, professora que não se cansava em ministrar lições a quem dela se aproximava, fosse nas rodas cultas ou nas falas coloquiais. Foi política de ideais, não se acomodou no determinismo de então, que reservava à mulher funções subalternas. Postulou a igualdade com testemunhos de sua própria vida, sem se escudar em militância de gênero, ou nalgum varão, por mais ilustre que

fosse. Fez-se igual, porque era herdeira da força e da valentia de seus maiores. Foi escritora, em prosa e verso. Exercitou com correção a língua portuguesa sem abastardá-la nos argos de casta ou de grupelhos. Escreveu crônicas, poemas, ensaios e discursos, nos momentos em que exigiram sua atuação multifária. Dedicou-se prioritariamente à oratória, cujas leis conhecia e praticava. Verbo candente, desassombrado, lírica e condoreira. Talvez aí tenha-se prodigalizado sua verve, suas ideias, na pressa dos que sabem que o tempo urge, e que é preciso dizer o que pensa e sente, antes do grande silêncio. Teve pouco tempo para escrever livros, escreveu-os no ferver das refregas, por isso escasseiam títulos que enriqueceriam nossas letras. Além dos textos que foi elaborando ao sabor das exigências do momento, sua palavra ainda é ouvida pelos que puderam conviver com ela, como alunos, correligionários, amigos e admiradores. Ela foi, antes de tudo, uma palavra de entusiasmo, de clamor e de mestra que animou gerações. Ao silenciar-se, na antemanhã de um século de existência, poderia afirmar que o grande livro de seu gênio foi sua própria vida. Escreveu o dia a dia com suor, e sonho, com pulso e verbo forjado. Chegando a este ponto, posso dizer que tive o privilégio de ser seu amigo, seu aluno extraclasse, mais um de sua grei, que não renega sua parentela nem esquece as raízes do seu chão. Não devemos procurá-la nas névoas do passado. Ela é o futuro, para estudiosos, educadores, sobretudo para os novos postos alcançados pelas mulheres, cujas portas, ela, solitária e intemorata, empurrou sem esperar que, por mercê, lhe fossem abertas. Assim foi Ana Braga, uma cachoeira em busca do oceano. Uma mulher à frente de sua geração.



Conto de Machado de Assis ambientado em Santa Luzia, Goyaz Província

Pedro Nolasco de Araújo⁵¹

O triângulo é uma figura geométrica indigesta em uma relação amorosa. Talvez porque o triângulo tenha três pontas agudas e certamente afiadas em que alguém pode se sangrar. Pois é exatamente disso, de um triângulo amoroso, que Machado de Assis se ocupa em *A Parasita Azul* (1872), cujo tecido, ou trama, ou enredamento sentimental envolve os corações de Camilo Seabra, Leandro Soares e a bela Isabel.

Tal enredamento principia, “Capítulo I - Volta ao Brasil”, com o desembarque, em 1856, no Rio de Janeiro, do goiano Camilo Seabra, filho de um rico proprietário de terras de Goyaz Província, vindo da França,

[...] que ali fora estudar medicina e voltava com o diploma na algibeira e umas saudades no coração. [...] Não abonava muito os seus sentimentos patrióticos o rosto com que entrou a barra da capital brasileira. Trazia-o fechado e merencório, como quem abafa em si alguma coisa que não é exatamente a bem-aventurança terrestre. Arrastou um olhar aborrecido pela cidade,

51 Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). E-mail: pedronolascoaraujo@gmail.com

que se ia desenrolando à proporção que o navio se dirigia ao ancoradouro. Quando veio a hora de desembarcar, fê-lo com a mesma alegria com que o réu transpõe os umbrais do cárcere. O escaler afastou-se do navio, em cujo mastro flutuava uma bandeira tricolor; Camilo murmurou consigo:

- Adeus, França!

Depois envolveu-se num magnífico silêncio e deixou-se levar para terra.

Importa deixar claro como foi que estas linhas chegaram à data do desembarque, 1856, já que não é mencionada pelo autor. Ora, a narrativa, *A Parasita Azul*, foi originalmente publicada no *Jornal das Famílias*, 1872, e principia assim: “Há dezesseis anos, desembarcava no Rio de Janeiro, vindo da Europa, o Sr. Camilo Seabra, goiano de nascimento...” Bem, 1872 menos 16?

O regresso à pátria foi depois de 8 anos de intensos estudos na capital francesa. Estudos intensos? “[...] e se tivesse também, não digo muito, um pouco mais de juízo, houvera gozado melhor do que gozou, e com justiça poderia dizer que vivera.”

Esta sinopse há por bem segurar aqui, por instantes, o desembarque do protagonista, no Rio, para voltar aos deleites sensuais de Paris. Ora “[...] atirou-se o nosso Camilo a uma vida solta e dispendiosa, não tanto, porém, que lhe sacrificasse os estudos.” Tudo às expensas do velho pai, burro de carga financeiro, o comendador Seabra. Cumpre advertir que o Bruxo do Cosme Velho constrói a sua trama em flashbacks, vai ao passado e torna ao presente. Esta resenha faz o mesmo.

Paris, a grande cidade da perdição, amores sensuais, a então Sodoma e Gomorra, com os seus bulevares, cabarés,

cafés, *Montmartre* da vida noturna desregrada, cala fundo no espírito do moço provinciano e inexperiente.

A inexperiência e provincianismo levam o jovem Seabra a enamorar-se, após “[...] amores fáceis e paixões de uma hora”, de uma pseudo princesa russa, viúva de um tal major Alexis, de Varsóvia.

Mas nem tudo fora dissolução, desregramento, na Cidade Luz, isto é, enquanto o seu padrinho estivera vivo. Mas, padrinho?

Machado de Assis conta que, em torno de 1828, estivera em Santa Luzia, Goyaz Província, “[...] um naturalista francês, com quem o comendador travou relações, de quem se fez tão amigo que não quis outro padrinho para seu único filho, que então contava um ano de idade”.

Aguça-nos a curiosidade descobrir se se trata de um naturalista francês ficcional ou real. Caso seja real, este escrito pode assegurar tranquilamente que Auguste de Saint-Hilaire é que não foi, pois ele aqui permaneceu de 1816 a 1822. Aguça mais ainda retomar os lances suplementares desta sinopse de *A Parasita Azul* (1872).

Pois bem, voltando a 1828, disse o comendador ao francês:

Compadre - disse o comendador ao naturalista -, se este pequeno vingar, hei de mandá-lo para sua terra, a aprender medicina ou qualquer outra coisa em que se faça homem. No caso de lhe achar jeito para andar com plantas e minerais, como o senhor, não se acanhe; dê-lhe o destino que lhe parecer como se fora seu pai, que o é, espiritualmente falando.

Aí está a razão pela qual o goiano, atingida uma idade mais madura, seguiu para Paris. E o padrinho tratou mesmo

de zelar dele, mas com rédea curta, com medo de que o afilhado se perdesse naquela cidade de seduções sem-fim.

Mas depois que o padrinho se foi “[...] deste vale de lágrimas para gozar a infinita bem-aventurança”, o rapaz pôde afinal dar vazão, em Paris, àquela “vida solta e dispendiosa” a que estas linhas aludiram acima. Eis uma vida mais largada, livre de peias, dissoluta, pândega, eis as noites no Café Madrid, Café Helder etc. e tal.

Eis os amores, dentre os quais se destaca o da princesa russa.

E, agora, depois de uma ausência de 8 anos na Europa, Camilo desembarca enfim, depois de muita insistência do pai, o comendador Seabra, que ameaçava cortar-lhe a farta mesada, no Rio de Janeiro, então Capital do império brasileiro. E esta sinopse volta ao presente, 1856.

Seguem o reencontro casual, no Rio, de Camilo Seabra com o seu conterrâneo, Leandro Soares, e a partida penosa de ambos para a Província de Goyaz.

“Daí a dias seguiam ambos para Santos...” de barco a vapor (Capítulo II – Para Goiás) “[...] de lá, para S. Paulo, e tomavam a estrada de Goiás.” Interessante o então itinerário de meados do século XIX: iam de barco a vapor até Santos, deste ponto até São Paulo, e daí tomavam, a cavalo, o rumo da Província de Goyaz. Uma cavalgada de muitos dias.

Durante o árduo trajeto, num pouso da estrada, até a terra natal, Santa Luzia, é que Leandro diz ao jovem Seabra nutrir uma paixão doentia, não correspondida e obsessiva por uma goiana, Isabel, “[...] de tal modo que prometia aniquilar a quem ousasse levantar os olhos para ela”. Leandro, com perdão do trocadilho, “se abriu com Seabra”.

Um dos tropeiros sacou a viola e começou a gargantear uma cantiga, que a qualquer um encantaria pela rude singeleza dos versos e da toada, mas que ao filho do comendador apenas fez lembrar com tristeza as volatas da Ópera.

Depois que o silêncio entrou a reinar, de quando em quando alcançavam os ouvidos de Camilo os

[...] urros longínquos de alguma fera que vagueava na solidão. Outras vezes eram aves noturnas, que soltavam ao perto seus pios tristonhos. Os grilos, e também as rãs e os sapos formavam o coro daquela ópera do sertão, que o nosso herói admirava decerto, mas à qual preferia indubitavelmente a ópera cômica.

Depois de uma penosa e longa viagem, Camilo pôde enfim avistar a cidade, perto da qual ficava a fazenda “[...] onde vivera as primeiras auroras da sua mocidade. [...] Foi um verdadeiro dia de festa aquele em que o comendador cingiu ao peito o filho que há 8 anos mandara a terras estranhas. [...] Na cidade e seus arredores não se falava em outra coisa.”

Machado de Assis menciona alguns nomes da velha Santa Luzia, ou Luziânia, frutos da sua fértil imaginação, talvez reais, tais como: o padre Maciel, o Dr. Matos (pai da bela Isabel), o tenente-coronel Veiga, Dona Gertrudes, o major Brás, o major Valente.

Machado registra de resto uma vetusta tradição local, a festa do Divino Espírito Santo, cuja função de imperador, daquele 1856, recaí sobre os ombros de uma das personagens, o tenente-coronel Veiga. Cumpre ao imperador dar de comer e beber aos festeiros, e outras coisinhas mais.

O autor alude a um velho costume das oligarquias rurais provincianas de verem os seus filhos, uma vez diplomados na Corte ou Europa, envolvidos na política. E o comendador Seabra deseja ardentemente que Camilo se eleja deputado provincial.

Havia dias que Camilo estava já em Santa Luzia (Capítulo III – O Encontro), e se lembrou da confiança que lhe fizera Leandro Soares sobre Isabel. “Teve porém curiosidade de ver a formosa Isabelinha, que tão por terra deitara aquele [...]”, pobre mancebo. “A todas as moças da localidade, em dez léguas em redor, havia já falado. [...] Isabel era a única esquiva até então.”

A curiosidade em torno de Isabel, cuja beleza nem de longe julgava superior à da suposta princesa russa, só fez aumentar ainda mais o interesse do jovem Seabra em vê-la. Não tardou que a satisfizesse.

Em um domingo, ao sair de casa para a Missa, “ao quebrar uma volta da estrada”, Camilo se vê ante três cavaleiros. Eram Dona Gertrudes e Isabel, acompanhadas por um pajem.

Aí está o exato instante em que Camilo foi capaz de contemplar aquela Vênus goiana em toda a plenitude de sua graça. Este escrito crê que esse é o momento embrionário em que começa a se delinear aquele triângulo do princípio.

Sob os *jealous looks* (olhares ciumentos) ansiosos, obsessivos, do agora rival, Leandro Soares. Pobre apaixonado!

“Há oito anos que não a vejo. Está uma flor. Já me não admira que se fale aqui tanto na sua beleza”, Camilo comentou com Gertrudes. “Disseram-me que estava doente.”

Já depois, ‘Capítulo IV – A Festa’, ao ensejo da comemoração do Divino Espírito Santo, o rapaz passou a refletir que aquele “...encontro na estrada e a singular perspicácia de

que a moça dera prova nessa ocasião não lhe haviam saído da cabeça. A moça pareceu não dar por ele, mas Camilo era tão versado em tratar com o belo sexo que não foi difícil perceber que ela o tinha visto e intencionalmente não voltava os olhos para o lado dele. Esta circunstância, ligada aos incidentes do domingo anterior, fez-lhe nascer no espírito a seguinte pergunta: Mas que tem ela contra mim? .

Como Camilo não tirava os olhos “de sua bela charada, nome que já” dava a Isabel, e os olhos dela, por vezes, resvalassem nos dele, eis que comparece, ao ensejo do Divino, aquela obscura personagem, “...um homem baixinho e magro, de olhos miúdos e vivos...”, que a princípio diz ao protagonista: “Veja o que faz!”.

E depois acrescenta:

“Há um mistério”, continuou o desconhecido. “Quer descobri-lo?”.

Doravante, o autor de *A Parasita Azul* imerge o leitor em uma aura momentânea de enigma e suspense, que parece pedir como a esfinge de Tebas: “Decifra-me ou te devoro.” Mas apenas parece. O fato é que esta resenha sabe bem que Camilo já ama, de acordo com o que já apregoa o ‘Capítulo V - Paixão’.

Mas é o próprio contista que se incumba de sanar isso no ‘Capítulo VI - Revelação’:

Não há mistérios para um autor que sabe investigar todos os recantos do coração. Enquanto o povo de Santa Luzia faz mil conjecturas a respeito da causa verdadeira da isenção que até agora tem mostrado a formosa Isabel, estou habilitado para dizer ao leitor impaciente que ela ama.

E a quem ama? Pergunta vivamente o leitor.

Ama... uma parasita. Uma parasita? É verdade, uma parasita. Deve ser então uma flor muito linda – um milagre de frescura e de aroma. Não, senhor, é uma parasita muito feia, um cadáver de flor, seco, mirrado, uma flor que devia ter sido lindíssima há muito tempo, no pé, mas que hoje, na cestinha que ela traz, nenhum sentimento inspira, a não ser a curiosidade. Sim, porque é realmente curioso que uma moça de vinte anos, em toda a força das paixões, pareça indiferente aos homens que a cercam, e concentre todos os seus afetos nos restos descorados e secos de uma flor.”

“Ah! mas aquela foi colhida em circunstâncias especiais. Dera-se o caso alguns anos antes. Um moço da localidade gostava então muito de Isabel, porque era uma criança engraçada, e costumava chamá-la sua mulher, gracejo inocente que o tempo não sancionou. Isabel também gostava do rapaz, a ponto de fazer nascer no espírito do pai a seguinte ideia: ‘Se daqui a anos as coisas não mudarem por parte dela, e se ele vier a gostar seriamente da pequena, creio que os posso casar.

Isabel cultivava, enfim, um fetiche, em forma de flor, associado à imagem do rapaz que a colhera. Em *Pós-escrito a O Nome da Rosa*, Umberto Eco espousa a tese de que “nada consola mais o autor de um romance do que descobrir nele leituras nas quais não pensava e que os leitores lhe sugerem”. Talvez seja necessário aplicar isso ao conto *A Parasita Azul*. E a presente sinopse pede permissão à sutileza e sensibilidade do mestre Machado de Assis para sugerir ou ousar que a colheita da flor, a parasita, tenha talvez uma possível conotação sexual.

Já a esta altura, em torno do ‘Capítulo VII – Precipitam-se os Acontecimentos’, e nem é preciso nenhum grande exercício de imaginação, o leitor mais perspicaz e inteligente há de

ter sabido já o nome do moço que colheu aquela flor, até porque o triângulo amoroso se quebra justamente com a união de Camilo e Isabel, sob a resignação compreensiva e cordata de Leandro Soares, que decide trocar Isabel pela política. Escreve o imortal autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas* que Leandro agiu como Esaú: "...vendera a primogenitura por um prato de lentilhas." Machado faz bem, compara a política com um prato de lentilhas.

E quanto à tão idolatrada princesa russa? Esta resenha não quer absolutamente ser uma estraga-prazeres e acha oportuno não adiantar mais nada. Que o leitor mesmo cuide de saber o destino a que chegou a suposta princesa, percorrendo os derradeiros sucessos do conto de Machado de Assis.

Referências

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1992.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Volume II. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar 1992, p. 161 -191.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015



Marco na Cultura Goiana

Maria Abadia Silva⁵²

Seguindo a linha traçada pelo plano de governo de Henrique Santillo que previa a intensa participação popular, o futuro secretário Kleber Adorno, em 1986, um ano antes da eleição, criou uma equipe inter, multi para disciplinar que o acompanhou até o final do seu mandato e que seguiu com ele nos diversos encontros com todos os segmentos da área cultural e patrimonial.

Eram muitas conversas, verdadeiras oitivas, em Goiânia e no interior do Estado, quando se podia contatar e entender as necessidades, os anseios dos artistas, dos intelectuais, dos artesãos, das entidades culturais e patrimoniais, de modo a construir um plano geral com programas que atendessem os segmentos culturais e as imensas lacunas que o progresso, as mudanças exigiam que fossem preenchidas para o desenvolvimento criativo e cultural dos cidadãos e do Estado. O compromisso era de iniciar um novo ciclo na administração com a formação e disseminação da cultura do planejamento e preservação da memória institucional.

Com o nome *Cultura em Movimento* e uma ótima comunicação, a secretaria atingiu todos os públicos, operando-se

52 Escritora, foi secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Cultura de 1987 a 1990, quando assumiu a Pasta como secretária até 1991. E-mail: mariabadiasilva@gmail.com

uma verdadeira ebulição programada e participação instantânea de toda classe artística e da sociedade. Foram realizadas grandes e valiosas produções, criação de equipamentos culturais, publicações, bienais, apresentações locais, nacional e internacionalmente. Com a criação de frentes de trabalho especializadas, foram criados cargos e salários adequados aos servidores da cultura, como restauradores, arquivistas, biblioteconomistas, músicos, historiadores etc., pronto fortalecimento e apoio às entidades culturais; aquisição e tombamento de Patrimônio Histórico, em Goiânia como no interior do Estado.

Logo no início do governo deu-se o episódio do Césio 137. Eclodiu uma vasta e gigante onda de preconceito contra os goianos, toda a produção feita no Estado foi atingida, ninguém, nem nada, podia entrar ou sair. Dizia-se ser o césio ainda mais grave que o acidente de Chernobyl, um desastre mundial sem possibilidade de se aferir a dimensão do seu alcance.

O governador Santillo, médico, após todas as providências, com a vinda de cientistas do mundo inteiro, com a certeza de que não havia mais perigo de contaminação, designou que a Secretaria de Cultura se ocupasse da questão do preconceito que tanto prejudicava o Estado naquele momento. Assim foi instituído o Grito de Alerta, um movimento para acabar com o preconceito disseminado, atraindo para Goiânia grandes nomes do cenário nacional, como Fagner, Elizeth Cardoso, Erasmo Carlos e muitos outros, lotando o Estádio Rio Vermelho, dando visibilidade à superação do problema e a vida de volta à normalidade.

Foi criado o primeiro Fundo de Cultura do País, por meio do qual nossos principais cantores gravaram CDs e

muitas obras literárias foram publicadas. Saiu o primeiro Edital de ocupação de um dos Teatros do Martim Cererê pela Feteg. Foi criada a Bolsa de Publicações Cora Coralina. Foi criada a Orquestra Filarmônica, em concurso nacional; a Escola de Dança, a Escola de Música e o Coral do Estado. Foi criada a Orquestra de Violeiros, muito requisitada também. Foram realizadas Bienais de Arte, com a presença de críticos de arte reconhecidos. O Projeto Galeria Aberta ganhou os prédios, coloriu e divulgou ainda mais a arte goiana e nossos artistas.

A tradicional Feira Internacional e Gastronômica de Dijon, na França, reservou ao Brasil, a Goiás especificamente, o destaque das atrações daquela temporada com o Grupo Martim Cererê como principal atração artística. Noutro espaço, o Salle de Flore - Hotel de Ville, foi belissimamente instalada a exposição *Um olhar sobre a arte contemporânea do Brasil*, com um rico catálogo bilíngue. Essa exposição seguiu também para Paris, no Petit Palais. Mais de 40 artistas participaram dessa expedição cultural à França.

Foram realizados *Encontros Nacionais de Escritores e Editores* dos mais consagrados do País. Foi realizada a publicação da Coleção Bernardo Élis, cinco livros, edição capa dura, pela Editora José Olímpio.

Foi criado, em 14 de julho de 1989, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, com a implantação, revitalização, modernização e manutenção de 18 bibliotecas públicas regionais nas microrregiões do Estado, transformando-as em centros culturais, para que a comunidade local tivesse uma participação de modo ativo, produzindo cultura e conhecimento. Foram distribuídos 150 mil livros.

Eram realizados Fóruns Estaduais de Cultura, a partir da subdivisão dos municípios em microrregiões, com

atividades de capacitação e formação profissional, por meio de técnicos especializados, posteriormente com a realização das Semanas de Integração Cultural.

Foram adquiridos Circos Móveis, que eram instalados nos bairros, divulgando e interagindo com a população local. Foi criado o desfile de carros de boi, em Trindade, por ocasião da Festa do Divino, em respeito às nossas tradições culturais. Essa ideia, que começou com 23 carros, hoje reúne 400, que estacionam no Carreiródromo.

Cinco superintendências operavam na secretaria: Superintendência de Memória e Patrimônio Cultural, de Artesanato; de Ação Cultural; de Desenvolvimento Cultural; de Entidades Culturais, e Assessoria Técnica.

Os museus foram criados a partir de um movimento em que o País se encontrava sob o ápice do despertar da consciência do resgate e preservação da memória cultural, sendo eles ligados à Superintendência de Memória e Patrimônio Cultural: Museu Casa Pedro Ludovico, Museu da Imagem e do Som, Museu de Arte Contemporânea, Museu da Estação Ferroviária de Pires do Rio. Com a criação também da Coordenadoria Estadual de Museus.

- Construção da sede própria do Arquivo Histórico Estadual e criação do Sistema Estadual de Arquivos.
- Tombamento, restauro e requalificação de monumentos e lugares de memória.
- Realização de inúmeras exposições de fotografias documentais, artísticas, com embaixadas de 37 países.
- Criação do programa “O artista vai ao museu”, com a participação de críticos de arte de Goiânia e convidados de renome internacional, como Ferreira Gullar e Tadeu Chiarelli.

- Produção de documentários sobre inúmeras temáticas pelo Museu da Imagem e do Som, que foi estruturado com equipamentos, estúdio de última geração para a época (programa de história oral com coletas de depoimentos de pessoas que participaram da construção de Goiânia).
- Oficinas para capacitação dos agentes culturais.

Foram criados cinco centros culturais:

- 1 - Centro Cultural Marieta Telles Machado, primeiro prédio construído em Goiânia, em 1933, na Praça Cívica, abrigando a Secretaria de Cultura, Biblioteca Pio Vargas, Cine Cultura, Galeria Confaloni, Superintendência do Patrimônio, Instituto do Livro e Arquivo Histórico Estadual;
- 2 - Centro Cultural Martim Cererê, três teatros, um restaurante, adaptados de duas antigas caixas d'água da Saneago. Uma Escola de Teatro com formação completa a partir da peça *Martim Cererê* e, na sequência, com o *Cabaré Goiano* e outros. Considerado o espaço que revolucionou a arte em Goiás;
- 3 - Centro Cultural Gustav Ritter, Instituto de Educação e Artes, no Bairro de Campinas, na antiga Casa dos Redentoristas, 18/11/1988. Formação em música, teatro e dança e memória. Abrigava a Orquestra Filarmônica (contava com o transporte próprio para suas apresentações), Coral e Corpo de Baile do Estado e a Escola de Música e Museu da Imagem e do Som;

- 4 - Centro Cultural Octo Marques, no Parthenon Center, onde funcionou um restaurante de comidas típicas goianas, shows populares, onde estava instalada também a Sala do Folclore Goiano, o Museu de Arte Contemporânea;
- 5 - Centro de Artesanato goiano. Na antiga Estação Ferroviária funcionava o Artesanato Goiano, com exposições e palestras, além do cadastro de todos os artesãos da capital e do interior.

Aquisição do prédio e refundação do Cine Teatro S. Joaquim, na cidade de Goiás, e reforma e restauração do Teatro Goiânia.

Foram adquiridas a Casa de Pedro Ludovico, para criação do Museu Pedro Ludovico, e a casa de Colemar Natal e Silva, onde foi instalada a Academia Goiana de Letras, que funciona até hoje, ininterruptamente.



Vendas de Minas

Ricardo Assis Gonçalves⁵³

As vendas, na alma popular do interior de Minas Gerais, são toldadas de mistérios, histórias, encontros e funções práticas. São locais onde se compram alimentos, bebidas, calçados e ferramentas de trabalho. Nelas, o balcão transforma-se no púlpito de roceiros e contadores de causos. Meu primeiro contato com as vendas aconteceu quando era criança e morava no distrito de Santa Rosa, localizado no espaço rural do município de Coromandel (MG). Nesse lugar, a vida, o trabalho, as festas e demais sociabilidades cotidianas ocorriam ao rés-do-chão.

Diz-se que Santa Rosa surgiu a partir de uma cruz e posterior igreja construídas por roceiros. Na paisagem poeirenta e insípida, os primeiros ranchos com moradores apareceram há quase 200 anos. Com isso, emendaram a assomar habitantes que constituíram um universo sertanejo nas terras mineiras. Hoje essa comunidade é espremida pelas propriedades rurais que alargaram e esticaram as cercas e criaram uma estrutura fundiária desigual. Poucas famílias se agarraram às heranças e as terras permaneceram concentradas. A

53 Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). É bolsista produtividade do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

fitofisionomia diversa do Cerrado, outrora repleta de árvores frutíferas e revoadas de pássaros, que faziam a alegria da meninada descalça e peralta, foi substituída por monoculturas de café e soja.

No povoado, as casas simples exibem os quintais imensos, nos quais os galhos de mangueiras e abacateiros se abraçam carregados de folhagens e frutos. Na história e no cotidiano desse lugar miúdo se destacam quatro vendas, todas situadas no entorno da única praça, centro do aglomerado de habitações: a Venda do Tônico, a Venda do Chiquim, a Venda do Odair e a Venda da Maria.

A Venda do Tônico era a mais antiga. O vendeiro foi um homem de tempos remotos, comerciante e dono de muita terra e gado. Sua venda existiu em um casarão construído de adobe, com janelas e portas de madeira pintadas de verde. Na parte interna, o assoalho, o balcão e as prateleiras eram feitos de tábuas de aroeira. Para os meninos, debaixo do assoalho continha riqueza de moedas que caíam pelas frinchas. Havia uma mesa com balança Filizola antiga, na qual o peso era conferido de um lado e outro. No mesmo local tinha um globo terrestre exposto aos deslumbramentos da freguesia. Frente ao balcão, em um banco comprido, alguns trabalhadores, agregados, homens do campo e crianças, sentavam-se e demoravam-se à espreita de histórias e causos do mundo rural.

Na Venda do Tônico mercava-se feijão, açúcar, café torrado, arroz, cachaça, enxada, corda, fumo de rolo, botina, bala chita, pirulito e Guaraná Mineiro. Era comum a compra a prazo ou em troca de dias de serviço. Tônico era fazendeiro e demandava o batente dos trabalhadores para o plantio e capina de roças, para a colheita de café e a limpeza das pastagens do gado. Trocavam-se botijões de gás, mantimentos e

pares de botina por dias de trabalho que pareciam infinitos. A assiduidade dos frequentadores era dominada por homens experimentados na lida grosseira do trabalho manual. Gente que possuía as marcas do sol diário na pele crestada. Velhos que, para comer, tinham de trabalhar sob o arrocho dos patrões.

Qualquer passeio no arraial nos convidava a entrar em uma das vendas, como a do Chiquim. O nome da venda faz referência ao modo como as pessoas do lugar chamavam o vendeiro. Chiquim era um senhor branco e alto, de fala serena e poucas palavras; usava óculos e possuía cabelos ralos. Atendia aos clientes com a calma e o tempo das coisas singelas do sertão. De todas as vendas de Santa Rosa, a do Chiquim era a única que ostentava um balcão de tijolos e cimento, onde ficavam a balança e os rolos de papel para embrulhar as mercadorias. Os trabalhadores do campo, aos finais de semana, chegavam, entravam, escoravam nesse balcão e permaneciam horas conversando com o vendeiro ou com os parentes e conhecidos.

A Venda do Chiquim parecia um espaço pertencente apenas aos adultos que consumiam pinga, tomavam cerveja, faziam negócios, combinavam empreitas e contavam histórias de gente grande. Um detalhe impressionante era a quantidade de litros de bebidas alcoólicas nas prateleiras: Cachaça 51, Jurubeba, Martíni, conhaques Presidente e Domus, licores e cervejas engarrafadas. Como nos demais estabelecimentos, havia sardinha enlatada, gás de lampião, extrato de tomate, cabos de enxada, anzóis e linhas de pesca; pacotes de macarrão, farinha e arroz. A Venda do Chiquim está em minhas lembranças como um continente de gente, histórias, cores e gestos. Quando o Chiquim morreu, morreu com ele parte desse mundo do sertão mineiro que vivi na infância.

A Venda do Odair foi fechada. Do outro lado do balcão de aço e vidro parecia existir um universo enigmático de quinquilharias que desconhecíamos. Quando os fregueses apareciam para fazer compras, o vendeiro entrava por uma porta que dava acesso a outros cômodos e retornava com as mercadorias. Na imaginação das crianças, o interior da venda era um esconderijo de tesouro de doces, paçoquinhas, brinquedos, balas e guaranás.

Os cachorros e gatos de rua eram acolhidos e alimentados na Venda do Odair. Lembro-me de ir à venda e deparar com gatos dorminhocos nas mesas de sinuca e turmas de cachorros deitados debaixo das cadeiras ao lado do balcão. Quando o vendeiro caminhava na praça e ruas de Santa Rosa, os cães o acompanhavam enfileirados e solenes.

Odair era reconhecido no povoado como homem de-sassombrado. Quando as matas predominavam nas paisagens das cercanias de Santa Rosa, corriam os causos de onças que punham em risco bichos domésticos e pessoas. Conta-se na comunidade que certo dia o homem da venda foi acuado por uma dessas feras no quintal de um vizinho. Empunhou nas mãos um laço, amarrou a onça amarela e aguardou sozinho a chegada dos companheiros para levarem-na presa em uma carroça puxada a cavalo para longe. Cada pessoa do lugar contava uma versão desse fato. Bastavam se reunir para a Venda do Odair tornar-se reino das histórias mirabolantes, oráculo das fantasias em torno do provecto comerciante.

A Venda da Maria localiza-se em uma das casas mais antigas do distrito. A construção de mais de 100 anos possui telhados coloniais, paredes de adobes artesanais, portas e janelas de madeira pintadas de azul. Diz-se que no passado serviu como ponto de mercância de tecidos, farmácia

e casa veterinária. Mas, como venda, é a mais recente da praça, funciona há menos de três décadas, e transformou-se no ponto de encontro do povo que vive no distrito e nas fazendas do entorno.

A venda localiza-se em frente à igreja. Por isso, em dias de missas e festas religiosas, o comércio torna-se o território vital de concentração dos compadres, catireiros, amigos, cachaceiros e conhecidos de perto e de longe. Depois da missa e dos sermões costumeiros do padre, tomar doses de pinga na Venda da Maria faz parte da purificação do espírito e da celebração terrena da vida. Alguns encostam no balcão, pedem uma, duas, três doses, distribuem entre os companheiros e iniciam a contação de causos como se habitassem o terreno da fantasia. Também aproveitam para fazer negócios e combinar empreitas de serviços rústicos e antigos, como bateção de pasto, reparo de cercas, capina de horta e limpeza de regos d'água.

Os tipos populares de Santa Rosa frequentam a Venda da Maria. Jairinho é um deles. Passa o dia sentado próximo às prateleiras de todo tipo de produtos. Chega cedo para o café quente com pão de queijo gratuitos, fala baixinho e observa estreito cada conhecido que entra e sai. A alegria desse homenzinho é ser convidado para os passeios em festas na roça e cantorias de foliões que ainda existem na região.

Outro sujeito que povoa o lugar de graça é o Evandro. É na Venda da Maria que ele compra a cachaça apurada. Após algumas doses, essa figura chistosa transforma-se no rei da palavra e do jogo de damas. Tem um léxico elegante e conversa emendado, gesticula os braços e narra parlengas diante dos demais bêbados reunidos à sombra de uma imensa gameleira da praça.

Era na Venda da Maria que o João Limiro, após perambular cesteiro pelas ruas com seu violão Di Giorgio, inaugurava as manhãs de domingo com cantoria de músicas caipiras. Também era nela que o José da Iolanda parava para narrar suas curiosidades de Geografia aos roceiros. Na mesma venda, o Zezão exibia suas invencionices em prosa inteligente.

Como se vê, as vendas são como paióis de ermos tempos das coisas vivas e singelas do sertão. Nas vendas de Santa Rosa não existem apenas mercadorias, nelas encontramos as especiarias de saberes, gentes e causos de que Minas é guardião.

SÓCIOS DO IHGG

PRESIDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (IHGG)

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (*in memoriam*)
07/10/1932 a 14/04/1933

Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
14/04/1933 a 16/03/1956

Zoroastro Artiaga (*in memoriam*)
07/09/1956 a 20/02/1962

Gilberto Mendonça Teles
20/02/1962 a 23/03/1970

Basileu Toledo França (*in memoriam*)
23/03/1970 a 16/03/1973

Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
16/03/1973 a 12/01/1993

José Mendonça Teles (*in memoriam*)
12/01/1993 a 05/04/2005

Aidenor Aires
05/04/2005 a 15/04/2013

Geraldo Coelho Vaz
05/04/2013 a 05/05/2021

Jales Guedes Coelho Mendonça
05/05/2021

Presidente Perpétuo: Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*: José Mendonça Teles

Presidente de Honra: Marconi Ferreira Perillo Júnior

SÓCIOS TITULARES

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: JOSÉ UBIRAJARA GALLI VIEIRA

Cadeira nº 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto)
Titular: ANDRÉA LUÍSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Cadeira nº 3

Patrono: Francis Castelnau
Titular: TEREZA CAROLINE LÔBO

Cadeira nº 4

Patrono: Joaquim Xavier de Guimarães Natal
Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira nº 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira nº 6

Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: NILSON JAIME

Cadeira nº 7

Patrono: Arlindo Pereira Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira nº 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira nº 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: HÉLIO ROCHA

Cadeira n° 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: TIAGO RIBEIRO MACHADO

Cadeira n° 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: IÚRI RINCON GODINHO

Cadeira n° 12

Patrono: João Capistrano de Abreu

Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n° 13

Patrono: Pe. Luiz Palacín Gomes

Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n° 14

Patrono: Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira

Titular: AUGUSTO CÉSAR ROCHA VENTURA

Cadeira n° 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n° 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n° 17

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos

Titular: JADIR MORAIS PESSOA

Cadeira n° 18

Patrono: José Vieira de Couto Magalhães

Titular: MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LIMA

Cadeira nº 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira nº 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira nº 21

Patrono: José Ferreira de Sousa Lobo
Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES

Cadeira nº 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: JOÃO GUILHERME DA TRINDADE CURADO

Cadeira nº 23

Patrono: Crispiniano Carvalho
Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO

Cadeira nº 24

Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira nº 25

Patrono: Luiz Ramos de Oliveira Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira nº 26

Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira nº 27

Patrono: Manoel Onofre de Andrade
Titular: BENTO ALVES ARAÚJO JAYME FLEURY CURADO

Cadeira n° 28

Patrono: José Nacim Yazigi Bourhan Helou

Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n° 29

Patrono: Salomão de Vasconcelos

Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n° 30

Patrono: Clifford Evans

Titular: HAMILTON INÁCIO CARNEIRO

Cadeira n° 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva

Titular: ADEMIR RIBEIRO HAMU

Cadeira n° 32

Patrono: José Peixoto da Silveira

Titular: RICARDO ASSIS GONÇALVES

Cadeira n° 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Titular: ELIÉZER CARDOSO DE OLIVEIRA

Cadeira n° 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira

Titular: JALES RODRIGUES NAVES

Cadeira n° 35

Patrono: Moisés Augusto de Santana

Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO

Cadeira n° 36

Patrono: Ricardo Augusto da Silva Paranhos

Titular: LUIZ DE AQUINO ALVES NETO

Cadeira n° 37

Patrono: Louis Ferdinand Cruls

Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n° 38

Patrono: Henrique José da Silva

Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n° 39

Patrono: José Honorato da Silva e Souza

Titular: LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA

Cadeira n° 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira

Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES

Cadeira n° 41

Patrono: Maria Barbosa Reis

Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n° 42

Patrono: Ministro Jorge Latour

Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ

Cadeira n° 43

Patrono: Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas)

Titular: ALEXANDRE RAMOS CAIADO

Cadeira n° 44

Patrono: Francisco Tosi Colombina

Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA PARAGUASSÚ

Cadeira n° 45

Patrono: Cândido Mariano da Silva Rondon

Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n° 46

Patrono: Pe. Manoel Aires de Casal

Titular: ALINE SANTANA LÔBO

Cadeira n° 47

Patrono: Regina Lacerda

Titular: SIMONE CRISTINA SCHMALTZ DE REZENDE E SILVA

Cadeira n° 48

Patrono: Rosarita Fleury (Maria do Rosário Fleury)

Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

Cadeira n° 49

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado

Titular: SANDRO DUTRA E SILVA

Cadeira n° 50

Patrono: Gerson de Castro Costa

Titular: MURAH RANNIER PEIXOTO VAZ

Cadeira n° 51

Patrono: Joaquim Alves de Oliveira

Titular: VALTERLI LEITE GUEDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ana Braga +

Ático Villas-Boas +

Altair Sales Barbosa

Augusta Faro Fleury de Melo

Binômimo da Costa Lima

Cristovam Francisco de Castilho

Elder Camargo Passos

Francisco Itami Campos

Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles +
José Peixoto da Silveira Júnior
Juarez Costa Barbosa
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas +
Luís Antônio Estevam
Licínio Leal Barbosa
Mari de Nazaré Baiocchi
Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires
Maria do Rosário Cassimiro
Maria Teresinha Campos de Santana
Martiniano José da Silva
Nasr Nagib Fayad Chaul
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão +
Waldomiro Bariani Ortencio +

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges +
Gilberto Mendonça Teles

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adão Divino Batista +
Adão Francisco de Oliveira
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo +
Antolinda Baía Borges +
Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro +
Cida Sanches

Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva +
Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Elaine Maria Machado Barbosa
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Euclides Alves Oliveira Souza
Filadelfo Borges Lima
Flomar Ambrosina Oliveira Chagas
Gilson Silva +
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iaperi Soares de Araújo
Itapuan Bötto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar +
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Melo
José Luiz Bittencourt +
Luciano Roriz
Manoel Rodrigues Ferreira
Marco Antonio de Faria Galvão
Marlene Gomes Velasco
Maria Elizabete Costa
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista +
Padre Ronaldo Silva
Pedro Augusto Diniz
Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos
Ramir Curado
Sidney Pereira de Almeida Neto
Sonia Maria Ferreira

Stella Leonardos +
Terezy Fleuri de Godoi
Umbelina Frota +
Valdemes Ribeiro Menezes +
Valdon Varjão +
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yva Avena +
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar
Toniquinho JK

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Velásquez Rojas
Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida +
Armando Calheiros Acioli
Eliézer Penna +
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Luiz José Bittencourt
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota

Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldyr Eduardo Aidar +
Walterdan Fernandes Madalena

SÓCIOS MANTENEDORES

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel
Anna Vitória Gomes Caiado
Carlos Alberto França
Clidenor Gomes Filho
Demóstenes Lázaro Xavier Torres
Diogo Mafia Vieira
Fernando Passos Cupertino de Barros
Felicíssimo José de Sena
Jalles Fontoura de Siqueira
Joaquim Alves de Castro Neto
João Carlos Alvarenga Balduino Alla
José Carlos Garrote de Souza
José Umberto Vaz Siqueira
Josserrand Massimo Volpon
Lorena Quinan de Paula Mendonça
Marcelo Eugênio Carneiro
Ney Moura Teles
Otávio Lage de Siqueira Filho
Raimundo Nonato Leite Pinto
Rodrigo Naves Pinto
Rogério Oliveira da Cruz
Ronaldo Ramos Caiado
Sérgio Baiocchi Carneiro
Tatyanny Alves Lima
Zander Fábio Alves da Costa

Patrocínio:



Jalles



ISSN 2175-1269

